

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

**PRAIA GRANDE NO CONTEXTO DO PROCESSO DE  
METROPOLIZAÇÃO DA BAIXADA SANTISTA:  
MOBILIDADE POPULACIONAL E DIVERSIDADE  
SOCIOESPACIAL.**

**ANA PAULA ROCHA DOS SANTOS**

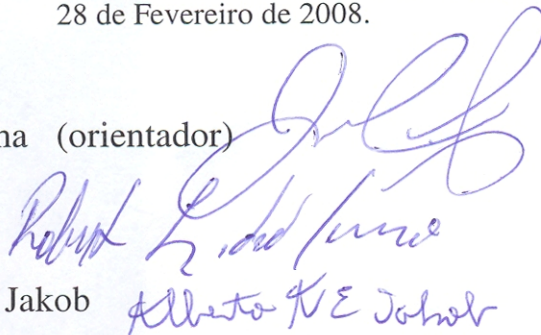
Dissertação de Mestrado em Demografia apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha, este exemplar corresponde à versão final da tese apresentada à banca em 28 de Fevereiro de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (orientador)

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob



Suplente:

Profa. Dra. Tirza Aidar

Prof. Dr. Humberto Prates F. Alves

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**Sa59p Santos, Ana Paula Rocha dos**  
**Praia Grande no contexto do processo de metropolização da**  
**Baixada Santista: mobilidade populacional e diversidade**  
**socioespacial / Ana Paula Rocha dos Santos. -- Campinas, SP :**  
**[s. n.], 2008.**

**Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Praia Grande (SP) . 2. Metropolização. 3. Migração.**  
**I. Cunha, José Marcos Pinto. II. Universidade Estadual de**  
**Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**(mh/ifch)**

**Título em inglês: Praia Grande in the context of the metropolization process in**  
**the Baixada Santista: population mobility and social-spatial diversity.**

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Praia Grande (SP)**  
**Metropolization**  
**Migration**

**Área de Concentração: Estudos de população**

**Titulação: Mestre em Demografia**

**Banca examinadora: José Marcos Pinto da Cunha, Roberto Luiz do Carmo,**  
**Alberto Augusto Eichman Jakob.**

**Data da defesa: 28-02-2008**

**Programa de Pós-Graduação: Demografia**

## RESUMO

Esse estudo tem dois objetivos principais: o primeiro inserir-se nas discussões sobre os impactos, conseqüências e respostas demográficas do processo de expansão e estruturação das grandes aglomerações urbanas; o segundo, examinar, com mais detalhes, as nuances da mobilidade populacional e, em particular, das modalidades migratórias (e suas características) envolvidas nesse processo. A escolha do município de Praia Grande reveste-se de grande interesse, não apenas por pertencer a uma região metropolitana com perfil muito particular especialmente em termos de sua geomorfologia, estrutura produtiva e vocação para o turismo, mas também por progressivamente tornar-se um espaço que vem se conformando como uma espécie de ligação da expansão urbana e demográfica em dois níveis: o intra-urbano e o regional. De fato, as relações desse município com o centro da RM da Baixada Santista e com partes da RM de São Paulo, suscita reflexões sobre as novas formas de interação entre distintos sub-espacos e, sobretudo, sobre os conceitos tradicionais como centro/periferia, capital/interior etc. A análise empírica realizada enfoca especificamente as características de migração e dos migrantes que resultam dessa forma ainda pouco estudada e conhecida de processo intra e interregionais. A partir do uso exaustivo dos dados censitários, em especial do Censo de 2000, esse estudo apresenta uma análise do crescimento e expansão territorial de Praia Grande enfatizando, em nível intra-municipal, o papel das distintas modalidades de migração e buscando associá-las a diferentes motivações a partir de um olhar detalhado para o perfil sócio-demográfico dos fluxos estabelecidos.

## **ABSTRACT**

This study has two main objectives. The first is to contribute to the discussions on the impacts, consequences and demographic responses to the process of expansion and structuring of large urban areas, and the second is to examine the nuances of demographic mobility and, in particular, the types (and characteristics) of migration involved in this process. The municipality of Praia Grande, Brazil, was chosen for several reasons. First, it is part of a metropolitan region with a very particular profile in terms of geomorphology, production structure and importance as a tourist center. Second, it has gradually become a space that serves as a connection in the urban and demographic expansion on the intra-urban and regional levels. In fact, the relationships of this municipality with the Santos Metropolitan Coastal Region and with parts of the City of São Paulo encourage discussions on the new modes of interaction between different sub-spaces and, especially, on traditional concepts such as center/periphery, state capital/interior, etc. The empirical analysis carried out focuses specifically on the characteristics of migration and the migrants themselves who, to date, have received very little attention in intra-regional and inter-regional research. Based on census data, especially from the Brazilian Federal Census of 2000, this study presents an analysis of the growth and territorial expansion of Praia Grande and emphasizes, on the intra-municipal level, the role of the different types of migration. The author also seeks to associate these types to different motivations through this detailed study in order to obtain a broader socio-demographic profile of the flows that take place.

*“A idéia que não envolve perigo não chega a ser idéia.”*  
Oscar Wilde



Com todo carinho para aqueles que me ensinaram  
parte importante do que sei e por todo amor  
incondicional, aos meus pais, Cida e Valmir.





## Agradecimentos

*“O processo de viver é feito de erros - a maioria essenciais - de coragem e preguiça, desespero e esperança de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era ‘nada’ - era o próprio assustador contato com a tessitura do viver - e esse instante de reconhecimento (igual a uma revelação) precisa ser recebido com a maior inocência de que se é feito.”*

*Clarice Lispector. “Submissão ao processo”. In: A descoberta do mundo, p.445-46.*

*Se chegou este momento é porque a caminhada neste mestrado está chegando ao fim. Passei noites imaginando como seria esse dia e como agradecer àqueles que presenciaram e contribuíram com esta difícil e proveitosa travessia. Sei que não é uma tarefa muito fácil exprimir esse “muitíssimo obrigada” a pessoas tão especiais em poucas palavras, sem contar que qualquer esquecimento pode se tornar imperdoável. Mesmo correndo o risco de ser injusta com algumas pessoas, deixo os meus sinceros (e breves) agradecimentos:*

*Aos apoios financeiros e institucionais: ao CNPq pela bolsa concedida, ao departamento de Demografia, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ao Núcleo de Estudos de População (Nepo) e a Unicamp, que representados na figura dos professores, alunos, pesquisadores e funcionários colaboraram muito de perto com esta pesquisa.*

*Ao Prof. Dr. José Marcos, meu orientador, que além de participar de vários momentos importantes na minha vida acadêmica, sempre me incentivou, acreditou e apostou em minha capacidade, mostrando que mudar é possível.*

*Aos professores do Departamento de Demografia pela formação concedida, mas principalmente pelas palavras de conforto no momento da redação desta dissertação, em especial à Rosana Baeninger, principalmente, pelas contribuições diretas a este trabalho. Ao Roberto do Carmo e Alberto Jakob pela colaboração neste texto, que foi além da leitura minuciosa de suas arguições.*

*Ao Sylvain Souchaud pelo computador no qual esta dissertação foi redigida, pelos bons conselhos, confiança e a amizade tão preciosa.*

*Ao Wilson Fusco pelo incentivo constante e por acreditar que eu conseguiria passar por esta caminhada da forma mais proveitosa.*

*Ao prof. Norberto Dachs, que se tornou bem mais que um professor, um grande amigo.*

*Aos, agora, meus colegas de profissão, Rafael H. Moraes Pereira e Pedro Assumpção, demógrafos que muito contribuíram nas discussões acadêmicas.*

*Às amigas que descobri em meio a tantos assuntos acadêmicos, em especial à Maria Teresa Manfredo, que além de acompanhar em muitas conversas, ainda corrigiu com muito carinho este trabalho. À Andrea Young, que sempre se mostrou disponível para ajudar com os problemas acadêmicos, mas que também me surpreendeu com sua sincera amizade. À Claudinha (Cláudia Siqueira), que com seu riso inconfundível proporcionou ótimos momentos. À Angela Marques pela amizade materna, mesmo longe se mostrou sempre preocupada. À Isabella Camargo, sempre muito gentil. À Joice Melo Vieira, muito prestativa, sempre disposta a ajudar.*

*Aos meus amigos de Praia Grande, Ricardo e Almir, almas bondosas, que me apresentaram as várias facetas do município.*

*Ao Rafael Maia, que pacientemente partilhou momentos de desesperos e de alegria, mas que agradeço principalmente pelo carinho e grande empenho na amizade. Aos meus amigos de graduação que continuaram ao meu lado, em especial à Lívia e Carol. Ao Maurílio, amigo sempre solidário.*

*Ao Rafael Faria, pela amizade sem compromisso e pelos comentários sempre instigantes. Ao Joãozinho, querido amigo (e primeiro aluno), pelo carinho com a vida.*

*Aos meus amigos, que amo muito e que estiveram em quase todos os momentos ao meu lado, partilhando de minhas loucuras e devaneios. Em especial à Amandinha (Amanda Almeida), minha enfermeira preferida, e à Franzinha (Francine M. Ribeiro), a filósofa do século XXI, pessoas maravilhosas, que com muita atenção sempre me ouviram, riram e choraram comigo, compartilhando o entusiasmo de várias idéias.*

*Aos amigos da M12A, Murilinho (Murilo N. Martins), Léo (Leonardo Juliano Reis), Danilo (Danilo N. Martins) e Aninha, sempre alegres e muito prestativos, pessoas que me ajudaram a descobrir sentimentos diversos.*

*Aos amigos da M4, Murilão (Murilo Antunes), Formiga (André Vonrandow), Lebris (Willian Ferreira), principalmente, pelos momentos de descontração.*

*A todos da L10A, em especial ao Marcos Chabes, Paulo e Lynda, por serem pessoas maravilhosas e que me trazem sempre muita tranquilidade.*

*Ao Juninho (Paulo Cezar Nunes Jr.), amigo perspicaz, que ajudou, entre outras coisas, a me conhecer.*

*Ao Rudson, amigo e companheiro, que sempre me questionando mostrou um lado da vida ainda desconhecido, pessoa que tenho imenso carinho. Ao Doug, companheiro de casa.*

*À Jaque, amiga presente e ausente durante anos, pelos encontros e desencontros sempre tão divertidos.*

*Ao Sérgio, a essência da magia, pelas estrelas e pelo colorido dos meus últimos dias de mestrandia, que me fez perceber como poucos momentos podem ser tão intensos.*

*Ao meu irmão (Paulo Cezar), a outra metade da face, um agradecimento muito especial por todo amor, carinho e amizade.*



# Sumário

<b><u>INTRODUÇÃO .....</u></b>	<b><u>1</u></b>
<b><u>CAPÍTULO I – PRAIA GRANDE NO CONTEXTO METROPOLITANO: DINÂMICA DEMOGRÁFICA E MOBILIDADE POPULACIONAL .....</u></b>	<b><u>11</u></b>
I.1 Expansão Metropolitana: alguns elementos da estruturação urbana .....	17
I.1.1 A Região Metropolitana da Baixada Santista e Praia Grande .....	21
I.1.2 Praia Grande no contexto da RMBS .....	35
I.2 Dinâmica Metropolitana e a Mobilidade Populacional .....	42
I.2.1 A natureza dos ganhos migratórios da região .....	45
<b><u>CAPÍTULO II - DINÂMICA ESPACIAL INTRA-URBANA E REGIONAL: REFLEXO NA MOBILIDADE EM PRAIA GRANDE .....</u></b>	<b><u>57</u></b>
II.1 Deslocamentos populacionais.....	60
II.2 Migração em Praia Grande .....	64
II.2.1 Migração de Curta Distância .....	66
II.2.1.1 Migração Intrametropolitana .....	68
II.2.1.2 Migração da RMSP .....	82
II.2.2 Mobilidade pendular – Uma análise da diferenciação entre os fluxos intrametropolitanos e da RMSP .....	92
II.2.2.1 Números e algumas características da pendularidade em Praia Grande .....	97
II.2.2.2 Migração e pendularidade: a aproximação de dois fenômenos e diferenciação de dois fluxos .....	104
II.3 Migração de Longa Distância.....	111
<b><u>CAPÍTULO III – HETEROGENEIDADE SOCIOESPACIAL E MOBILIDADE POPULACIONAL .....</u></b>	<b><u>119</u></b>
III.1 Segregação socioespacial: um retrato de Praia Grande.....	123
III. 2 A localização das diversas mobilidades populacionais.....	138
<b><u>CONCLUSÃO .....</u></b>	<b><u>154</u></b>
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</u></b>	<b><u>160</u></b>
<b><u>ANEXO I.....</u></b>	<b><u>164</u></b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – População total e taxa de crescimento da RMBS, 1970/2000.....	30
Tabela 2 – Composição da Migração Intrametropolitana, RMBS, Santos e Praia Grande – 1986/1991 e 1995/2000 .....	47
Tabela 3 – Índice de Eficácia Migratória, municípios da RMBS, 1986/1991 e 1995/2000.	48
Tabela 4 – Imigrantes nos municípios da RMBS segundo origem, 1986-1991 .....	49
Tabela 5 – Trocas migratórias intrametropolitanas, RMBS, 1986-1991 e 1995-2000 .....	51
Tabela 6 – Imigrantes nos municípios da RMBS segundo origem, 1995-2000 .....	51
Tabela 7 – Participação do número de famílias por tipo de famílias segundo Migrantes Intrametropolitanos e não-Migrantes, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000 .....	75
Tabela 8 – Participação dos chefes de família por anos de estudos completos segundo condição migratória, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000 .....	77
Tabela 9 – Índices de Seletividade dos Migrantes Intrametropolitanos com relação aos demais residentes, por faixas de tempo de estudo, Praia Grande, 1991 e 2000 .....	78
Tabela 10 – Participação dos chefes de domicílio por faixas de renda per capita segundo condição migratória, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000 .....	80
Tabela 11 – Índices de Seletividade dos Migrantes Intrametropolitanos com relação aos demais residentes, por faixas de renda domiciliar per capita, Praia Grande, 1991 e 2000	81
Tabela 12 – Participação do número de famílias por tipo de famílias segundo migrantes provenientes da RMSP, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000 .....	88
Tabela 13– Índices de Seletividade dos Migrantes provenientes da RMSP com relação aos demais residentes, por faixas de tempo de estudo, Praia Grande, 1991 e 2000.....	91
Tabela 14 – Município onde a população trabalha ou estuda, RMBS, 2000 .....	98
Tabela 15 – Município onde a população economicamente ativa e maiores de 14 trabalha ou estuda, RMBS, 2000 .....	99
Tabela 16 – Imigrantes intrametropolitanos segundo município de destino da pendularidade, Praia Grande, 2000.....	105
Tabela 17 – Pendularidade dos imigrantes da RMSP, segundo município de destino, Praia Grande, 2000. ....	106
Tabela 18 – Imigrantes em Praia Grande por faixas de tempo de estudo, segundo condição da pendularidade, 2000.....	109

Tabela 19 - Imigrantes em Praia Grande por faixas de renda per capita domiciliar, segundo condição da pendularidade, 2000 .....	110
Tabela 20– Participação do número de famílias por tipo de famílias segundo migrantes de longa distância, 1986/1991 e 1995/2000 .....	114
Tabela 21 – Densidade demográfica, Taxa de imigração, Tempo de Estudo dos chefes de família e Renda per capita domiciliar dos chefes de domicílios, segundo condição migratória por zonas em Praia Grande, 2000.....	143
Tabela 22 – Componentes do Crescimento Populacional, 1970/80; 1980/91 e 1991/2000. ....	165
Tabela 23 – Volume e aumento de Imigrantes e Emigrantes de Praia Grande, data fixa 1986/1991 e 1995/2000.....	165

## Índice de Figuras

Figura 1 - Participação Relativa dos municípios para a RMBS, 1940-2000 .....	29
Figura 2 - Componentes do crescimento populacional, RMBS, 1970/80; 1980/91; 1991/2000. ....	43
Figura 3 - Componentes do crescimento populacional, municípios da RMBS (exceto Santos), 1980/91 .....	44
Figura 4 - Componentes do crescimento populacional, municípios da RMBS (exceto Santos), 1991/2000 .....	44
Figura 5 - Volumes de imigrantes por local de origem, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000. ....	65
Figura 6 - Volume de emigrantes por local de destino, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000 .....	65
Figura 7 – Participação dos municípios da RMBS na imigração intrametropolitana, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.....	69
Figura 8 – Participação da naturalidade dos chefes de família migrantes intrametropolitanos segundo UF de nascimento, para os não naturais no estado, Praia Grande, 1991 e 2000. ....	70
Figura 9 - Pirâmide etária dos migrantes intrametropolitanos, Praia Grande, 1986/1991 .	72
Figura 10 - Pirâmide etária dos migrantes intrametropolitanos, Praia Grande, 1995/2000	72
Figura 11 - Pirâmide etária da População Total, Praia Grande, 1991 .....	73
Figura 12 - Pirâmide etária da População Total, Praia Grande, 2000 .....	73
Figura 13 – Tempo de estudo dos chefes de família imigrantes intrametropolitanos, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.....	76
Figura 14 – Renda per capita dos chefes de domicílio imigrantes intrametropolitanos, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.....	79
Figura 15 – Origem da migração proveniente da RMSP desagregada por municípios, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000* .....	84
Figura 16 – Participação da naturalidade dos chefes de família migrantes provenientes da RMSP segundo UF de nascimento, para os não naturais no estado, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.....	86



Figura 17 – Pirâmide etária dos migrantes provenientes da RMSP 1986/1991 .....	87
Figura 18 – Pirâmide etária dos migrantes provenientes da RMSP 1995/2000 .....	87
Figura 19 – Tempo de estudo dos chefes de família migrantes provenientes da RMSP, Praia Grande 1986/1991 e 1995/2000.....	90
Figura 20 – Renda per capita dos chefes de domicílio imigrantes provenientes da RMSP, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.....	92
Figura 21– Pirâmide etária conforme movimentos pendulares para RMBS e RMSP, origem Praia grande, 2000 .....	102
Figura 22– Tempo de estudo da população que realiza o movimento pendular, segundo destino RMBS e RMSP, Praia Grande, 2000 .....	103
Figura 23 – Renda per capita domiciliar da população que realiza o movimento pendular, segundo destino RMBS e RMSP, Praia Grande, 2000 .....	104
Figura 24 – Pirâmide etária migrantes 1995/2000 em Praia Grande segundo condição de pendularidade (PEA restrita) .....	108
Figura 25 – Tempo de estudo dos migrantes 1995/2000 em Praia Grande segundo condição de pendularidade .....	109
Figura 26 – Renda per capita domiciliar dos migrantes 1995/2000 em Praia Grande segundo condição de pendularidade .....	110
Figura 27 – Pirâmide etária migrantes de outros municípios do estado de São Paulo 1986/1991 .....	113
Figura 28 – Pirâmide etária migrantes de outros municípios do estado de São Paulo 1995/2000 .....	113
Figura 29 – Pirâmide etária migrantes interestaduais 1986\1991 .....	113
Figura 30 – Pirâmide etária migrantes interestaduais 1995\2000 .....	113
Figura 31 - Tempo de estudo, chefes de família migrantes de outros municípios do estado de São Paulo, 1986/1991 e 1995/2000, Praia Grande .....	116
Figura 32 - Tempo de estudo, chefes migrantes interestaduais, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000 .....	116
Figura 33 – Renda per capita domiciliar, chefes migrantes de outros municípios do estado de São Paulo, 1986/1991 e 1995/2000, Praia Grande .....	117
Figura 34 – Renda dos chefes migrantes interestaduais, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000 .....	118

Figura 35 – Destino da Migração Intrametropolitana Data Fixa, Praia Grande, 1986/1991;  
1995/2000 ..... 166

## Índice de Mapas

Mapa 1 - Metropolitana da Baixada Santista, Divisão Político-Administrativa.....	22
Mapa 2 - Divisão dos bairros de Praia Grande.....	36
Mapa 3 – Proporção de migrantes provenientes da RMSP com destino à Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.....	85
Mapa 4 – Proporção de pessoas que realizam movimento pendular segundo região de destino, Praia Grande, 2000.....	100
Mapa 5 – Volume populacional por setores censitários, Praia Grande, 1991 e 2000 .....	125
Mapa 6 – Densidade de pessoas por domicílio calculadas por setores censitários, Praia Grande, 1991 e 2000 .....	127
Mapa 7 – Porcentagem de domicílios com mais dois ou mais banheiros por setores censitários, Praia Grande, 2000 .....	129
Mapa 8 – Porcentagem de domicílios sem conexão com rede geral de esgoto por setores censitários, Praia Grande, 2000 .....	131
Mapa 9 – Porcentagem de domicílios com chefes de famílias com escolaridade maior de 12 anos, Praia Grande, 2000 .....	133
Mapa 10 – Porcentagem de domicílios com chefes com renda <i>per capita</i> acima de 10 salários mínimos por setores censitários, Praia Grande, 2000 .....	134
Mapa 11 – Índices I de Moran locais para as condições socioeconômicas do chefe, Praia Grande, 1991 .....	137
Mapa 12– Índices I de Moran locais para as condições socioeconômicas do chefe, Praia Grande, 2000 .....	137
Mapa 13 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos em Praia Grande, por áreas de ponderação, 2000 .....	140
Mapa 14 – Distribuição dos imigrantes provenientes da RMSP em Praia Grande, por áreas de ponderação, 2000.....	144
Mapa 15 – Distribuição dos imigrantes provenientes de outros municípios do estado de SP em Praia Grande, por áreas de ponderação, 2000 .....	146
Mapa 16 – Distribuição dos imigrantes provenientes de outros estados, em Praia Grande, por áreas de ponderação, 2000.....	147

Mapa 17 – Proporção dos migrantes segundo modalidades migratórias, por área de ponderação, Praia Grande, 2000. ....	148
Mapa 18 – Distribuição das pessoas que realizam movimento pendular com destino na RMBS, Praia Grande por áreas de ponderação, 2000 .....	150
Mapa 19 – Distribuição das pessoas que realizam movimento pendular com destino na RMSP, Praia Grande por áreas de ponderação, 2000 .....	151

## **Introdução**

Os trabalhos mais recentes que tratam da relação entre sociedade e espaço vêm reafirmando a importância deste tema para as discussões que envolvem o atual patamar da urbanização brasileira. Nesse contexto, a formulação do presente trabalho teve como primeiro estímulo um conjunto de indagações a respeito da complexidade oriunda da conexão entre as mudanças no espaço e na sociedade.

De um lado, as mudanças referentes ao intenso processo de metropolização, maior conectividade entre os diferentes municípios de uma região metropolitana, mudanças na dinâmica populacional e fortalecimento da segregação socioespacial. De outro, a observação não sistemática da necessidade de teorias mais concisas e abrangentes que englobem o fenômeno urbano, sobretudo no que tange à dialética entre espaço e sociedade. Ou seja, a combinação de tais facetas do problema estimulou o interesse por investigações na área.

Em termos gerais, a atual configuração do meio urbano e metropolitano no Brasil é resultado de mudanças datadas, basicamente, da segunda metade do século XX. Pode-se afirmar que este processo ocorreu, primeiramente, com uma maciça aglomeração nos grandes centros e, mais recentemente, através de uma desconcentração populacional dos centros a favor de áreas mais periféricas, fortalecendo o surgimento das regiões metropolitanas.

Nesse contexto, e como contrapartida a tal processo, os movimentos populacionais também sofreram mudanças significativas em sua dinâmica. As intensas alterações na evolução do elemento migratório se iniciaram com a transição de um tipo predominantemente rural-urbano para modalidades diversas, que foram concomitantemente ganhando e perdendo força ao longo dos anos.

Como já é consenso entre os pesquisadores de migração, em meio a essa pluralidade de deslocamentos populacionais, as movimentações de distâncias mais longas, que, por sua vez, foram predominantes por algum tempo, perderam espaço no cenário migratório para que as modalidades de distâncias mais curtas, em especial a intrametropolitana, se destacassem nessa configuração.

Muitos são os trabalhos que mostram as razões para essa transformação no quadro migratório, dentre estes, pode-se citar Martine (1994), Cunha (1997) e Pacheco e Patarra (1997), que apontam, além de um processo iniciado na década de 70: “desconcentração industrial e realocização em cidades menores” (Martine, 1994, p.44), quando da crise no setor econômico na década de 1980, que, por sua vez, fez com que o país experimentasse a desaceleração dos movimentos interestaduais, em detrimento daqueles realizados a partir de locais mais próximos.

Embora esse processo mais geral de mudanças, estabelecido em um nível macro – nacional, esteja, com certeza, influenciando as mudanças populacionais vistas em recortes espaciais mais específicos, é interessante investigar a hipótese de que as pequenas unidades (como, por exemplo, um município) estejam englobando diferentes situações, conforme a diversidade existente de modalidades migratórias.

Desta forma, a importância de uma pesquisa como esta se justifica, dentre outras coisas, pela contribuição na avaliação e entendimento dos impactos causados por mudanças ocorridas no espaço, como, por exemplo, o processo de metropolização - sentidos pela sociedade, neste caso, através dos movimentos populacionais.

Antes de discorrer a respeito do tema, é de interesse ressaltar que esta relação vem sendo estudada, mesmo aqui no Brasil, por alguns pesquisadores com o objetivo de entender a problemática sob distintas dimensões – como a econômica, social e demográfica. Estes, em sua maioria, tentam mostrar que, de um lado, é possível perceber uma modificação no processo migratório (em termos

de intensidade, origem/destino e perfil dos migrantes), e, de outro, é possível notar também as mudanças ocorridas no espaço.

Dentre estes, pode-se citar Cunha (1994), o qual articula que o fenômeno migratório está intimamente relacionado à configuração e à transformação do espaço urbano na Região Metropolitana de São Paulo, indicando, também, que a causalidade entre as mudanças que se dão no espaço e a redistribuição espacial da população pode ser recíproca. Mais recentemente, Caiado (2004) também trata desta reciprocidade, colocando que as transformações que ocorrem no uso e ocupação do espaço urbano têm como contrapartida alterações no perfil das populações envolvidas. Essas alterações, segundo a autora, ocorrem de acordo com alguns diferentes seguimentos do espaço intra-urbano, onde, os movimentos populacionais se inserem como um importante elemento na consolidação da expansão da metrópole. Nessa mesma linha, Jakob (2003) também apontou para o fato de que a mobilidade populacional deve ser vista como um dos fatores da expansão da mancha urbana, mostrando que os espaços de assentamento são modificados pela população, e que a migração possui um impacto significativo nesse processo.

Nesse sentido, acredita-se que os movimentos populacionais possam ser estudados a partir das questões de mudanças no processo de estruturação/produção do espaço e uso/ocupação do solo. Sendo assim, não se pode deixar de citar textos clássicos neste tema como o de Lefebvre (2004) e de Gottdiener (1993), que enfatizam que as transformações na sociedade e no espaço estão imersas em “movimentos cíclicos”, ou seja, enquanto as transformações no espaço provocam mudanças na dimensão da sociedade, esta, por sua vez, responde a tais alterações provocando também mudanças no primeiro.

Esta idéia de reciprocidade parece bastante plausível, no entanto, em termos analíticos, se vê que é uma tarefa muito árdua e complexa demonstrar como que as alterações no campo do social possam influenciar nas mudanças do espaço. Tendo em vista tal obstáculo, assim como a importância do tema, coloca-

se como questão inicial do presente trabalho a verificação de mudanças no comportamento demográfico, como uma contrapartida das mudanças no espaço, como por exemplo, a reestruturação intra-urbana no processo de metropolização.

Sendo assim, tem-se como proposição que a expansão metropolitana é forjada pelo processo de uso e ocupação do solo, que por sua vez pode gerar, de alguma forma, uma mobilidade populacional (resposta demográfica), como, por exemplo, a construção de um conjunto habitacional gerando um maior interesse por determinada área ainda não ocupada, inclusive em termos de infra-estrutura, e possibilitando novas construções em áreas próximas.

No entanto, deve-se ressaltar que, embora a idéia seja bastante interessante, a dialética entre produção social do espaço e migração pode ser analisada apenas nesse sentido (espaço -> contrapartida demográfica), pois os dados que se dispõem não têm condições de permitir que o contrário seja avaliado.

Para se desenvolver tal investigação, como recorte espacial, escolheu-se o município de Praia Grande, que se posiciona como um importante local de transformações demográficas, em especial no que se refere ao componente migratório. Desta forma, pretende-se também, com este texto, suscitar questões recorrentes ao processo de metropolização/estruturação da Baixada Santista.

A Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS – é formada atualmente pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente; conformando um espaço cuja característica física é muito importante para considerações a respeito da expansão: delimitado pela Serra do Mar e pelo Oceano Atlântico, com o território formado por ilhas, morros, planícies, mangues e vales.

Nesse sentido, muitas são as especificidades da região que a tornam um importante e interessante foco de estudo. Dentre estas, pode-se mencionar o porto de Santos - elemento de extrema importância para o processo de



metropolização da região –, uma vez que, desde seu início, surgiu nas suas proximidades uma aglomeração populacional e de serviços; além disso, pode-se citar as indústrias petroquímicas de Cubatão; e o caráter turístico dos municípios que a compõe. Todos estes fatores, pois, contribuiram para a consolidação do que hoje se chama Região Metropolitana da Baixada Santista.

Em meio a esse contexto, Praia Grande surge como um dos três vetores de expansão da região (os outros têm direção à Cubatão e Guarujá-Bertioga), cuja importância atual está pautada principalmente pela questão demográfica, uma vez que responde por boa parte do crescimento e, portanto, da migração que envolve a região. Este quadro é observado, concomitantemente, com o menor peso que vão assumindo os volumes populacionais da sede metropolitana (o município de Santos), e até de São Vicente.

Além das características demográficas de crescimento e mobilidade populacional, outros atributos tornam Praia Grande um local importante para compreender as transformações que envolvem a sociedade e o espaço. Esses atributos dizem respeito à sua localização e acessibilidade com relação ao centro metropolitano e à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), bem como ao fato de o município possuir mais de vinte e dois quilômetros de praia. Neste sentido, a atratividade e conseqüente disputa pelas moradias próximas à orla (que pode ser uma característica de toda a RMBS, mas no caso de Praia Grande é ressaltada principalmente pela facilidade de acesso para a sede da metrópole e para a RMSP), podem conferir ao recorte espacial uma especificidade, se comparado a outras RMs.

De qualquer forma, o fato do município ser colocado em uma posição de fácil acessibilidade, misturado ao fator praia, provoca na população uma imagem do local muito ligada, em termos de atratividades, a questões de lazer e amenidades. Como resultado de tal característica, encontra-se um incremento populacional na configuração do município, e esta característica também aparece como um dos elementos estruturantes da RMBS. Nesse sentido, pode-se citar o inchaço populacional no período de alta temporada, que, se supõe, ter reflexos no

município – e não só nessas épocas, uma vez que pode ainda ser atrativo para uma forma de residência permanente.

Tal forma permanente de ocupação, tendo em vista também o acesso à RMSP, faz com que a relação entre estes locais se torne um interessante ponto de análise. Nesse sentido, essa relação, em termos dos deslocamentos populacionais, pode indicar mais uma complexidade na forma de organização do espaço. Desta forma, se faz necessário verificar se os “obstáculos” entre tais localidades, como, por exemplo, as barreiras físicas (Serra que separa a RMBS da RMSP), e o custo do traslado (que pode conferir certa seletividade para o fluxo), perdem significado frente à intensificação da mobilidade populacional.

Sendo assim, pretende-se colaborar com o tema ‘espaço e sociedade’ no sentido de que as transformações decorrentes de um determinado processo de metropolização (que por sua vez são influenciadas pelo atual patamar da urbanização brasileira), possuem reflexos na contrapartida demográfica, em especial nos movimentos migratórios. Desta forma, entra-se em uma discussão mais ampla, que diz respeito à maneira como tais relações vêm sendo tratadas na literatura que lida com esta temática. Nesse sentido, vale citar Villaça (2001), autor que estuda tais relações, não só através do aspecto demográfico, como também do econômico, dando grande ênfase ao que chama de intra-urbano.

Para este autor, o espaço intra-urbano é, resumidamente, aquele que possui uma facilidade de deslocamento entre seus diferentes subespaços, principalmente no que diz respeito ao deslocamento dos indivíduos, restando para o regional uma estruturação baseada nos meios de comunicação e nos deslocamentos de energia e mercadoria em geral.

Assim, para o presente estudo, sugere-se a hipótese de que a urbanização, também configurada na forma de expansão metropolitana da RMBS, potencializaria os fluxos populacionais em Praia Grande, de forma que a importância do município extrapola os limites da RM (neste caso considerado

como o intra-urbano), ressaltando também uma mescla entre esse nível e o regional.

Desta forma, se existe uma relação entre Praia Grande e a RMBS diferente da relação com a RMSP, então os processos que explicariam a migração entre esses locais poderiam também ser distintos, tendo, entre outras conseqüências, a existência de diferenças no perfil dos migrantes envolvidos (isso inclusive em termos da pendularidade, que corresponde à movimentação diária de pessoas para um município diferente do de residência, por motivos de trabalho ou estudo).

Nesse contexto, algumas etapas devem ser cumpridas para verificar essa hipótese: a importância do elemento migratório na dinâmica demográfica; a verificação dos fluxos populacionais, em termos de intensidade, origem e perfil dos migrantes; a investigação se a mobilidade populacional deve ser analisada desagregadamente, conforme origem do fluxo; verificar a importância do fluxo proveniente da RMSP assim como o da RMBS para a estruturação do município em questão; observar como esses fluxos impactam na população do município; como se dá a organização espacial da população; e, em que medida a migração influencia na segregação do município.

Para cumprir esses objetivos, a dissertação se estrutura da seguinte maneira: inicialmente as mudanças ocorridas na RMBS, principalmente com respeito à expansão em direção ao município de Praia Grande são tratadas, bem como são tratadas as mudanças demográficas (que podem ser observadas em decorrência de tais transformações). Assim, o objetivo é situar o município de Praia Grande dentro da dinâmica demográfica da Baixada Santista, com a intenção de evidenciar os motivos que suscitaram a escolha por tal localidade e também justificar a importância dos movimentos populacionais para a construção do espaço de Praia Grande. Dessa forma, se tentará traçar um breve histórico da região, bem como das transformações causadas na dinâmica demográfica da população, decorrentes do processo de estruturação urbana.

No segundo capítulo, estudar-se-á a configuração dos movimentos migratórios, e da evolução destes, principalmente no que diz respeito à imigração, assim como a caracterização dos grupos de indivíduos a compõe. Dessa forma, a intenção é apresentar um panorama dos movimentos migratórios, a partir da década de 1980, com o auxílio dos Censos Demográficos. Serão exploradas quatro modalidades migratórias: migração intrametropolitana; migração da RMSP para Praia Grande; migração de outros lugares do estado de São Paulo; e a interestadual.

Ainda no capítulo II, desenvolve-se uma análise a respeito do movimento pendular, considerando-o principalmente como resposta da expansão metropolitana, em geral, e dos fluxos migratórios, em particular. Assim sendo, verificar-se-á a composição destes segundo condições migratórias, bem como o perfil das pessoas que o compõe, indicando, inclusive, a relação entre os migrantes que realizam este tipo de movimento e os que não o fazem. Dessa forma, se tentará analisar a relação entre Praia Grande e os demais locais, de forma que seja possível investigar como os fluxos populacionais são impactados pelo processo de metropolização.

Para melhor entender a diversidade interna do município de Praia Grande, se verificará como se compõem a migração e a pendularidade nas diferentes subáreas do município, tendo como unidade de observação as chamadas “áreas de ponderação” definidas pelo Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup>. Com este tópico, pretende-se, além de observar os fenômenos, relaciona-los aos condicionantes do processo que justifiquem a ocupação de determinada localidade (se esta existir) por determinada modalidade de migrantes.

Com uma caracterização das condições socioeconômicas das diferentes localidades do município, vistas através dos setores censitários, bem como das mudanças ocorridas entre o período de 1991 e 2000, pretende-se verificar, relacionando com as informações da migração em 2000, em que medida as

---

<sup>1</sup> As áreas de ponderação são unidades geográficas formadas por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, e é a menor unidade utilizada para a divulgação da amostra no Censo Demográfico.

diferentes modalidades migratórias contribuem para o possível processo de segregação, inerente ao processo de metropolização instaurado no município.

Finalmente nas conclusões tentar-se-á resgatar os objetivos em prol da verificação da hipótese de que o envolvimento do município em distintas situações e processos socioespaciais é refletido pelos deslocamentos populacionais, assim como os deslocamentos populacionais podem causar impacto na organização espacial da população.



## **Capítulo I – Praia Grande no contexto metropolitano: dinâmica demográfica e mobilidade populacional**

“Há alguns anos fui ver a casa em Avalon. Não estava mais lá. Não é só a casa, mas toda a vizinhança. Fui ver o salão aonde eu e meus irmãos costumávamos tocar, também não existia mais. Não só ele mas o mercado onde fazíamos nossas compras também. Tudo desapareceu. Fui ver o lugar onde Eva morava. Não existe mais. Nem a rua existe mais, nem mesmo a rua. Então fui ver o clube noturno do qual fui dono e, graças a Deus estava lá. Por um minuto achei que eu nunca tivesse existido.”

Citação do filme Avalon.

Este capítulo busca situar o presente estudo dentro da discussão a respeito das transformações sofridas por um determinado espaço urbano no contexto de metropolização, bem como identificar os reflexos de tais mudanças sobre a dinâmica demográfica e mais especificamente, da mobilidade populacional no município de Praia Grande.

Dessa forma, tenta-se buscar alguns elementos que possam indicar as possíveis mudanças na estruturação desse espaço, de maneira que contribuam com o entendimento das transformações demográficas sofridas pelo município em questão. Assim sendo, articulam-se as questões da estruturação urbana e do uso e ocupação do solo com as transformações na sociedade brasileira ocorridas desde a década de 80.

Antes de realizar uma apresentação das transformações ocorridas no município, se faz necessária uma breve apresentação da linha de estudo que se pretende seguir, uma vez que, em se tratando de uma pesquisa científica na área de demografia, deve-se considerar que as mudanças demográficas podem ser observadas sob óticas diferentes.

Independentemente da linha a se seguir, não se questiona aqui a existência de uma inter-relação entre espaço e sociedade (formação social). Ou seja, neste estudo acredita-se que as transformações na estrutura social provocam mudanças na conformação do espaço, sendo o inverso também verdadeiro. No entanto, a complexidade de tal relação, apesar de se tratar de uma premissa essencial em qualquer estudo sobre a questão urbana, apresenta dois desafios: um que está relacionado à parte teórica; e outro relacionado à parte empírica.

No que concerne aos estudos teóricos, pode-se afirmar, baseado inclusive na obra de Villaça (2001), que a maioria dos trabalhos apresentados até o momento considera que são as transformações nas estruturas sociais que provocam alterações no espaço. A partir deste pressuposto, tiveram origem trabalhos que se baseavam até em vertentes teóricas distintas, como é o caso da



Escola de Chicago<sup>2</sup>, e seus procedentes, incluindo a Escola Francesa de Regulação<sup>3</sup>.

Apesar de suas diversas ênfases e de já terem sido criticados e até superados em alguns aspectos, (VILLAÇA, 2001; VÉRAS, 2000), os estudos que consideram as transformações espaciais como um produto, ou efeito das transformações sociais são encontrados em maior volume na literatura sobre a questão urbana. Mesmo considerando-se que, de algum modo, são estudos incompletos (já que, muitas vezes, não consideram, ou se consideram, não se concentram em explicar a contrapartida dialética dessa relação - ou seja, como as transformações espaciais também afetam a estrutura social) não se pode deixar de atribuir a devida importância a tais pesquisas, já que foram elas quem deram início à discussão a respeito da problemática urbana.

Alguns trabalhos derivados destes podem ser encarados como pertencentes a uma linha de pesquisa distinta, que incorpora elementos de base marxista, e também os efeitos que o espaço possui na estrutura social.

Nessa discussão, passa-se por uma abordagem da relação dialética entre espaço e sociedade. A esse respeito, encontram-se os trabalhos de autores como Lefebvre e Gottdiener. Lefebvre (2004), já na década de 1970, trabalhava com algumas indicações sobre os efeitos do espaço no social, assim como o contrário, principalmente ao colocar que o espaço e a organização política deste expressam relações sociais, ao mesmo tempo em que reagem de volta.

---

<sup>2</sup> A Escola de Chicago, dentre as diversas vertentes teóricas que refletem sobre o urbano, é reconhecida pela abordagem ecológica. Segundo Vêras (2000), nessa abordagem “concebe-se numa analogia com processos biológicos, ou seja, a vida, no nível animal e vegetal, distribui-se de maneira ordenada no espaço ecológico, de acordo com os modos de adaptação a esse ambiente.” (2000, p.28). Deve-se levar em consideração que os estudos dessa linha foram baseados inicialmente nas características das cidades norte-americanas nos anos de 1920 e 30.

<sup>3</sup> Já a Escola Francesa de Regulação, ancorados nos modelos da Escola anteriormente aqui apontada, passa por uma revisão crítica com base marxista. Segundo Villaça (2001), apesar da forte presença da fase econômica, os estudos envolvidos nessa linha não discorrem a respeito do consumo e da troca ou circulação do fruto da produção do espaço, nem também a respeito dos efeitos do espaço no social.

O trabalho de Gottdiener (1993) – *A produção social do Espaço*<sup>4</sup> – aponta para as complexidades das relações sociais na produção do urbano, onde o pano de fundo é a desconcentração das regiões metropolitanas nos EUA. Assim sendo, neste tipo de organização social emergente, a dinâmica socioespacial é, ao mesmo tempo, produto e produtora do espaço, já que, para o autor “a desconcentração [*metropolitana*] é tanto um produto de mudanças contemporâneas quanto um processo de organização sócio-espacial que reage contra outros processos.” (1993, p.230)

No entanto, pode-se afirmar que, em termos práticos, demonstrar a dialética entre espaço e sociedade não é tarefa trivial, fazendo com que essa linha de raciocínio encabeçada por Lefebvre e Gottdiener não avançasse muito no sentido de apontar, concreta e empiricamente, quais os elementos que, numa sociedade capitalista, por exemplo, comprovem a influência do espaço nas relações sociais.

Levando-se em consideração tal observação, tem-se como saída, no que concerne especificamente a este estudo, apresentar apenas algumas inferências a respeito da inter-relação entre o espaço e o social, debruçando-se mais no aspecto mais facilmente observável, por assim dizer<sup>5</sup> – mesmo tendo-se em mente que se trata de um processo dialético. Assim, procuram-se ressaltar aqui, principalmente, os possíveis efeitos das mudanças no espaço sobre o social. Desta forma, e a fim de detalhar melhor o recorte espacial que foi escolhido para servir como palco deste estudo, o tópico seguinte tem a pretensão de apresentar o município de Praia Grande no contexto das mudanças decorrentes do processo de metropolização vivenciado na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

---

<sup>4</sup> Nesta obra, para sustentar idéias novas sobre o atual crescimento e organização do espaço urbano, Gottdiener reconstrói as análises dos estudos contemporâneos, com críticas na interpretação dos clássicos, apontando para os limites que apresentam no enfoque da construção do espaço. Nesse desenvolvimento de idéias, enfatiza que a complexidade das relações entre sociedade e espaço não devem se restringir apenas à esfera econômica.

<sup>5</sup> Ou seja, se tentará concentrar os esforços na idéia de que “as relações sociais são produtos da dinâmica espacial”, mais do que na idéia de que “a dinâmica espacial é produto das relações sociais”.

Participando desta problemática, na bibliografia nacional, uma importante contribuição é encontrada no trabalho de Villaça – *Espaço intra-urbano no Brasil* – que, como o próprio autor classifica, se insere na esfera de base marxista, “ao colocar a segregação espacial das classes sociais como processo necessário para o exercício da dominação política e desigual apropriação dos recursos do espaço enquanto produto do trabalho e como força determinante da estruturação intra-urbana.” (VILLAÇA, 2001, p.46)

Ainda de acordo com Villaça, os enfoques dos estudos a respeito do espaço podem se dar através de dois tipos: o intra-urbano e o regional. Sendo assim, Villaça destaca que deve-se tomar cuidado com o tipo de informação que está sendo disposta no desenvolvimento de determinado estudo, uma vez que esses dois tipos de análises tratam de distintos elementos: o primeiro tipo, o intra-urbano seria “estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho – seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc.” (VILLAÇA, 2001, p. 20); o segundo tipo, o regional, seria estruturado pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral (mesmo que seja como força de trabalho).<sup>6</sup>

Um outro ponto importante a se destacar neste capítulo inicial é que, assim como Villaça (2001), o presente estudo também incorpora a noção de estrutura como “um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações” (VILLAÇA, 2001, p.12). Para o autor, os elementos da estrutura são o centro da metrópole, os subcentros de comércio e serviços (réplicas menores do centro) e os bairros residenciais, divididos segundo as classes sociais e as áreas industriais. Desta forma, em um estudo de estruturação urbana, de acordo com Villaça (2001), é necessário mostrar como se

---

<sup>6</sup> Villaça (2001) coloca também que em qualquer um dos tipos de enfoque dos estudos a respeito do espaço, o deslocamento de matéria e o do ser humano tem mais poder estruturador do que o deslocamento de energia ou de informação.

dá essa interação, ou seja, como a mudança em um dos elementos altera os demais, bem como a relação estabelecida entre eles.

Para o autor, a estruturação interna do espaço urbano se coloca sob o domínio de forças das camadas de mais altas rendas (uma vez que o espaço é produzido e consumido em um mesmo processo, guiado principalmente através do interesse pelo consumo). Neste caso, vale explicar que o processo de dominação, segundo o mesmo, se desenvolve através de uma dinâmica onde a classe dominante se apropria das vantagens e recursos do urbano, principalmente no que diz respeito à acessibilidade de diversas localidades.

Dentro dessas vantagens apropriadas na luta de classes, deve-se ressaltar aqui o tempo gasto nos deslocamentos dos seres humanos. Contudo, o próprio Villaça coloca que nem sempre as classes de mais alta renda vêem essa vantagem em termos de tempo e distância, “às vezes elas se afastam em busca de grandes lotes e ar puro, por exemplo, mas mesmo quando isso ocorre há limites para esse afastamento.” (VILLAÇA, 2001, p.329)

De qualquer forma, deve-se destacar aqui que Villaça articula as disputas por localizações com o papel que assumem na estruturação do espaço intra-urbano, uma vez que este é “*estruturado* sob a dominação dos interesses do consumo” (VILLAÇA, 2001, p.330). Sendo as localizações constituídas, pois, através da articulação das classes sociais com outros elementos da estrutura urbana (como por exemplo, o chamado centro).

Destaca-se que a localização urbana, para Villaça, é “aquela na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato: aquele que envolve deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo.” (2001, p.23). Por sua vez, o espaço pode ser dado pelos objetos em si (rede de infra-estruturas), ou pela localização dos deslocamentos – transportes, comunicações, e disponibilidade de infra-estrutura. Contudo, é a localização um dos principais fatores que podem ajudar a explicar as estruturas internas das metrópoles.

No caso do presente estudo, a estruturação (ou reestruturação) intra-urbana no município de Praia Grande tem como pano de fundo o processo de metropolização da RMBS. Desta forma, com o intuito de investigar a conformação do espaço e o papel do município nesse processo, e assim apresentar pistas que contribuam com a compreensão das transformações na composição sociodemográfica, serão apresentados os tópicos seguintes com algumas considerações a respeito da expansão metropolitana, dando ênfase para o caso da Baixada Santista.<sup>7</sup>

### ***1.1 Expansão Metropolitana: alguns elementos da estruturação urbana***

A metropolização das regiões brasileiras nunca apareceu tão evidente em toda a história do país. Vive-se em um mundo cada vez mais urbano onde, apesar desta realidade, a complexidade dos aspectos da configuração desse espaço ainda merece bastante atenção dos estudiosos do tema.<sup>8</sup>

Segundo Carlos (2006), a constituição da sociedade urbana (apoiada na divisão social do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre os estados e na generalização da relação consumo-mercadoria)

---

<sup>7</sup> Muitas mudanças podem ser observadas na história da urbanização brasileira, até que “a partir dos anos 1960, e sobretudo na década de 1970, as mudanças não são apenas quantitativas, mas também qualitativas. A urbanização ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o país conhece e que explicam a nova situação.” (SANTOS, 2005, p. 67). Ressalta-se também que, como afirma Baeninger (2003), desde a década de 1970, o padrão de urbanização é marcado pelo rápido crescimento, amplo e concentrado da população, uma vez que “as novas formas de estruturação do espaço urbano têm se caracterizado por um crescente processo de conurbação e de complexa interação entre as cidades” (2003, p.271), facilitando o surgimento de novas regiões metropolitanas.

<sup>8</sup> As discussões a respeito do urbano no mundo contemporâneo, apesar de importantes e construtivas, ainda são escassas no sentido de contemplarem as relações que se dão no espaço, tanto em termos de organização, reestruturação, quanto das relações indivíduos/espaço. Alguns trabalhos enfatizam a questão de que o urbano na atualidade forma um tecido que transcende as áreas rurais, como, por exemplo, o trabalho de Lefebvre (2004) e Monte-Mór (2006). Não se discute aqui o fato de que este tecido urbano seja uma realidade, mas o que se deve estudar ainda mais profundamente são as relações entre os espaços, como estes se conformam, ou ainda, o que significa caracterizar uma área como urbana nos dias atuais.

se manifesta como ação concreta na metrópole atual <sup>9</sup>. Esta autora supõe que a urbanização atual, através de processos como o da globalização e da fragmentação espacial se insere em problemas relativos à reprodução da sociedade, tanto no que diz respeito aos indivíduos, quanto ao espaço onde vivem.

No nível individual, a autora desenvolve a idéia de que, como condição da reprodução social, as pessoas, presas ao cotidiano, estão submissas ao consumo e à troca; e, capturadas pela mídia, são inseridas num “processo de homogeneização, onde pessoas ‘pasteurizadas tornam-se idênticas’” (CARLOS, 2006, p.192-193).

No que diz respeito ao espaço, Carlos afirma que, “este aparece como produto de uma atividade dividida, onde a fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada” (2006, p.193). Segundo a autora, a intensificação desta fragmentação divide o espaço em parcelas cada vez menores, que por sua vez são colocadas no mercado para compra e venda como um produto de atividades parceladas.

Mesclando o nível individual com o nível espacial, e como já assinalado anteriormente, Villaça (2001) coloca que, com a noção de cidadania, o valor de cada homem na sociedade capitalista depende do lugar onde está, ou seja, de sua localização.

Dentro desta perspectiva paradigmática de cunho mais marxista, Santos (1998), já na década de 80, trazia uma discussão a respeito da divisão da sociedade através das classes sociais como forma de diversificação do espaço urbano, e neste sentido, coloca:

---

<sup>9</sup> A própria definição de metrópole, dada por Milton Santos no livro “A Urbanização Brasileira”, evidencia a complexidade que pode ser assumida neste espaço. O autor coloca que a Região Metropolitana é composta por ‘cidades’ que se interagem com grande frequência e intensidade, e certa interdependência funcional, com apoio das unidades de infra-estruturas urbanas, de forma que seja acentuada a divisão social do trabalho.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde está (SANTOS, 1998, p.81).

Acreditando em uma hierarquia de lugares, Carlos (2006) coloca que o conflito entre produção socializada e privatizada é visto através da fragmentação do espaço que, por sua vez, aparece como um produto da atividade dividida.

Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas. Mundializado, o espaço, fragmenta-se por meio de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo etc... (CARLOS, 2006, p.193)

Nesse sentido, a metrópole é, pois, um local onde diversos conflitos/confrontos atuam para a formação do espaço<sup>10</sup>. Manfredo (2007) aponta que o espaço urbano, como objeto de estudo, não se refere apenas às relações indivíduos/território, pois comporta também as relações sociais, sempre em movimento e transformação. Em suas palavras:

...compreendemos que o espaço urbano se forma e se transforma através de um processo de produção social, realizado por homens e mulheres em momentos concretos da história que, ao efetivarem as posições que lhes atribui o processo produtivo, unificam uma série de acontecimentos aparentemente díspares e desconectados, sempre transformando a realidade. (MANFREDO, 2007, p.15)

---

<sup>10</sup> Muitos são os trabalhos que têm como premissa o espaço como palco para conflitos e contradições. Por exemplo, Lefebvre (2004) coloca que o “espaço urbano é contradição completa. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições” (2004:46).

Sendo assim, não é tarefa fácil verificar os fatores que influenciam de forma consistente nas transformações demográficas de determinada sociedade. Mesmo com tal dificuldade, os autores que trabalham com esta temática conseguiram identificar algumas mudanças na sociedade, conforme o patamar encontrado do meio urbano. Trabalhos mais recentes, que tratam da problemática da produção do espaço urbano no Brasil, avançaram em relação à abordagem da mobilidade espacial da população, principalmente dentro da questão metropolitana.

Nessa linha, Cunha (1994) tenta destacar a interação entre tal mobilidade e o processo de estruturação e formação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), de forma que os elementos estruturais estão relacionados às “contrapartidas demográficas”. Segundo este mesmo autor, o “reconhecimento da diversidade de situações espaciais e, sobretudo, funcionais criadas durante a emergência, a estruturação e a consolidação da área metropolitana é de importância fundamental para o estudo dos movimentos migratórios no seu interior.”(1994, p.35)

Semelhantemente, Caiado (2004), seguindo a linha de estruturação teórica de Villaça, analisa as alterações na distribuição populacional e no perfil socioespacial que interagiram com o processo de urbanização e estruturação intra-urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Este estudo corroborou, inclusive, a hipótese de que a mobilidade urbana e a mobilidade pendular nesta Região se intensificam como contrapartida sócio-demográfica à organização funcional entre os elementos da estrutura intra-urbana. Como informação adicional, e de muita importância para o presente estudo, Caiado (2004) também indica uma relação entre a migração intra-regional com a intensificação dos movimentos pendulares.

Mais recente, o trabalho de Manfredo (2007) aborda o tema com um claro enfoque marxista, colocando que, na produção do espaço, a mobilidade populacional constitui-se como um de seus importantes elementos, apresentando-se, igualmente, como um complexo campo de tensões e conflitos. A autora aponta que o estudo desta produção se torna ainda mais complexo com a análise de um



processo da mobilidade populacional, “ora, se as relações sociais produzem o espaço (ao mesmo tempo em que são condicionadas por ele), também, a dinâmica desse processo condiciona e induz os deslocamentos residenciais; estes últimos, por sua vez, alteram ou reforçam o padrão de produção espacial.” (MANFREDO, 2007, p. 59)

Com a intenção de também tratar a discussão da mobilidade populacional como um campo complexo e que se apresenta como resposta às transformações do meio metropolitano, o presente estudo tenta destacar a importância desse fenômeno no município de Praia Grande, que, por sua vez, vem passando por mudanças decorrentes da expansão metropolitana da Baixada Santista<sup>11</sup>. Desta forma, acredita-se que com o presente estudo poderá haver uma, modesta, mas importante, contribuição para as discussões a respeito das transformações das relações do espaço urbano no Brasil.

Ademais, o interesse por tal localidade é justificado também pela ainda escassa exploração da região como objeto de estudos, bem como pela grande disponibilidade de dados por parte dos censos demográficos no período analisado, sobretudo no que diz respeito à mobilidade da população<sup>12</sup>.

### **I.1.1 A Região Metropolitana da Baixada Santista e Praia Grande**

A RMBS é composta, atualmente, por nove municípios: Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e

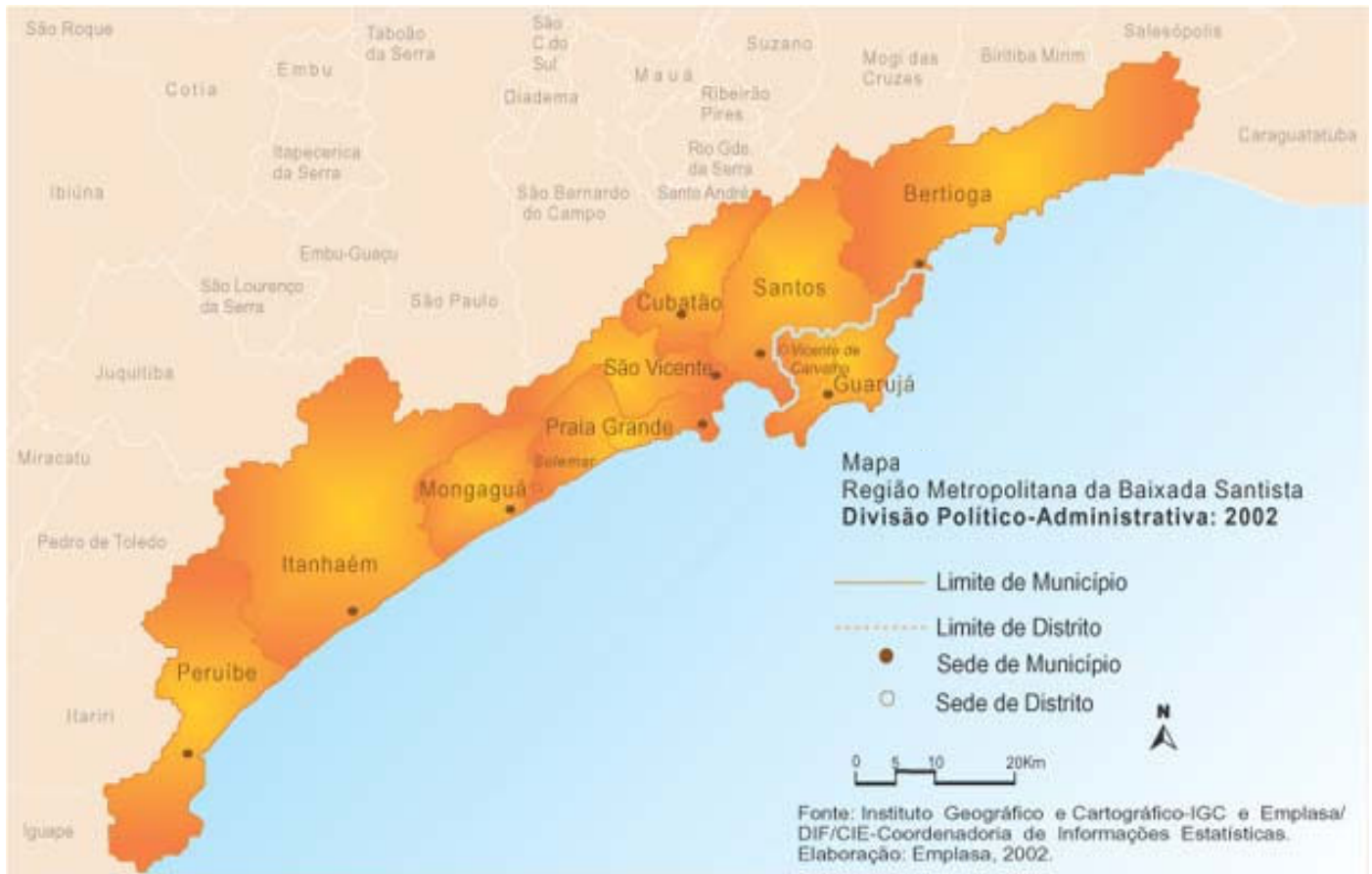
---

<sup>11</sup> A Baixada Santista, além da questão do lazer/turismo, ainda possui uma importância relevante no cenário econômico e até industrial. Segundo Zündt (2006), a “região também conta com grandes infra-estruturas e pólos de indústria de base, tais como o maior pólo portuário, petroquímico e siderúrgico da América Latina.” (2006, p.306)

<sup>12</sup> Os dados do censo demográfico para o quesito de migração serão de grande utilidade para o cumprimento do objetivo deste trabalho, mesmo que estes ainda apresentem algumas limitações, que, de alguma maneira afetam sobretudo a comparação entre diferentes períodos. Um melhor detalhamento sobre as possíveis limitações deste tipo de dado será apontado mais adiante.

Peruíbe (Mapa 1). Geograficamente possui uma configuração especial, uma vez que é marcada pela delimitação da Serra do Mar e do Oceano Atlântico, onde o território é formado por ilhas, morros, planícies, mangues e vales.

**Mapa 1 - Metropolitana da Baixada Santista, Divisão Político-Administrativa**



Os aspectos físicos da Baixada Santista são de extrema importância para entender a forma de ocupação da Região no contexto da metropolização, e é o caso da propensão do uso do solo para atividades urbanas: verificando o grau de urbanização, encontra-se que praticamente 100% da população da RMBS reside atualmente em áreas urbanas, enquanto que, para o estado de São Paulo, essa parcela é de 93%. Verifica-se também que sempre houve uma tendência a altos graus de urbanização na Região, uma vez que se encontra na década de 1940

quase 91% da população em áreas urbanas (enquanto que para o estado o valor era de 40%)<sup>13</sup>.

Tal característica, segundo Queiroz Neto e Küpper (1965), pode ser justificada tanto por fatores inerentes ao solo, como a fertilidade da terra, balanço hídrico e posição topográfica, quanto pela própria expansão urbana que limitou a ocupação do solo para o uso como áreas rurais (atividades agrícolas), devido à valorização da terra (produção imobiliária). Estes autores colocam que a valorização da terra para fins urbanísticos (nos quais os terrenos tendem a ter os valores aumentados) reflete também nos solos que apresentam melhores condições para utilização agrícola, pois, diante do preço elevado só é racional o uso da terra para a agricultura intensiva, o que não ocorre nesta Região, deixando maiores aberturas para as áreas urbanas.

De qualquer forma, a ocupação das grandes cidades está envolvida por um importante elemento espacial, a produção imobiliária<sup>14</sup>. Segundo Santos (2005), esta é derivada da convergência de dois movimentos: a superposição de um *sítio social* ao *sítio natural*, e também, a disputa entre atividades ou pessoas por uma dada localização. Dessa forma, a “terra urbana, dividida em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro futuro, esperanças justificadas pela existência de demanda crescente”. (2005, p.107).

O circuito imobiliário especulativo ajudou a promover a valorização do espaço da RMBS, bem como teve uma parcela importante para os vetores de expansão. Por exemplo, o povoamento de Praia Grande inicialmente se intensificou com o desenvolvimento de propagandas das companhias loteadoras e também com as facilidades oferecidas na compra de terrenos. Esses fatores, segundo Magalhães (1965), tiveram maior impacto do que as melhorias efetuadas no então distrito, como por exemplo, o fornecimento de energia elétrica e a abertura das vias de acesso.

---

<sup>13</sup> Os dados podem ser encontrados em Jakob (2003).

<sup>14</sup> Segundo Santos (2005), este elemento interage com outros como o tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estrutura, entre outros.

Elementos tais como: grau de urbanização, características do solo, ocupação e produção imobiliária fazem vislumbrar que a produção atual do espaço na RMBS começa imersa à realidade urbana, na qual o processo de metropolização pode se apresentar como um importante agente de tais mudanças.

Em uma outra perspectiva, a produção do espaço, segundo Gottdiener (1993), compreende a organização socioespacial como consequência das relações entre processos econômicos, políticos e culturais, indicando que as transformações do urbano implicam mudanças na forma de organização social.

Nesse sentido, como mecanismo estrutural do capitalismo, Gottdiener (1993), aponta que a intervenção do Estado na sociedade é importante para compreender a organização das regiões. Segundo o autor, esse elemento pode ser notado, nos Estados Unidos, na permanente economia de guerra, que juntamente com os avanços tecnológicos, estimularam o crescimento de determinadas indústrias, financiando investimentos de capital em determinadas localizações: “a pesquisa e produção relacionadas com questões militares canalizaram maciças somas de dinheiro do governo para áreas suburbanas, às custas do desenvolvimento da cidade central, incentivando assim a mudança demográfica da cidade para o subúrbio nas décadas de 50 e 60.” (GOTTDIENER, 1993, p. 212).

Embora no Brasil a intervenção do Estado não esteja diretamente relacionada à economia de guerra, existe uma relação das políticas estatais com a organização populacional no espaço, pois determinadas classes sociais são privilegiadas, enquanto outras ficam em desvantagem, através de fatores que podem ser traduzidos em incentivos fiscais (por exemplo, para indústrias<sup>15</sup>), investimentos de infra-estruturas em determinados locais, ou mesmo através de políticas habitacionais (com a construção, por exemplo, de conjuntos habitacionais).

---

<sup>15</sup> Alguns lugares são privilegiados com estes incentivos, como por exemplo, o que aconteceu com o condomínio residencial de luxo Alphaville, no município de Barueri, da Região Metropolitana de São Paulo.

Nesse sentido, a administração de uma Região Metropolitana traz uma série de questões dessa natureza, mas, ainda, de uma forma ampliada, uma vez que existem interesses comuns que perpassam os limites geográficos dos municípios. Sendo assim, a decisão de construção de conjuntos habitacionais populares, por exemplo, em determinado município pode reestruturar a região como um todo, sobretudo em termos da dinâmica populacional.

Ressalta-se que a Baixada Santista é uma Região Metropolitana relativamente nova, sendo, segundo Braga (1999), a primeira entidade metropolitana criada pelo estado conforme as novas regras<sup>16</sup>, de forma que sua instituição como tal foi implantada municipalmente, ou seja, com articulações dos prefeitos dos respectivos municípios. Entretanto, segundo Davanzo e Negreiros (2006), no que diz respeito à implementação institucional, a configuração territorial desta Região teve um peso grande no que concerne aos aspectos físicos, principalmente no que diz respeito à conurbação urbana entre os nove municípios – o que se sobrepôs às condições políticas existentes, constituindo-se, portanto, numa pressão espacial-demográfica na instituição legal da Região.

Antes de uma apresentação a respeito da estruturação do espaço nessa Região, se faz necessário explicar que a expansão desta não está diretamente relacionada, ou marcada, pela desconcentração industrial, assim como, por exemplo, na RMSP, onde a implementação de indústrias distantes da sede teve grande peso no processo de metropolização, e que também impactou a RM de Campinas (com mais força se comparada à RMBS).

Embora as indústrias de Cubatão, como serão apontadas mais adiante, tenham apresentado importância para a expansão da RMBS (assim como a dispersão de serviços terciários dentro da RMBS), não se pode perder de vista

---

<sup>16</sup> Aqui remete-se à transferência da competência da criação das regiões metropolitanas a cargo do governo Federal para os estados, que se deu a partir da Constituição Federal de 1988.

que o local é extremamente privilegiado por fatores relacionados à características físicas, como o importante elemento “acesso à praia”<sup>17</sup>.

Voltando à estruturação intra-urbana, Villaça (2001) aponta que as metrópoles litorâneas<sup>18</sup> se expandem em função de um ponto escolhido para o porto, sendo este o início do desenvolvimento da aglomeração e do centro. Esse aspecto é notado no caso de Santos, ainda com a característica de o porto ser considerado como um dos maiores da América Latina, possuindo grande valor no cenário paulista, no que diz respeito à dinâmica econômica. Atualmente este movimenta mais de 70 milhões de toneladas de cargas diversas: em 2006 foram 76.297.193 toneladas entre importações e exportações<sup>19</sup>. Tomadas essas proporções, o porto é significativo, tanto para a localização do centro da metrópole, quanto para a direção da expansão, juntamente com as ferrovias e rodovias.

Santos (1992) apontou que a expansão física mais acelerada da Região se deu em torno da área portuária, localizada na antiga parte central da cidade sede. Entretanto, algumas obras foram essenciais para o desenvolvimento, e estruturação, deste local, como, por exemplo, as obras de saneamento instaladas na cidade, que se fizeram necessárias devido ao crescimento populacional, e que acompanharam a aglomeração inicial. Dentre estas obras encontra-se ‘O Plano Geral de Saneamento’, que data de 1905, e que foi colocado como uma forma de resposta à pressão do crescimento populacional e à demanda por áreas propícias para ocupação. Além disso, também se configurou como um fator de atratividade, onde a partir dessas instalações observou-se uma aceleração na expansão da

---

<sup>17</sup> Essas afirmações merecem um esclarecimento no que tange às modificações sofridas através da dispersão populacional. Acredita-se que um processo mais amplo de mudanças, ligado ao patamar da urbanização brasileira, esteja diretamente influenciando as demais transformações na RMBS. Pode-se usar como exemplo a dispersão das indústrias na RMSP que também afetou, de alguma maneira, a configuração da população pelo espaço na RMBS, principalmente devido a pouca distância entre tais localidades.

<sup>18</sup> Ressalta-se que nesta obra, “O espaço intra-urbano no Brasil”, Villaça (2001) infelizmente não contempla a RMBS.

<sup>19</sup> Fonte: Codesp – Companhia de Docas do Estado de São Paulo. Estatística Mensal de Movimentação, dezembro de 2006.

Região. A conformação do município de Santos a partir desse processo teve como resultado a estruturação atual de sua malha viária.

Com relação às atividades realizadas na região de Santos, encontrava-se ainda na primeira metade do século passado um setor terciário se fortalecendo através de subsídios para o porto (em um cenário de desenvolvimento da economia cafeeira), como, por exemplo, o surgimento de armazenadores, despachantes, entre outros. Neste contexto, houve também um impulso para as 'novas' atividades urbanas, como o comércio varejista, o transporte, e a construção civil. Segundo Santos (1992), o quadro de desenvolvimento de tais atividades se consolidou, principalmente, com a construção das rodovias, fazendo de alguns vetores locais na Baixada Santista pólos turísticos e de lazer do estado de São Paulo. A autora aponta ainda que a aglomeração, nesta região, começa a se configurar também através da imigração interna, com o porto configurando um importante espaço de ocupação.

Aqui vale ressaltar que as infra-estruturas, como, por exemplo, a malha viária, podem ter dupla relação com a questão da expansão, ou seja, da mesma forma que a aglomeração, inicialmente em volta do porto, teve como um dos resultados a estrutura das ruas e avenidas locais; Estas, por sua vez, também foram importantes para a ocupação dos subespaços da região.

Desta forma, a consolidação do centro da metrópole na área portuária teve força através dos desdobramentos das atividades ligadas ao porto, bem como das infra-estruturas instaladas ao redor deste.

No entanto, ressalta-se que as atividades ligadas a este elemento tiveram bastante espaço dentre as atividades da região metropolitana, principalmente, na primeira metade do século XX, pois, a partir da década de 50, a importância deste ramo da atividade econômica foi perdendo peso relativo, sobretudo com a criação das indústrias petroquímicas de Cubatão - que data do início da década, possibilitando uma nova dinâmica urbana e econômica na Região.

Neste contexto, acredita-se que as primeiras mudanças, em termos da dispersão como é observada nos dias atuais, ou seja, uma dispersão populacional e de atividades econômicas para regiões mais periféricas, se deram devido a este cenário de Cubatão. No que diz respeito à produção industrial, enquanto este município, na década de 1960, passou a responder por 72,5% do valor da produção total da Região, o município de Santos ficou apenas com 25,7% (SANTOS, 1992).

Neste sentido, o município de Praia Grande também começa a mudar seu perfil,<sup>20</sup> apresentando maiores investimentos no setor de turismo, sendo que a demanda de veranistas para o município era principalmente ligada aos seus vinte e dois quilômetros e meio de praias contínuas.

De qualquer forma, o tipo de expansão que ocorreu na região é muito particular, se comparado a outras regiões. Por exemplo, no caso da RMSP a expansão se fortalece junto à concentração crescente da atividade industrial, à rede de serviços, com o processo de metropolização seguindo o rumo das principais ferrovias (CUNHA, 1994). Já no caso da RMBS esse processo é limitado fisicamente, possuindo ainda um fator de extrema importância: o mar. Ressalta-se que o elemento “vista para o mar” se constitui como um dos elementos de disputa pelas classes sociais, onde a mais abastada financeiramente é, aparentemente, a que se privilegia com esta localização.

O processo de periferização do crescimento na maioria dos grandes centros urbanos no Brasil, como afirma Miranda (2000), pode ser notado, principalmente, nas décadas de 1960 e 70, com a década de 1980 apresentando uma consolidação dessa expansão. Claramente (e as informações apresentadas a seguir confirmam) que a RMBS inclui-se em tal situação.

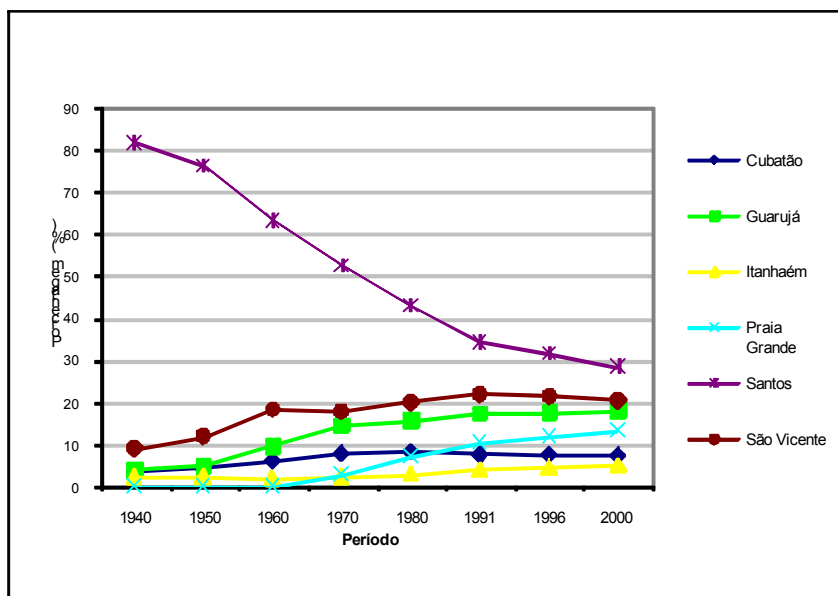
---

<sup>20</sup> Segundo Magalhães (1965), o município de Praia Grande, até o final da década de 1920, foi habitado por pequenos núcleos de população praiana, dedicados às pequenas plantações de milho, feijão e mandioca, e em menor proporção, à pesca e à exploração de lenha, vendida à Estrada de Ferro Sorocabana e aos moradores de São Vicente.



A Figura 1 mostra a participação relativa da população dos municípios da RMBS, evidenciando um declínio da participação do município de Santos e uma queda do crescimento de São Vicente com relação ao total da Região. Desta forma, vale notar que Santos reduziu seu peso relativo de quase 82%, no início dos anos 40, para 63% em 70, e 28% em 2000.

**Figura 1 - Participação Relativa dos municípios para a RMBS, 1940-2000**



Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1940 a 2000 – Tabulações especiais Nepo/Unicamp

Enquanto o município sede foi perdendo significativamente peso relativo, os municípios mais periféricos começaram a ter maior representatividade na população da região. Cubatão, em 1940 representava 3,4% da população da Baixada Santista, enquanto que em 1960 passou a 6% , mantendo um crescimento baixo e quase constante após esse período, deixando o peso do município por volta dos 7%. Embora na década de 1970 o crescimento seja alto para este município (mas baixo se comparado aos demais), como se pode notar na Tabela 1, o peso relativo praticamente não se alterou, o que se observa também nas décadas seguintes.

São Vicente, que possui uma representação alta - creditada também à intensa conurbação com Santos - no início dos anos 40 representava quase 9% da população total, enquanto que em 1960 passou a mais de 18%. No entanto, é apenas na década de 1990, como pode ser notado na Tabela 1, que as taxas de crescimento passou a apresentar valores menores.

Outros municípios que representam um vetor de expansão, o de Guarujá-Bertioga, apresentam também um quadro importante, principalmente no que diz respeito ao peso relativo da população de Guarujá frente à população total da Região. O valor deste passa de 4,9% em 1940 para 9,6% em 60 e 14,4% em 1970, não se modificando muito a partir da década de 1980.

**Tabela 1 – População total e taxa de crescimento da RMBS, 1970/2000**

Municípios	População Total								Taxa de crescimento (% a.a.)		
	1970		1980		1991		2000		70/80	80/91	91/2000
	Nº ABS	%RMBS	Nº ABS	%RMBS	Nº ABS	%RMBS	Nº ABS	%RMBS			
Bertioga	-	-	-	-	11.473	0,94	30.039	2,03	-	-	11,3
Cubatão	50.906	7,79	78.631	8,18	91.136	7,47	108.309	7,33	4,4	1,4	1,9
Guarujá	94.021	14,39	151.120	15,72	210.207	17,23	264.812	17,93	4,9	3,0	2,6
Itanhaém	14.515	2,22	27.464	2,86	46.074	3,78	71.995	4,88	6,6	4,8	5,1
Mongaguá	5.213	0,80	9.928	1,03	19.026	1,56	35.098	2,38	6,7	6,1	7,0
Peruíbe	6.966	1,07	18.411	1,92	32.773	2,69	51.451	3,48	10,2	5,4	5,1
<b>Praia Grande</b>	<b>19.694</b>	<b>3,01</b>	<b>66.004</b>	<b>6,87</b>	<b>123.492</b>	<b>10,12</b>	<b>193.582</b>	<b>13,11</b>	<b>12,9</b>	<b>5,9</b>	<b>5,1</b>
Santos	345.630	52,89	416.677	43,35	417.450	34,21	417.983	28,30	1,9	0,0	0,0
São Vicente	116.485	17,83	193.008	20,08	268.618	22,01	303.551	20,55	5,2	3,1	1,4
<b>Total RMBS</b>	<b>653.430</b>	<b>100,00</b>	<b>961.243</b>	<b>100,00</b>	<b>1.220.249</b>	<b>100,00</b>	<b>1.476.820</b>	<b>100,00</b>	<b>3,9</b>	<b>2,2</b>	<b>2,1</b>
<b>Estado SP</b>	<b>17.771.948</b>		<b>25.042.074</b>		<b>31.588.925</b>		<b>37.032.403</b>		<b>3,5</b>	<b>2,1</b>	<b>1,8</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970/2000 – Tabulações especiais Nepo/Unicamp

Em compensação, Praia Grande, que se tornou município na década de 60, representava em 1970 cerca de 3% da população total da RM, passando a 13% em 2000. Pela Figura 1 e as taxas de crescimento apresentadas na Tabela 1, é fácil notar a crescente, e atual, importância desse vetor de expansão (Santos, São Vicente e Praia Grande) para a Região Metropolitana.

As taxas de crescimento de Praia Grande chamam bastante atenção: em 1970/80 o valor encontrado foi de 12,9% e na década de 1990 de 5,1% ao ano. Apesar da queda, este valor ainda possui bastante importância, uma vez que a

diminuição no ritmo do crescimento populacional é notada para todos os municípios: no total, encontra-se um valor de 2,1% ao ano entre 91 e 2000, sendo que na década anterior o crescimento foi de 2,2% a.a. - uma queda quase insignificante; ao passo que para o estado de São Paulo, esses valores foram menores, mas com uma diminuição mais evidente, de 2,1% a. a. entre 1980 e 1991, para 1,8% a. a. na década seguinte.

O crescimento absoluto da Região é de um pouco mais de 256 mil pessoas, enquanto que para o município de Praia Grande é de 70 mil entre 1991 e 2000. Portanto, o crescimento populacional desse município corresponde a quase 30% do total da região.

Sintetizando, as modificações mais importantes na estrutura urbana da RMBS se deram na segunda metade do século passado, mostrando uma configuração mais evidente do processo de metropolização. No entanto, é a partir da década de 1960, principalmente na de 1970, que os vetores de expansão urbana foram se tornando mais evidentes, e se configuraram da seguinte forma:

- Vetor de Santos, São Vicente a Cubatão, determinado pela Via Anchieta, que está intimamente ligado ao pólo industrial de Cubatão, abrigando população de baixa renda;
- Guarujá–Bertioga, basicamente caracterizado pela absorção da população residente e flutuante de renda média e alta;
- E, finalmente, o vetor em direção à Praia Grande (partindo de Santos e São Vicente), com uma dinâmica turística reforçada pelas rodovias, principalmente no que se refere às camadas de média e baixa renda, e também, caracterizado por um processo de redirecionamento da população dos municípios de Santos e São Vicente.

Muitas questões acompanham a expansão desta região; segundo Santos (1992), o arrefecimento no ritmo do crescimento populacional do município de

Santos, bem como parte do aumento nos demais, é creditado ao reflexo da: saturação urbana da sede da RMBS; aumento da poluição na baía de Santos; maior importância das atividades ligadas ao turismo e ao lazer.

Com o acesso ao litoral consolidado, incrementa-se a tendência ao lazer demandado por grande parcela da população do Estado de São Paulo, decorrente de maior ocupação e da mobilidade social proporcionada pela industrialização (...). Afirmado-se nos setores secundário e terciário, assiste-se, notadamente na década de 70, na sub-região da Baixada um processo de transbordamento do mundo urbano, apresentando um crescimento superior ao do Estado de São Paulo. (SANTOS, 1992, p.67,69)

A saturação do município de Santos pode ser observada no final da década de 60, fato este que proporcionou uma mudança, não apenas no comportamento demográfico, como já mencionado, mas também no social e econômico da Região. Aproveitando essa temática, Santos (1992) ressalta, também, que o processo de aglomeração urbana foi caótico e desordenado<sup>21</sup>, sendo evidente a saturação física nos chamados municípios centrais.

Dessa forma, a “verticalização” das moradias se tornou inevitável, uma vez que em algumas regiões dos municípios praticamente não existem espaços disponíveis para expansão.

No entanto, ressalta-se que o tipo de ocupação caracterizado por muitos edifícios, em particular na orla<sup>22</sup>, foi um processo de transformação, a partir da década de 1950 (primeiramente no município de Santos), que substituiu os palacetes antigos pelas modernas construções. Cabe destacar que a questão da saturação urbana e a verticalização de Santos possuem várias dimensões,

---

<sup>21</sup> Aqui, vale destacar que os termos “caótico e desordenado” são utilizados do ponto de vista da atuação que poderia ter sido implementada pelo Estado. Entretanto, esta organização obedece à lógica do capital imobiliário, que atribui valor diferenciado a situações espaciais diferenciadas do espaço urbano.

<sup>22</sup> De acordo com Muehe (2001) “a orla costeira, ou simplesmente orla, é a estreita faixa de contato da terra com o mar na qual a ação dos processos costeiros se faz sentir de forma mais acentuada e potencialmente mais crítica a medida que efeitos erosivos ou construcionais podem alterar sensivelmente a configuração da linha de costa.” (2001, p.45)

segundo as quais destacam-se as limitações ambientais e tecnológicas, que, por sua vez, tendem a ser reduzidas ao longo do tempo com o tipo do terreno utilizado (mangues) e diversas formas de construção; e as mudanças de zoneamento, permitindo a construção de edifícios, que podem ser em áreas de baixa renda.

De acordo com Araújo Filho (1965), “somente depois da abertura da Via Anchieta, que facilitou extraordinariamente as comunicações da Baixada com o planalto, foi que se deu a rápida substituição dos já considerados velhos palacetes pelos arranha-céus da atualidade” (1965, p.40). Essa substituição constituiu um novo tipo de ocupação do espaço urbano, transformando a paisagem santista.

Uma outra faceta da expansão são as implantações e melhorias de algumas vias de acesso e de infra-estruturas, conjuntamente responsáveis pela maior atratividade e expansão metropolitana.

Desta forma, nota-se que muitos são os elementos que colaboraram para o atual quadro de metropolização observado na RMBS. Para melhor visualizar tal fenômeno, apresenta-se uma cronologia com alguns dos acontecimentos considerados importantes nesse processo, principalmente no que diz respeito à expansão de Praia Grande.

**Quadro 1 – Cronologia com alguns eventos na expansão metropolitana da Baixada Santista**

<b>Período</b>	<b>Fase</b>	<b>Característica</b>
1910	Inauguração da Fortaleza de Itaipú (na atual Praia Grande)	Começo do desenvolvimento do atual município de Praia Grande.
1914	Inauguração da Ponte Pênsil	Durante muito tempo foi a principal via de acesso à Praia Grande, passando por São Vicente.
1920	Avenida do Telégrafo Nacional	Hoje denominada Avenida Presidente Kennedy. A atual Praia Grande, pela primeira vez, viu seu território interligado por terra, graças à ligação telegráfica entre Itanhaém e Santos.
1936	Fundação do Aeroclub de Praia Grande	Começo da ocupação da orla do município

Continuação Quadro 1 –

1947	Inauguração da Via Anchieta	Nesse período, muitas coisas começaram a se modificar, como por exemplo, as funções dos veranistas; inicia-se uma transformação das paisagens praianas santistas, com a substituição dos antigos palacetes e pensões por prédios de apartamentos.
1948	Instalação da colônia de férias do SESC em Bertioga	O então distrito de Bertioga, na época, passou a ser mais procurado.
1949	Cubatão emancipa-se como município	É instaurado o município (desmembrado de Santos), já com uma segregação espacial, que aparece com o surgimento do Jardim Casqueiro, na década de 40.
1949/1951	Ocupação de lotes em Cubatão	Corrida pela ocupação de lotes da Vila Casqueiro e Vila Bandeirantes, principalmente com os desmoranamentos de alguns morros no município de Santos.
1953	Instituído Vicente de Carvalho	Foi instituído oficialmente tal distrito, em muito, devido à valorização dos terrenos por conta da criação de indústrias, e aos custos de moradias cada vez mais altos, em Santos.
1953	Criado o bairro “Cidade Ocian”	No atual município de Praia Grande, o bairro é criado para os veranistas mais abastados da capital do estado.
1955	Instalada em Cubatão a 1ª Refinaria	A refinaria Presidente Bernardes é instalada no município, atraindo inúmeras outras indústrias petroquímicas na década de 50 e 60.
1956	Chuvas na Região e desmoranamento de morros em Santos	Aumentam as invasões em Vicente de Carvalho, por conta dos desmoranamentos de morros santistas, altamente ocupados.
1958/1960	Forte migração do Nordeste	Grande fluxo migratório do Nordeste do país para a área, atraídos, em muito, pela desapropriação das terras onde haviam invasões em Vicente de Carvalho, numa intervenção do Estado.
1959	Instaurado o Município de Mongaguá	Ressalta-se que o bairro “Cidade Ocian” (de Praia Grande) produziu importante impacto também em Mongaguá, com o surgimento de muitas construções.
1959	Município de Peruíbe	Desmembrado de Itanhaém, Peruíbe emancipa-se.
1959	Praia Grande é instaurada como distrito	Ainda com o nome de Boqueirão, Praia Grande é considerada distrito de São Vicente.
1961	Criado o município de Itanhaém	Que possuía ainda sua função principal a produção de banana, função esta que permaneceu por bastante tempo.
1963	Inauguração da Cosipa em Cubatão	A Cosipa foi o grande investimento na expansão do pólo industrial de Cubatão.
1964	Município de Praia Grande	Emancipação do município.
1976	Rodovia dos Imigrantes	Inaugurada a Rodovia dos Imigrantes, ligando a capital à Baixada.
1981	Inauguração da Ponte do Mar Pequeno	Trecho final da Rodovia dos Imigrantes, ligando a Ilha de São Vicente ao município de Praia Grande.

### Continuação Quadro 1 –

Dec.1990	Reurbanização da orla em Praia Grande	A orla litorânea da praia e os principais pontos turísticos foram totalmente reurbanizados nesta década.
Dec.1990	Proibida a entrada de ônibus próximo à orla	Proibiu-se a entrada de ônibus de excursões sem prévia licença da prefeitura nos locais próximos à orla.
Dec.1990	Reformulação de alguns elementos do sistema viário em Praia Grande	O sistema viário de Praia Grande foi totalmente revisto e readequado. O sistema de transportes foi totalmente remodelado, mais de 90% das ruas foram pavimentadas.
1992	Criação do Projeto “Rumo” em Praia Grande	Cada bairro passou a ser identificado com uma cor diferente, inserida em todas as identificações públicas relativas a cada bairro.
1996/2004	Projeto “Implantação”, em Praia Grande	Integração entre os diferentes terminais rodoviários do município.

Fonte: Baseado em informações de Jakob (2003) e Agência Metropolitana da Baixada Santista – Agem (2006).

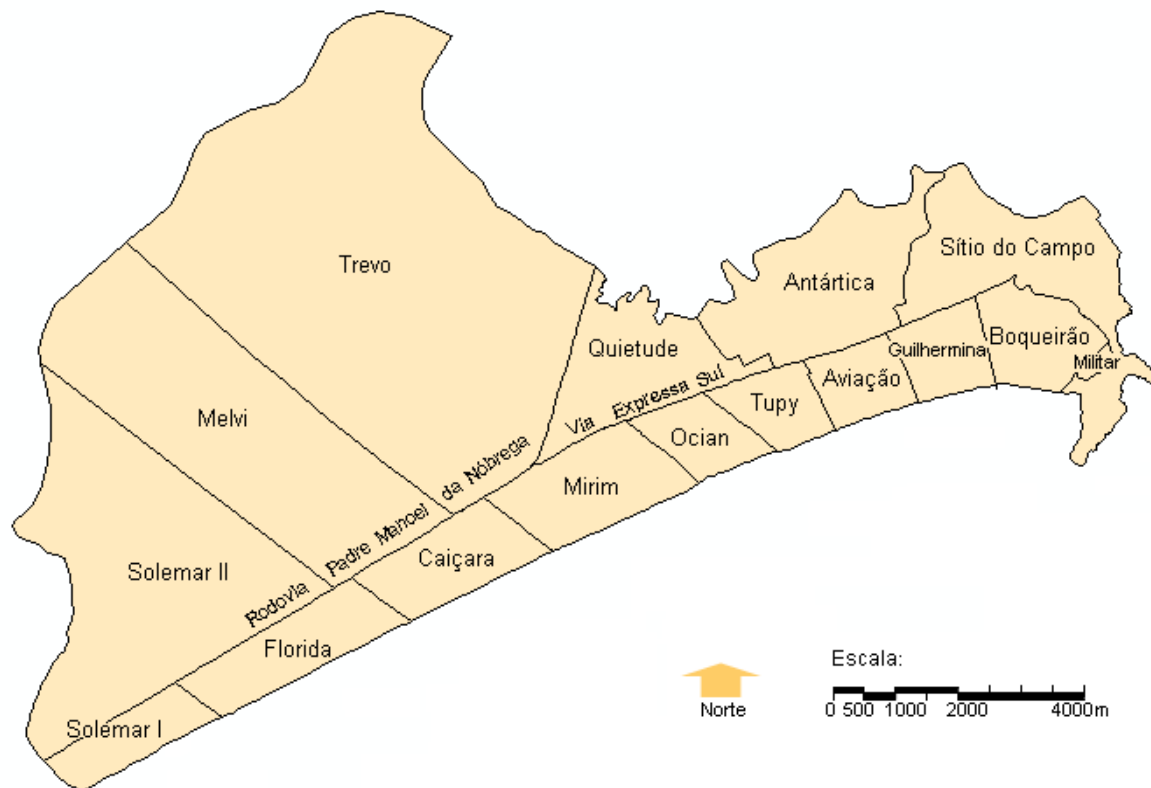
### I.1.2 Praia Grande no contexto da RMBS

Com uma história recente pode-se afirmar que a ocupação do município, além de outros fatores, foi privilegiada pelas vias de acesso que interligavam a Baixada Santista, e pelas propagandas das companhias loteadoras. As principais vias de acesso ao município são o Sistema Anchieta-Imigrantes (SP-150 e SP-160), e a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-55), que, por ser o trecho estadual da Rodovia BR-101, liga a cidade com as regiões Sul (através da Rodovia Régis Bittencourt) e os demais estados da região Sudeste.

A caracterização do município se dá pela presença de bairros, onde há uma maior concentração populacional nos próximos à orla e à margem das Rodovias, Padre Manoel da Nóbrega e Via de Acesso a Praia Grande. Com o intuito de uma maior visualização desta divisão de Praia Grande, segue o Mapa 2, trazendo a divisão do município por seus bairros.

É interessante notar que essa via regional de acesso, que não foi construída com o objetivo de transporte intra-urbano, o faz propiciando também a expansão da ocupação ao seu redor. Essa situação mostra-se em acordo com o que já foi apontado por Villaça (2001), segundo o qual “aquelas [rodovias] regionalmente mais importantes passam a ser mais importantes do ponto de vista intra-urbano e acabam atraindo maior expansão urbana ao longo delas.” (2001, p.70)

**Mapa 2 - Divisão dos bairros de Praia Grande**



Fonte: Bairros formados a partir da base cartográfica do IBGE para setores censitários por NEPO/UNICAMP



De qualquer forma, é fácil notar que a questão do acesso foi fundamental para a ocupação do município, e segundo a Agem<sup>23</sup> também foi importante para o desenvolvimento do mesmo, já que Praia Grande começa a se tornar mais importante na Região a partir do início do século XX, com a inauguração da Fortaleza de Itaipu, bem como com a construção da Ponte Pênsil, melhorando o acesso à Região.

É importante destacar também que essas melhorias incentivaram as propagandas das companhias loteadoras, as quais, também através das facilidades oferecidas na compra de terrenos, provocaram um maior interesse dos veranistas pelo local.

Segundo Magalhães (1965), o local que hoje é Praia Grande começou a ter importância a partir da década de 1930. No entanto, o padrão atual de ocupação de Praia Grande está muito ligado aos empreendimentos desenvolvidos em algumas áreas do município. Por exemplo, a construção de conjuntos habitacionais destinados à população da classe média veranista formou pequenos núcleos pelo território com articulações de comércio, lazer e infra-estrutura em regiões mais periféricas. Com os investimentos nessas áreas, o estímulo ao desenvolvimento de regiões próximas se manifesta, como é o caso do surgimento de bairros decorrentes dos investimentos feitos no bairro Cidade Ocian.

Segundo Jakob (2003), a criação deste bairro provocou uma atração dos veranistas provenientes principalmente da capital paulista, uma vez que algumas comodidades – as quais ainda não eram encontradas em outros loteamentos - foram proporcionadas (abastecimentos de água, mercados, etc.), o que incentivou o surgimento, segundo o mesmo, de bairros próximos.

O aparecimento de áreas como essas, faz perceber que, com o processo de desconcentração do centro urbano (no caso, o município de Santos), decorre a construção, em regiões mais periféricas e em ampla escala, de conjuntos

---

<sup>23</sup> Agência Metropolitana da Baixada Santista, cuja criação teve a finalidade, segundo Davanzo e Negreiros (2006), de “integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum na RMBS.” (2006, p.269)

habitacionais, bem como de áreas voltadas ao comércio, como é o caso de pequenos *shopping centers* (ou pequenas áreas comerciais).

De qualquer forma, o aparecimento de tais localidades necessita de políticas administrativas, e neste sentido, a emancipação do município de Praia Grande, na década de 1960, responde às características de expansão da RMBS. É importante destacar aqui que essa expansão se deu, em grande parte, devido a pressões populares voltadas para a solução de problemas tais como falta de escolas, hospitais, saneamento básico, iluminação pública, abastecimento de água e luz, transportes, entre outros.

Com o município já instaurado, o desenvolvimento se deu em termos da qualidade dos serviços públicos, acompanhados de um maior crescimento populacional. Na década de 1970, a expansão para o município se torna mais intensa e a urbanização mais evidente. É nessa década que os fluxos populacionais começam a tomar maior força, quando “evidencia-se uma transferência na direção dos fluxos migratórios, de Santos para a Praia Grande e Guarujá, acelerando-se seus processos de expansão física e ocupação urbana”. (SANTOS, 1992, p.79)

No entanto, é a década de 80, com a inauguração da Ponte do Mar Pequeno (trecho final da Rodovia dos Imigrantes ligando a Ilha de São Vicente à cidade), que o crescimento populacional ganha um novo impulso; tanto por desafogar o trânsito na saturada Ponte Pênsil, quanto pela ligação direta à Capital paulista (pois, cria-se uma rota rumo à Baixada sem a necessidade de se passar pelas cidades de Santos e São Vicente). Assim, Praia Grande passou a ser o balneário mais próximo da capital, (Agem, 2006).

A facilidade de acesso e a conseqüente atratividade trouxeram algumas características novas ao município, como, por exemplo, o grande contingente de “turistas de um dia” com um perfil de baixa renda. Segundo a Agem (2006), o aumento o número desses turistas, somado ao grande crescimento populacional e ao quase inexistente saneamento básico, tornaram a balnearibilidade das praias

quase impossível, uma vez que os canais de esgoto cortavam as areias, lançando no mar os dejetos sem qualquer tratamento. Em 1991, por exemplo, a população de Praia Grande era de mais de 120 mil habitantes, sendo que apenas 25% dos seus domicílios possuíam rede geral de esgoto <sup>24</sup>.

Com um quadro preocupante, portanto, a década de 1990 (principalmente a partir de 1993), foi marcada por grandes mudanças na infra-estrutura da cidade, tendo sido remodelado o sistema de transportes, a ponto de chegar a um total de mais de 90% de suas ruas pavimentadas - sem contar que em 85% dos domicílios o esgoto passou a ser coletado, (Agem, 2006).

Segundo a Agem (2006), a década de 1990 também foi responsável pela maior redistribuição espacial da população no município, já que até então se registrava uma maior concentração dos habitantes junto à praia e, principalmente, na região compreendida entre a praia do Boqueirão (onde está localizado o centro da cidade, e a praia do *Ocian*). Essa transformação foi possível devido ao *boom* da construção civil, ocorrido graças a uma série de obras de infra-estrutura, paisagismo e urbanização que, por sua vez, acabou atraindo milhares de famílias de baixa renda para o município, em busca dos empregos oferecidos pelas empreiteiras e construtoras. Tal fenômeno causou um imenso inchaço populacional na região compreendida entre a atual Via Expressa Sul, a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e a Serra do Mar, criando grandes bairros bastante pobres, como Jardim Quietude, Ribeirópolis, entre outros.

O quadro a seguir foi montado para apresentar algumas características das unidades de Praia Grande.

---

<sup>24</sup> Fonte: Cunha *et al* (2006)

**Quadro 2 – Algumas características das unidades (bairros) em Praia Grande**

Setor	Unidade	Bairros	Características
1	Centro/ Boqueirão	Militar, Boqueirão, Guilhermina e parte do Sítio de Campo	<p>Trata-se de uma região com 3,5km de praias, onde o uso predominante é residencial e concentra a maioria das atividades comerciais e de serviços do município.</p> <p>A verticalização dessa área está concentrada, principalmente, nas quadras mais próximas à orla.</p> <p>Os dois <i>shoppings</i> do município estão localizados nessa unidade.</p> <p>A área é servida por completa rede de infraestrutura: saneamento básico; iluminação pública; pavimentação; guias e sarjeta; coleta de lixo, além de equipamentos de saúde, educação e lazer.</p> <p>Nessa área localiza-se um dos dois emissários submarinos da Sabesb – Forte.</p>
2	Ocian	Aviação, Tupi Ocian e parte do Mirim	<p>Predomina uso residencial de padrão médio com verticalização entre a Av. Kennedy e a orla marítima. Na orla observa-se a substituição das antigas casas de veraneio por edifícios de mais de 10 andares.</p> <p>Conhecida como “local das colônias de férias”.</p> <p>No bairro Mirim se localiza a nova área administrativa: sede da Prefeitura; Fórum; várias secretarias e outros órgãos públicos.</p>
3	Caiçara	Solemar I, Flórida, Caiçara e parte do Mirim	<p>São ocupados por residências horizontais de padrão médio (Solemar) e alto (Flórida), e as edificações destinam-se ao lazer de veraneio. Nos bairros Caiçara e parte do Mirim, as edificações destinam-se ao uso residencial.</p>

Continuação Quadro 2 –

4	Quietude/ Piaçabuçu	Quietude, Antártica e parte do Sítio de Campo	<p>Uso residencial, caracterizado pelo assentamento horizontal de padrão médio.</p> <p>Algumas quadras (próximas à via Expressa Sul / Av.Ministro Marcos Freire), possuem infra-estrutura urbana e rede de serviços públicos.</p> <p>Algumas casas destinam-se ao uso de veraneio.</p> <p>Os pontos comerciais significativos da unidade localizam-se na Via Expressa Sul.</p> <p>Quanto mais distantes dessa Via, as quadras são ocupadas por residências de padrão popular, sendo que algumas ruas não possuem asfalto, nem são servidas por equipamentos de educação e saúde.</p> <p>Conforme a ocupação avança em direção ao Rio Piaçabuçu, limite com o município de São Vicente, as residências ficam mais dispersas e passam a apresentar um padrão de baixa renda, além de ter muitos terrenos desocupados e ruas sem infraestrutura urbana.</p> <p>Este tipo de ocupação já está atingindo áreas de mangue.</p> <p>Encontra-se conjuntos/condomínios residenciais verticais de padrão popular, como o do Programa de arrendamento Residencial do Ministério das Cidades, entre outros.</p>
5	Samabaia/ Trevo	Parte dos bairros Solemar II, Melvy e Trevo	<p>O melhor assentamento da Unidade está no Jardim Samambaia, com arruamento planejado, infraestrutura e habitações térreas de padrão médio.</p> <p>A maior parte dos bairros são isolados, com ruas de terra, com residências de padrão médio e popular.</p>
6	Domínio da Serra do Mar	parte dos bairros Solemar II, Melvi e Trevo	<p>A parte superior desta unidade pertence ao Parque Estadual da Serra do Mar, que é a unidade de conservação com maior área de florestas do domínio de Mata Atlântica.</p> <p>Detém a maioria das nascentes dos rios que abastecem os municípios litorâneos.</p>

Fonte: Agem (2006)

Com este quadro é possível notar que existem grandes diferenças entre as distintas unidades do município, evidenciando a segregação interna do município. Observa-se também, utilizando os elementos do espaço intra-urbano definido por Villaça (2001), que os bairros são basicamente residenciais - não são encontrados bairros caracterizados como industriais -, enquanto que a maior parte do comércio se concentra no centro, e próximo a ele.

## ***1.2 Dinâmica Metropolitana e a Mobilidade Populacional***

A dinâmica demográfica da RMBS, como se pode notar pelas características já apontadas neste trabalho, foi marcada por expressivo crescimento populacional influenciado tanto pelo crescimento vegetativo (que esteve influenciado principalmente pelo fato de a fecundidade se mostrar em declínio acentuado em todo o país) quanto pela migração. Quanto a fecundidade, observa-se na RMBS que, só de 1994 a 2005, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) passou de uma média de 2,21 para 1,78, enquanto que no município de Praia Grande, neste período, foi de 2,45 para 1,81 filhos por mulher em idade reprodutiva<sup>25</sup>.

Os valores para as TFTs estão bastante baixos, o que evidencia, entre outros fatores, o peso grande da migração para a Região Metropolitana.

Estes níveis de baixa fecundidade e aumento do elemento migratório vêm sendo anunciados desde a década de 1980. A trajetória econômica<sup>26</sup> refletiu na

---

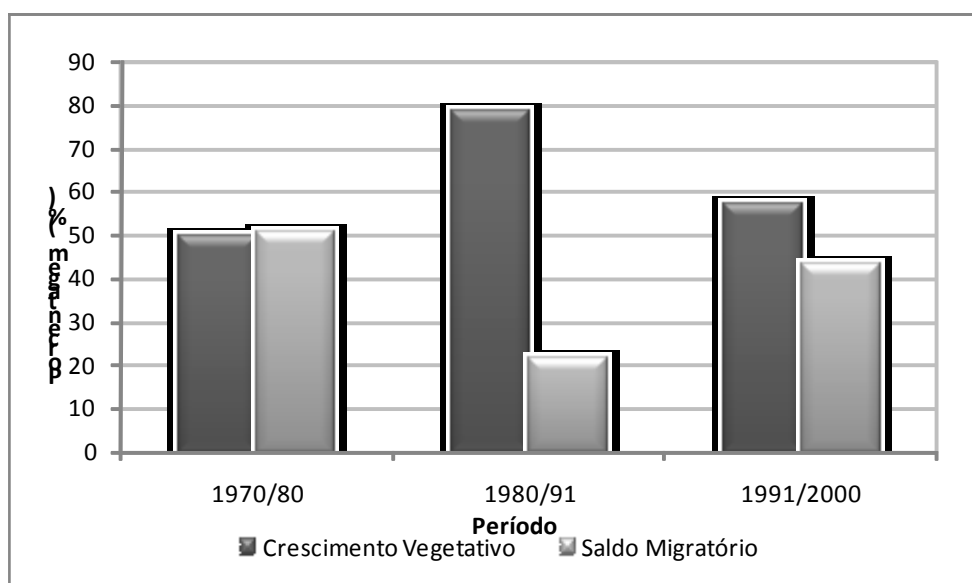
<sup>25</sup> As TFT's foram calculadas a partir de informações de nascidos vivos disponíveis no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, e também da população total feminina encontrada nos Censos Demográficos. Para o período intercensitário as estimativas preliminares dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo foram elaboradas a partir de informações do Ministério da Saúde (MS/SE/Datasus).

<sup>26</sup> A década de 1980 apresentou uma crise na economia brasileira, com uma estagnação no Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, aumento das desigualdades de renda e aceleração do processo inflacionário,

intensidade da dinâmica populacional, principalmente neste último componente, sendo este um importante elemento, no caso da RMBS, na dispersão da metrópole e consolidação de seus municípios.

A grande importância da migração para o crescimento total observado na década de 1970 não se repete na década seguinte, como mostra a Figura 2. Os anos 80 apresentaram participações maiores do crescimento vegetativo na maioria dos municípios da Região. Há de ressaltar que tal situação foi altamente influenciada pela perda de população da sede metropolitana, o município de Santos, que apresentou um saldo migratório negativo de 45 mil pessoas.

**Figura 2 - Componentes do crescimento populacional, RMBS, 1970/80; 1980/91; 1991/2000.**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970 a 2000 e Fundação SEADE

É inegável que a migração, historicamente, tenha se configurado como importante componente para o crescimento da Região. Entretanto, de forma geral, este elemento tem oscilado sua participação no crescimento populacional entre os

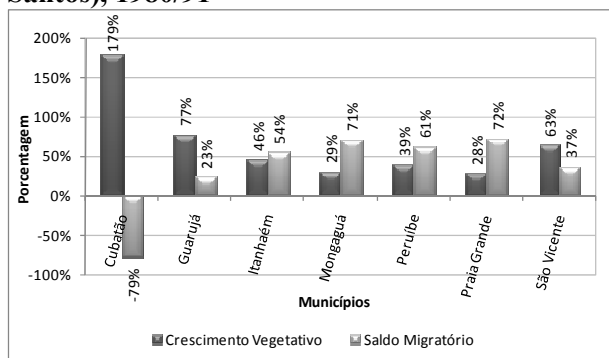
---

(OMETTO *et al.*, 1995). Nessa trajetória, o processo migratório sofre conseqüências: no caso do Estado de São Paulo há uma manifestação da crise na imigração de origem interestadual, onde esta se reduz, enquanto um aumento da emigração se torna evidente (PACHECO *et al.*, 2000). Segundo Martine (1994), “a crise (...) estimulou um certo imobilismo no que se refere aos deslocamentos de população.” (1994, p.40)

municípios (como está mostrado na Figura 2, cujos dados estão na Tabela 22 do Anexo I): ou seja, na década de 1970, cerca de 51% do crescimento total foi creditado ao elemento migratório; na década seguinte esse valor caiu para 21%, e nos anos de 1990 aumentou para aproximadamente 46%. A queda na década de 1980 reflete também no crescimento populacional que apresenta uma diminuição de 3,5% nos anos de 1970 para 1,8% nos de 1990.

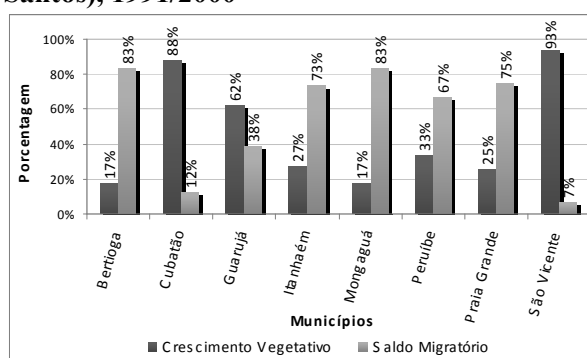
A despeito das tendências migratórias em nível regional deve-se reconhecer que este fenômeno é ainda fundamental para a periferação da Região. Neste sentido, os municípios que compuseram os vetores de expansão (Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e até Peruíbe) apresentaram maior peso no crescimento populacional creditado à migração, como pode ser observado nas figuras seguintes.<sup>27</sup>

**Figura 3 - Componentes do crescimento populacional, municípios da RMBS (exceto Santos), 1980/91**



Fonte: IBGE, Censos Demográfico 1991 e Fundação Seade

**Figura 4 - Componentes do crescimento populacional, municípios da RMBS (exceto Santos), 1991/2000**



Fonte: IBGE, Censos Demográfico 2000 e Fundação Seade

Especificamente no caso do município de Praia Grande percebe-se que este município se destaca pelos altos volumes migratórios, bem como pela importante representatividade deste componente para o total de seu crescimento. Segundo os dados da Fundação SEADE e dos Censos Demográficos, um peso de 91% do crescimento demográfico total na década de 1970 pode ser creditado à

<sup>27</sup> Deve-se ressaltar que o município de Santos não foi incluído nessas figuras por possuir percentual muito negativo, fazendo com que não fosse possível observar os componentes do crescimento populacional dos demais municípios.



migração; já na década seguinte, o peso relativo desse componente cai para 72%, praticamente mantendo-se na década de 90, com 75%. O município, como pode ser notado também na Tabela 22 do Anexo 1, possui os mais elevados valores da migração líquida. Entre 1970/80, este só perde para São Vicente, que por sua vez apresenta na década de 1990 uma diminuição de 45 mil habitantes para 2 mil pessoas compondo o saldo migratório.

Percebe-se, portanto, que Praia Grande, principalmente após a década de 1980 (período em que o município estava em vias de consolidação em termos de importância demográfica) configura-se como um interessante recorte espacial para se verificar as mudanças concernentes ao processo de metropolização da Baixada, principalmente no que se refere à produção social e estruturação do espaço.

### **I.2.1 A natureza dos ganhos migratórios da região**

Dada a importância do componente migratório para o crescimento e consolidação tanto da RMBS, quanto do município de Praia Grande, este tópico tem a intenção de apresentar uma breve análise dos componentes migratórios. O adjetivo breve é aqui inserido uma vez que se pretende, no próximo capítulo, apresentar uma análise mais exaustiva e qualificada da migração para Praia Grande. Neste momento busca-se apenas deixar claro os motivos que fazem com que o fenômeno migratório se torne um elemento de extrema importância neste estudo.

Analisando as informações relativas à residência cinco anos antes do censo demográfico,<sup>28</sup> nota-se que o volume da migração aumentou entre o período de 1986/1991 e de 1995/2000. Interessante observar que considerando apenas as movimentações intrametropolitanas, estas aumentaram em 13 mil pessoas, o que equivale a um incremento de mais de 30%.

Como já anunciado, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas na Região pela desconcentração populacional (devido à diminuição do peso relativo da população residente no município sede, em função do crescimento populacional dos municípios periféricos), sendo, portanto, de se esperar que houvesse um aumento das movimentações internas e, também, que estas viessem acompanhadas por mudanças na configuração de tais mobilidades - em termos de volume, origem e destino dos migrantes.

O município de Santos, que, como centro da região metropolitana, deteve boa parte dos migrantes, ainda estava recebendo população dos outros municípios da Região no período analisado, como mostra a Tabela 2. No entanto, em contrapartida a essa imigração para a sede metropolitana, constata-se uma perda significativa, cujo volume representa mais de cinco vezes o ganho, evidenciando que o local realmente perde população (de trocas migratórias), ao menos em termos intrametropolitanos. Tal característica pode também ser constatada pelo Índice de Eficácia Migratória (IEM)<sup>29</sup> da Tabela 3.

Com o IEM para os outros municípios, é possível notar que estes estão alcançando, em menor grau, a característica de não reter população (em termos

---

<sup>28</sup> Entre os demógrafos conhece-se esta informação pela denominação “DATA FIXA”, que sintetiza a pergunta sobre o município de residência cinco anos antes da data de referência do recenseamento. Esta informação tem o objetivo não apenas de definir aquele que vivia em outro município, mas também de verificar a sua origem em determinada data.

<sup>29</sup> O Índice de Eficácia Migratória corresponde a uma razão entre o saldo migratório e a migração bruta de determinada área, ou seja,  $\frac{\text{Imigração} - \text{Emigração}}{\text{Imigração} + \text{Emigração}}$ , de forma que sintetiza as características da região em termos

de absorção ou evasão populacional. O índice varia entre 1 e -1, onde os extremos, respectivamente, representam exclusivamente atração ou exclusivamente expulsão populacional. Os valores próximos a “zero” indicam que não existem predominâncias de imigração ou emigração, e, se analisado juntamente com os valores absolutos destes, podem indicar áreas de circulação de pessoas. Portanto, o uso do IEM deve ser analisado juntamente com os valores da imigração, emigração e saldo migratório.

da migração intrametropolitana), tal qual Santos. Dentre estes se pode citar Cubatão e Guarujá, outrora considerados importantes vetores da expansão metropolitana, mas, passando recentemente a registrar valores pequenos para tal índice.

**Tabela 2 – Composição da Migração Intrametropolitana, RMBS, Santos e Praia Grande – 1986/1991 e 1995/2000**

Migração intrametropolitana	RM Santos		Santos		Praia Grande	
	1986/1991	1995/2000	1986/1991	1995/2000	1986/1991	1995/2000
<b>Volume de Imigrantes</b>	41.054	53.994	4.283	8.363	8.884	13.766
<b>Taxas de Imigração (%a.a.)</b>	0,67	0,73	0,21	0,40	1,44	1,42
<b>Volume de Emigrantes</b>	41.054	53.994	23.750	25.760	2.444	4.156
<b>Taxas de Emigração (%a.a.)</b>	0,67	0,73	1,14	1,23	0,40	0,43

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

Por outro lado, Praia Grande, nesse período (período, inclusive, em que praticamente manteve a taxa de imigração), registrou um incremento na imigração intrametropolitana da ordem de 55%. Ressalta-se que essa imigração representava no período de 1986/91 quase 22% em relação ao total de movimentações internas da RMBS - sendo que no quinquênio de 1995/2000 eleva-se para mais de 25%. Por outro lado, a emigração, em termos percentuais, é bem menos representativa, com 6% no primeiro período e 7% no segundo, do total das emigrações da Região. Este fato mostra a importância do município de Praia Grande como uma das mais importantes áreas de atração da RMBS, ao menos no que se refere à migração intra-urbana.

Os Índices de Eficácia Migratória mostram que dentre os municípios da RMBS, Praia Grande é o que apresenta o maior valor em 1986/1991, e o segundo maior em 2000. Os demais municípios que compõem o vetor sul de expansão (Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe), também apresentam valores altos, indicando que tal área apresenta a característica de absorver migrantes<sup>30</sup>. Tomando as

<sup>30</sup> Essa afirmação merece uma explicação mais detalhada, no que diz respeito à interpretação do Índice de Eficácia Migratória, pois o fato de Mongaguá, por exemplo, apresentar um valor próximo ao de Praia Grande, não significa que o município retém um volume populacional igual a este último, uma vez que não são

devidas precauções na interpretação deste índice, observa-se que este vetor começa a se destacar no último período, em termos migratórios (excetuando Praia Grande que já na década de 80 apresentava um índice ainda maior). Desta forma, tais localidades estão se mostrando “eficazes” em termos migratórios, uma vez que parecem reter população.

**Tabela 3 – Índice de Eficácia Migratória, municípios da RMBS, 1986/1991 e 1995/2000**

Município	IEM (*)	
	1986/1991	1995/2000
<b>Bertioga</b>		0,6511
<b>Cubatão</b>	-0,2386	-0,2332
<b>Guarujá</b>	0,1645	-0,0364
<b>Itanhaém</b>	0,1872	0,4654
<b>Mongaguá</b>	0,2835	0,5057
<b>Peruíbe</b>	0,2637	0,3064
<b>Praia Grande</b>	0,5685	0,5362
<b>Santos</b>	-0,6944	-0,5098
<b>São Vicente</b>	0,4662	0,1687

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

(\*) Para o cálculo foi usada apenas a migração intrametropolitana.

Algumas constatações interessantes podem ser feitas se forem observadas mais detalhadamente as origens e os destinos dos migrantes da RMBS, como mostrado na Tabela 4, de forma a apreender alguns dos motivos pelos quais Praia Grande se destaca na redistribuição interna da população regional. Nota-se que o volume imigratório de 8.884 pessoas deste município perde apenas para São Vicente, com 19.177. No entanto, este último apresenta uma população maior do que Praia Grande e é altamente conurbado com a sede metropolitana – Santos.

---

consideradas as proporcionalidades entre diferentes áreas, assim como também não são levadas em considerações as populações do próprio município.

Tabela 4 – Imigrantes nos municípios da RMBS segundo origem, 1986-1991

Região em 1986	Região em 1991								RMBS
	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	
<b>Cubatão</b>		292			13	800	365	1948	3418
<b>Guarujá</b>	314		48	72	55	277	1073	941	2780
<b>Itanhaém</b>		125		133	130	79	117	141	725
<b>Mongaguá</b>		66	157			239	11	6	479
<b>Peruíbe</b>		48	130	38		36	130	94	476
<b>Praia Grande</b>	69	233	132	234	86		565	1125	2444
<b>Santos</b>	1295	2619	468	237	424	3785		14922	23750
<b>São Vicente</b>	423	492	124	144	109	3668	2022		6982
<b>RMBS</b>	<b>2101</b>	<b>3875</b>	<b>1059</b>	<b>858</b>	<b>817</b>	<b>8884</b>	<b>4283</b>	<b>19177</b>	<b>41054</b>
<b>RMSP</b>	953	3846	4496	2331	3588	11776	8668	5740	41398
<b>Outros E.SP</b>	798	1336	1781	646	1916	2490	4097	3056	16120
<b>Outros estados</b>	6168	12.406	1.715	785	2.197	6.100	15.067	10.683	55121
<b>Total</b>	10020	21463	9051	4620	8518	29250	32115	38656	153693

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Dos três vetores de expansão, aquele encabeçado por Praia Grande (aqui também constam Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe) é o que, neste período, recebeu um maior volume de migrantes, característica que deve ser creditada a este município. Os ganhos líquidos evidenciam a mudança na situação dos municípios entre os períodos analisados: enquanto o saldo migratório passa de 12,2 mil para 5,2 mil em São Vicente, Praia Grande aumenta de 6,4 mil para 9,6 mil, no período de 1991 a 2000 (com os dados de data fixa). Os demais municípios do vetor sul de expansão também apresentam acréscimo neste valor.

Os fluxos internos mais expressivos que têm como destino Praia Grande são os de origem em Santos e São Vicente. Especificamente, a corrente migratória estabelecida com Santos, mostrada na Tabela 5, envolve 3,2 mil pessoas, enquanto a contra-corrente<sup>31</sup> alcança apenas 565 pessoas. Sendo assim, a maior parte da imigração intrametropolitana do município provém do núcleo, que por sua vez se mostra como área de expulsão populacional intrametropolitana, conforme já apontado.

<sup>31</sup> O termo “contra-corrente” ou “contra-fluxo” é utilizado, em geral, para identificar o fluxo populacional de menor volume e em direção inversa envolvendo duas áreas.

Cubatão também aparece com valor negativo, mas em menor dimensão. No entanto, deve-se ressaltar que a população desse município é quatro vezes menor que a de Santos. Em se tratando das taxas de migração, Cubatão possui uma taxa de imigração (para os intrametropolitanos) de 0,46% ao ano, enquanto para Santos o valor é de 0,21%. Por outro lado a emigração intrametropolitana de Santos possui taxa de 1,14% e Cubatão de 0,75%. De qualquer forma, Cubatão, no período de 1986/1991, foi uma área de não-absorção de população, onde os emigrantes tinham como destino os municípios de São Vicente e Praia Grande.

O caso de São Vicente também acompanha essa tendência, pois apesar de ainda apresentar saldo migratório positivo, a emigração começa a se destacar, fato que evidencia mudanças em termos de distribuição do crescimento populacional no espaço metropolitano. Este município possui uma importante interação com Praia Grande, que fica evidente a partir destes dados: enquanto o primeiro transfere 3,7 mil (Tabela 4) para Praia Grande (valor superior ao total da emigração de São Vicente para todos os demais municípios), este último, como contra-corrente, apresenta um valor de um pouco mais de mil pessoas - um ganho líquido a favor de Praia Grande de mais de 2,5 mil migrantes (Tabela 5).

Considerando as trocas migratórias entre Praia Grande e os demais, como mostrado na Tabela 5, percebe-se que o saldo migratório deste município é altamente influenciado por sua relação com Santos e São Vicente. Em contrapartida, suas perdas devem-se às trocas com Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, evidenciando, mais uma vez, que o vetor de expansão nessa direção está se fortalecendo.

Tabela 5 – Trocas migratórias intrametropolitanas, RMBS, 1986-1991 e 1995-2000

Município	1986/1991		1995/2000	
	SM	Troca com PG	SM	Troca com PG
<b>Bertioga</b>	.	.	806	-34
<b>Cubatão</b>	-1.317	731	-1.415	711
<b>Guarujá</b>	1.095	44	-349	404
<b>Itanhaém</b>	334	-53	1.438	-338
<b>Mongaguá</b>	379	5	1.287	-231
<b>Peruíbe</b>	341	-50	858	-270
<b>Praia Grande</b>	6.440	.	9.610	.
<b>Santos</b>	-19.467	3.220	-17.397	4.921
<b>São Vicente</b>	12.195	2.543	5.162	4.447

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

No período de 1986/1991 Praia Grande canalizou boa parte dos migrantes internos da Região. Essa característica permanece e se fortalece no segundo período analisado (1995/2000), quando o município passa a ter uma participação ainda maior no volume de migrações internas da Região, principalmente em função dos fluxos estabelecidos com o núcleo regional – Santos e São Vicente. Desta forma, este município não só mantém a característica de área de atração migratória, como também aumenta consideravelmente seus volumes migratórios, as Tabela 4 e 6 permitem tal comparação.

Tabela 6 – Imigrantes nos municípios da RMBS segundo origem, 1995-2000

Região em 1995	Região 2000									Total
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	
<b>Bertioga</b>	.	14	59	.	20	9	0	114	.	<b>216</b>
<b>Cubatão</b>	10	.	162	26	162	55	961	1.153	1.212	<b>3.741</b>
<b>Guarujá</b>	649	93	.	290	115	191	808	1.829	998	<b>4.973</b>
<b>Itanhaém</b>	.	.	52	.	141	335	109	77	112	<b>826</b>
<b>Mongaguá</b>	.	.	14	178	.	61	241	53	82	<b>629</b>
<b>Peruíbe</b>	.	38	48	267	159	.	80	231	148	<b>971</b>
<b>Praia Grande</b>	34	250	404	447	472	350	.	751	1.448	<b>4.156</b>
<b>Santos</b>	329	1.209	3.233	642	354	437	5.672	.	13.884	<b>25.760</b>
<b>São Vicente</b>	.	722	652	414	493	391	5.895	4.155	.	<b>12.722</b>
<b>RMBS</b>	1022	2326	4624	2264	1916	1829	13766	8363	17884	<b>53.994</b>
<b>RMSP</b>	3028	536	4.405	8.989	6.511	6.178	18.475	7.030	5.006	<b>60.158</b>
<b>Outros E.SP</b>	861	986	2.918	2.234	1.529	2.428	4.512	4.329	2.614	<b>22.411</b>
<b>Outros estados</b>	4.082	5.642	12.682	2.738	1.585	1.238	9.657	11.532	8.964	<b>58.120</b>
<b>Total</b>	<b>8.993</b>	<b>9.490</b>	<b>24.629</b>	<b>16.225</b>	<b>11.541</b>	<b>11.673</b>	<b>46.410</b>	<b>31.254</b>	<b>34.468</b>	<b>248.677</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

As correntes migratórias, tanto de Santos quanto de São Vicente, para o município de Praia Grande aumentaram por volta de duas mil pessoas cada, com relação ao período anterior a 1995/2000. Em contrapartida, também houve acréscimo nos volumes das contra-correntes. Entretanto, estas diminuíram em termos percentuais com relação ao total de emigração de Praia Grande para dentro da RM: no caso de Santos diminuiu de 46% para 35%, e São Vicente de 22% para 18%, entre os períodos analisados.

O aumento no percentual da emigração vai para os municípios de Itanhaém e Mongaguá, nos quais, de uma forma geral, passam a ter maior número de imigrantes.

Este quadro de mudanças da migração intrametropolitana indica que o processo de metropolização da Baixada Santista está se consolidando, uma vez que há um deslocamento de população do centro para áreas mais periféricas, em especial Praia Grande, que nas últimas décadas tem se destacado, através de sua atratividade e absorção de migrantes.

No que concerne à mobilidade proveniente de fora da RMBS também se verifica uma importância relativa na população dos municípios. Na Tabela 4, nota-se que entre 1986/1991 chegaram, e permaneceram até o final do período, na RMBS, pouco mais de 112 mil pessoas, o que representava quase 10% da população total no ano de 1991. Dentre essas pessoas, mais de 41 mil tinham como origem a RMSP, e, destes, quase 12 mil pessoas foram recenseadas em Praia Grande - o que equivale dizer que quase 30% da população que saía desta RM em direção à Baixada Santista, tiveram como destino este município. Portanto, Praia Grande já se destacava, nos anos 80, em relação aos demais municípios da região, com relação à interação entre a RMSP e, particularmente, com o município de São Paulo.

Com relação à emigração, com os dados do Censo Demográfico, encontra-se que aproximadamente 59 mil pessoas, neste período, saíram da RMBS, sendo



que o grande responsável por parte da emissão de pessoas é o município de Santos (com quase 36,4 mil), seguido de São Vicente (com 5,5 mil) e Praia Grande, com 2,7 mil (este representa 5% do total dessas emigrações na Região).

Em se tratando do período de 1995/2000 o aumento de imigrantes com destino a RM chega a quase 30 mil, ou seja, aproximadamente 141 mil pessoas entrando na RMBS, o que contrabalança com o também acréscimo da emigração, que, mesmo em ritmo menor chega a soma de 77 mil pessoas.

Não é difícil supor que a mudança no volume da migração de fora da região também estava acompanhada de modificações na distribuição desses migrantes. Para Santos, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000, tanto a imigração quanto a emigração diminuíram. A imigração neste município caiu de 27.833 em 1986/1991, para 22.891 no segundo período; em termos percentuais: 24% e 16%, respectivamente, com relação ao total de pessoas que chegam a Região. No que concerne à emigração, nota-se um aumento entre os períodos: no primeiro saíam cerca de 36 mil pessoas para outros municípios que não os da Baixada Santista, representando 62% do total de pessoas que saíam da RMBS, enquanto que no período seguinte, houve um acréscimo no volume de aproximadamente mil migrantes nessa categoria; mesmo assim, a representatividade dos migrantes nesta categoria cai para 49%.

Para o período de 1995/2000 o município de Praia Grande se destacava com relação à migração de fora da RMBS, pois cerca de 33 mil, dos 140 que chegaram nesta região, tiveram como destino este município (o que representa 23% da imigração para a RMBS). No entanto, o volume da emigração deste município para locais fora da RM mais do que dobra, se comparado ao primeiro período, chegando a 6,6 mil emigrantes (o que representa 8,6% de toda emigração para fora da RMBS). De qualquer forma, em termos de volume populacional, a circulação de migrantes (com a imigração e emigração aumentando) torna-se mais evidente.

A migração com origem na Capital paulista também passa a ser mais expressiva em termos de volume para Praia Grande, com um aumento de 6,5 mil pessoas. No entanto, este acréscimo não representa aumento no peso do município com relação ao total de imigrantes desta categoria comparado à década anterior, pois, ainda representava os mesmos 30% do fluxo da RMSP a Baixada Santista.

Dentre esses períodos, a migração proveniente de “outros municípios do estado de São Paulo”, que não os da RMSP, também mostra que existe atualmente uma canalização de Praia Grande com relação aos fluxos populacionais. Entre 1986/1991 o maior volume nesta categoria tinha como destino Santos, seguido de São Vicente, e, depois, Praia Grande. Entretanto, no período de 1995/2000 esta situação se inverteu, com Praia Grande sendo o preferido, com 4,5 mil pessoas provenientes de outros municípios paulistas. Em seguida, e bem próximo, Santos aparece com 4,3 mil, e, depois, o Guarujá com 2,9 mil pessoas.

Desta forma, o município de Praia Grande, reproduzindo uma tendência que se observa em termos intrametropolitanos, também exerce um papel de maior destaque nas migrações intra-estaduais, de mais longas distâncias, principalmente entre 1995/2000.

As migrações provenientes de outros estados para a Baixada Santista têm como destino principalmente o município de Santos com 15 mil imigrantes, ou seja, 27% do fluxo interestadual para a RMBS entre 1986/1991 . Em seguida aparece o Guarujá, com 23% e São Vicente com 19%. Em 1995/2000 o destino com maior volume desta modalidade migratória é Guarujá, com 22%, seguido Santos com 20% e Praia Grande com 17%. Portanto, apesar de ainda não ser destino preferido da migração interestadual, o município de Praia Grande começa a tomar maior espaço neste fluxo.

Resumindo, Praia Grande se destaca em termos dos movimentos migratórios na dinâmica demográfica da região. Desta forma, com este item,

tentou-se demonstrar, com algumas descrições dos fluxos populacionais, a importância da migração para a dinâmica demográfica deste local. Em se tratando deste capítulo primeiro em si, tentou-se, pois, concentrar os esforços no sentido de apontar também o contexto histórico em que se encontra o processo de metropolização, também responsável por tais mudanças na dinâmica migratória – já que, como esclarecido deste o início, acredita-se aqui numa inter-relação destes fatores.

Sendo assim e seguindo linhas de trabalhos como as de Cunha (1994) e de Caiado (2004), este estudo busca possíveis alterações na composição e intensidade dos fluxos migratórios na RMBS, alterações estas que estão associadas aos fatores relacionados à estrutura intra-urbana, indo além na questão regional.



## **Capítulo II - Dinâmica Espacial intra-urbana e regional: reflexo na mobilidade em Praia Grande**

Acredita-se que o elemento migratório, além da importância para a dinâmica da região metropolitana, como apontada no Capítulo I, ainda representa um elemento de diferenciação ou perpetuação na forma de produção do espaço, conforme as diversas modalidades que a migração pode assumir, contribuindo para transformar ou reforçar o padrão de desenvolvimento de uma cidade, município ou região. Sendo assim, para um estudo mais completo, tanto do tema da mobilidade populacional, quanto do espaço é necessário que os deslocamentos da população sejam avaliados por seus diferentes fluxos e impactos no território. Desta forma, o presente capítulo tem a intenção de qualificar os distintos movimentos populacionais presentes em Praia Grande, de acordo com a origem.

Ademais, uma pesquisa mais detalhada da mobilidade populacional para o município ajudará a compreender como esta área se insere no cenário de expansão metropolitana, assim como seu posicionamento na estrutura intra-urbana e regional definidas por Villaça (2001).

Desta maneira, este capítulo se desenvolve sob a hipótese de que o município de Praia Grande possui uma característica específica em sua dinâmica intra-urbana, mantendo uma ligação importante principalmente com Santos e São Vicente, além de uma importante relação com a RMSP (que não deve ser diretamente relacionada como intra-urbana, nem exatamente como regional), relação esta que se expande para os demais locais.

Com este intuito, divide-se o texto em análises de movimentos de curtas e de longas distâncias: a migração intrametropolitana e a proveniente da RMSP num primeiro momento; e, em seguida, as de outros municípios do estado de São Paulo e a interestadual.

Vale destacar desde já a importância do primeiro item para o presente estudo, pois as mobilidades com origem na RMBS e RMSP trazem questionamentos importantes com relação aos estudos a respeito do espaço, uma

vez que as distâncias (euclidianas) percorridas pelos migrantes podem se assemelhar, muito embora o contexto que as envolvam sejam distintos. Sendo assim, os movimentos pendulares, vistos como um importante referencial de análise do processo de metropolização e expansão urbana, são também utilizados como uma ferramenta de análise da inter-relação entre as áreas e os diferentes fluxos migratórios encontrados nestas.

Para tal desenvolvimento, os deslocamentos populacionais serão medidos conforme as informações dos Censos Demográficos do ano de 1991 e 2000. Desta forma, para que haja comparações entre os dois períodos, os dados utilizados são os referentes às informações de data fixa, uma vez que, no ano de 2000, não houve investigação a respeito do município de residência anterior, mantendo apenas o quesito de data fixa para 1995.

No entanto, acredita-se que as análises baseadas em informações decenais permitiriam observar uma tendência mais consolidada a respeito da migração e também, juntamente, com as de data fixa, poderiam contribuir para o apontamento do município de residência na data que expressa o período de cinco anos antes do Censo; ou seja, se houve a possibilidade de trabalhar em conjunto com estes dois tipos de dados sobre a migração, com certeza, mais etapas migratórias poderiam ser avaliadas<sup>32</sup>.

De qualquer forma, ressalta-se que a comparação entre as informações de data fixa e residência anterior evidencia a obtenção de volumes diferentes, pois o número de migrantes conforme este primeiro não indica exatamente o total de

---

<sup>32</sup> Apenas como forma de demonstrar a importância da informação do município de residência anterior no Censo de 1991 e justificar o uso de Data Fixa faz-se uma breve análise comparativa entre estas: no caso do presente trabalho, encontra-se em Praia Grande um volume de 21.172 pessoas que possam ser consideradas migrantes com origem na própria RMBS e com menos de 10 anos de residência no município. Os menores de 5 anos a partir deste quesito são de 10.502, enquanto que a informação de data fixa apresenta um valor de 8.884.

Desta forma, ressalta-se que existe uma diferença entre estas variáveis, sendo que pode estar relacionada tanto aos retornados para o município, ou seja, aqueles que declararam morar na data de 01/09/1986 em Praia Grande, mas saíram e voltaram até a data do censo, quanto representar uma etapa migratória que envolve uma outra região, por exemplo, um migrante pode ter saído da RMSP, em direção a Santos, e depois para Praia Grande dentro desses 5 anos. Neste último caso, estar-se-á misturando as modalidades que envolvem o município.

migrantes recentes. Sendo assim, deve-se destacar que as análises estariam mais próximas da realidade se fossem realizadas a partir de informações de residência anterior – o que torna-se impossível, devido às próprias limitações do Censo Demográfico.

## ***II.1 Deslocamentos populacionais***

Apesar da migração, assim como as questões demográficas de uma forma geral, ter encontrado cada vez mais espaço nos estudos que envolvem a sociedade como tema, ainda existem algumas lacunas na teoria que engloba este elemento.

Nesse sentido, os maiores obstáculos estão concentrados em como os estudos a respeito da migração vêm sendo trabalhados pelos pesquisadores, pois, se nos anos recentes aconteceram diversas mudanças que tiveram impacto na dinâmica demográfica, pouca coisa mudou no tocante às teorias desenvolvidas para as modalidades migratórias – que ainda estruturaram a sociedade em meio à discussão da transformação de um Brasil rural para o urbano. Isso, em muito se deve também ao fato de que vários dos que se tornaram “clássicos da demografia” foram escritos em períodos anteriores às transformações de ordem mais global. Nesse sentido, mesmo Singer (1980), um dos clássicos no assunto, apesar de inserir questões relevantes a respeito da migração como um processo global de mudanças historicamente condicionado<sup>33</sup>, pouco nos auxilia em se tratando dos assuntos mais contemporâneos do debate demográfico, pois este texto, por

---

<sup>33</sup> Neste texto, Singer trabalha com o tipo predominante rural-urbano condicionado pela etapa econômica marcada pela industrialização, no qual esta última, em sua forma de criação da cidade, se condicionou como importante papel para a migração, principal e primeiramente, de curta distância. Para este autor as migrações aparecem como mecanismo da redistribuição espacial da população, que por sua vez, se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas.



exemplo, ainda se atém mais ao paradigma de uma sociedade em meio à transformação do rural para o urbano (transformações estas ocorridas na sociedade brasileira sobretudo a partir da década 1960), não abarcando as questões das modalidades atuais. Ou seja, em termos da literatura demográfica ainda há muito o que se contribuir, sobretudo no tocante às transformações mais recentes desses padrões.

Segundo Oliveira e Stern (1980) os estudos que seguem a linha de desenvolvimento deste autor vêem a migração como um processo social e, portanto, ligada a vários outros elementos, como por exemplo, a urbanização, industrialização, etc., num processo de formação histórica, criando uma situação de dependência e estrutura de classes. Desta forma, destacam-se os modos de vinculação entre as distribuições das características estruturais das sociedades capitalistas.

De qualquer forma, a urbanização atual, como já anunciado no Capítulo I, é possuidora de uma complexidade que envolve questões referentes a fatores econômicos, políticos, sociais e culturais onde os condicionantes migratórios se intercalam entre diferentes elementos que perpassam motivos como os de trabalhos, habitacionais, entre outros. Sendo assim, para o entendimento das relações entre espaço e sociedade é necessário, e proveitoso, que a contrapartida migratória no processo urbano seja observada através de um desmembramento das modalidades que a compõem.

Supõe-se que as questões que envolvem os deslocamentos populacionais de curta distância podem não ser as mesmas dos de longa distância, sendo preciso que sejam analisadas separadamente. Por exemplo, para os primeiros pode-se assumir que a valorização da terra no centro, no processo de metropolização ou periferização, se constitui como um dos elementos de não-absorção de determinada categoria da população, seja em termos da impossibilidade de manter os gastos no local, como pela procura de casas ou lotes próprios. Neste caso, para os migrantes que percorreram distâncias mais longas, esse mesmo elemento pode também atuar como incentivo, mas de forma distinta.

As melhorias e facilidades nos acessos entre diferentes espaços, principalmente no intra-urbano, podem estimular a preferência por parte de algumas famílias pela localização em termos de qualidade de vida. No caso de Praia Grande esse estímulo pode se materializar no elemento praia, ou na possibilidade de “morar melhor” (considerando os custos de aluguéis, localização, distância trabalho/casa, entre outros, que variam conforme o valor adotado pelas famílias de diferentes segmentos – incentivadas pela dinâmica social – e de suas concepções de “necessidades de sobrevivência”<sup>34</sup>).

Um outro ponto que pode causar diferenças entre as modalidades migratórias se concretiza na percepção dos migrantes com relação à região de destino. De forma geral, os movimentos, atualmente, não possuem mais o fator de ignorância que predominava naquele determinado movimento populacional (rural-urbano, ou os movimentos de longa distância predominantes em décadas passadas), uma vez que a dispersão urbana contribuiu para atuar também no sentido de “dominação do meio”<sup>35</sup>, aliada, é claro, à propagação tecnológica dos meios de comunicação, ou uma maior facilidade de deslocamento de pessoas pelo território nacional, bem como a comunicação através das redes sociais. Ou seja, tudo isso fez com que a ligação entre diferentes locais se tornasse maior e a distância, ao contrário, se tornasse relativa, por assim dizer; isso pode ser considerado mesmo para os casos da migração interestadual, na qual a experiência prévia ou as redes sociais podem atuar.

É claro que ainda se considera que existem informações, possibilidades e hipóteses ainda não verificadas em termos da receptividade do migrante no local de destino; não se ignora aqui, por exemplo, o preconceito para com os migrantes nordestinos em cidades da região Sudeste, nem mesmo a formação de “quase guetos”, mas, o que se pretende sublinhar é que esses elementos são, de certa

---

<sup>34</sup> É evidente que este fator não atua de forma igual para todos os segmentos da população, sendo aqui defendido que existe uma diferenciação entre as modalidades migratórias, que poderão ser intuídas através de características socioeconômicas.

<sup>35</sup> Ou seja, as pessoas já terem maiores informações sobre as diferentes cidades, os diferentes espaços urbanos a que possam um dia se dirigir.

forma, mais amenos, nos dias atuais, principalmente nos casos dos movimentos de curta distância – ou, pelo menos, em se tratando do recorte que foi realizado na presente pesquisa e, conseqüentemente do prisma em que se está estudando o fator migração.

De qualquer forma, não se podem averiguar de fato e exaustivamente quais são os motivos/causas migratórios. Mesmo porque a realidade social nos aparece como um campo de possibilidades e interpretações sempre infinitas e qualquer recorte científico, inevitavelmente, sempre deixará algum aspecto de lado – pela própria característica e posicionamento metodológico de cada área científica e de cada pesquisa. No entanto, presume-se que ao que interessa ao presente estudo, diferenças qualitativas, segundo características demográficas e socioeconômicas, serão encontradas entre os distintos fluxos populacionais, uma vez que, por exemplo, os migrantes de mais longa distância parecem se apresentar em contextos diferentes, mesmo que haja experiências prévias ou redes já estabelecidas nas áreas de origem.

Entre as características individuais, seria importante enfatizar certos elementos do tipo socioeconômico, uma vez que o próprio caráter da motivação pode variar segundo as condições de existência dos indivíduos, e de acordo com Singer (1980), “os motivos se manifestam no quadro geral de condições sócio-econômicas que induzem a migrar” (p.237)<sup>36</sup>.

Assim, aponta-se para o fato de que, apesar de possuir diferentes fluxos no processo de metropolização, o município de Praia Grande, vetor de expansão periférico da RMBS, não apenas passa a ser ponto de atração para os migrantes intrametropolitanos, como também para as outras modalidades de migração, sendo que estes distintos migrantes podem estar inseridos em condições socioeconômicas distintas.

---

<sup>36</sup> É importante ressaltar que para este autor a migração deve ser vista como um fenômeno estrutural, interligado às condições das classes sociais, ou seja, grupos populacionais específicos. Sendo, portanto, as características individuais analisadas a partir da unidade atuante: o grupo. Afinal, segundo o autor, “o mais provável é que a migração seja um processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo mas o grupo” (SINGER, 1980, p.236).

A seguir serão realizadas algumas análises dos diferentes fluxos em Praia Grande, de forma que será possível verificar se o município realmente está envolvido em diferentes processos migratórios.

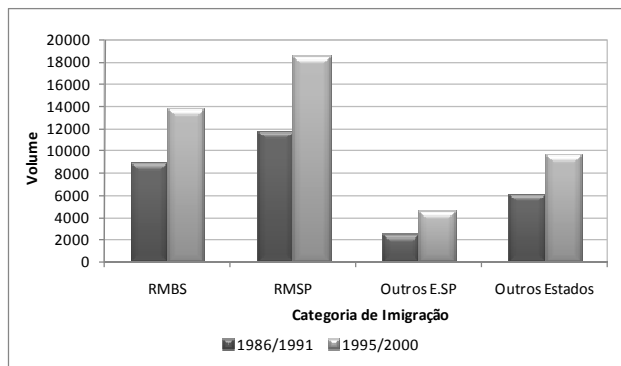
## ***II.2 Migração em Praia Grande***

Praia Grande, conforme já comentado, é um município estruturado principalmente pela expansão metropolitana do centro (Santos e São Vicente), planejado inicialmente pela exploração do turismo na região, teve a consolidação de seu papel enquanto importante pólo da questão migratória (principalmente de curta distância) da RMBS durante a década de 80 e 90. Alguns fatores como a produção imobiliária arrefecida com o grande peso na atração turística, melhorias na implantação da infra-estrutura e no acesso ao local), fizeram com que a migração de áreas próximas fosse importante na implantação do município.

A migração possui, no município, várias facetas que podem estar relacionadas às diversas modalidades encontradas, na qual a de curta distância, basicamente proveniente da própria RMBS (notadamente dos municípios de Santos e São Vicente), bem como (e com mais intensidade) da RMSP, tiveram um destaque considerável neste cenário. Os demais movimentos, apesar de em menor volume, também se mostram expressivos, conforme se detalhará a seguir.

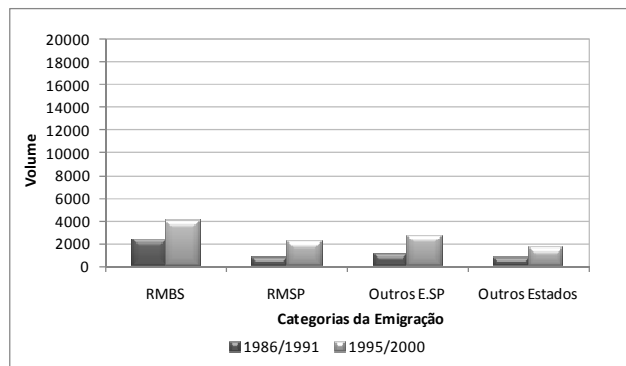
A Figura 5 mostra a participação dos fluxos migratórios internos que serão estudados nesta dissertação. A partir destes dados é possível notar um aumento, de forma geral, no volume imigratório em Praia Grande, principalmente nos fluxos de curta distância entre as décadas de 1980 e 1990.

**Figura 5 - Volumes de imigrantes por local de origem, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

**Figura 6 - Volume de emigrantes por local de destino, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Por outro lado, a Figura 6, que traz os volumes das emigrações de Praia Grande mostra que, apesar dos volumes notoriamente menores, o aumento em termos percentuais de emigração entre os períodos analisados é maior, se comparados à imigração: ou seja, enquanto esta cresce em 54% na mobilidade intrametropolitana, a emigração aumenta em 70%; no que diz respeito às demais modalidades, nota-se que estas mais do que dobram, com o maior aumento representado pelo destino da RMSP (na ordem de 2,6 vezes do primeiro para o segundo período).

No entanto, a emigração que tem como origem Praia Grande pode ser considerada praticamente insignificante, em termos de volume e estruturação/produção social do espaço no município, principalmente se comparada à imigração. Desta forma, a análise da emigração não trará muitas contribuições para a argumentação de que as diferentes modalidades migratórias fortalecem o processo de reestruturação do espaço (no contexto da expansão metropolitana)<sup>37</sup>. Sendo assim, o cerne desta pesquisa se concentrará na população que chega ao município.

<sup>37</sup> Na análise da emigração intrametropolitana (Figura 35 do Anexo I) pode-se notar que os municípios de Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe começam a receber população proveniente de Praia Grande, principalmente, após a década de 1990. No entanto, os valores ainda não podem ser considerados significantes, e esta emigração foge um pouco ao escopo deste trabalho já que o objetivo principal aqui está mais em avaliar o

## II.2.1 Migração de Curta Distância

Se os estudos a respeito do espaço intra-urbano são ainda escassos e pouco desenvolvidos - se comparados aos regionais -, de certa forma, pode-se dizer o mesmo com relação aos estudos migratórios. A maior predominância de estudos migratórios focados no âmbito regional e nacional se torna justificável quando se pensa no processo historicamente datado das modalidades predominantes durante as décadas passadas.

Ou seja, a relevância dos estudos migratórios que abordam os movimentos interestaduais, principalmente intra-regionais, teve seu ápice quando estes fluxos ainda eram os principais estruturadores dos espaços envolvidos, principalmente quando os movimentos migratórios eram predominantemente rural-urbanos. Atualmente, esses deslocamentos de longa distância, agora já majoritariamente de âmbito urbano-urbano, ainda contribuem para o cenário migratório brasileiro, mas foram perdendo peso relativo para os fluxos de distâncias mais curtas; mudança esta altamente associada à atual situação da sociedade e do urbano brasileiro.

Apesar de, mais recentemente, a mobilidade de pessoas para locais próximos se tornar tema recorrente nos estudos das migrações internas (fato que, em parte, está relacionado ao intenso processo da urbanização da sociedade brasileira), não se pode esquecer que este é um fenômeno anunciado desde muito tempo pelos textos clássicos da temática demográfica. Neste contexto, pode-se citar até trabalhos da bibliografia internacional com é o caso de Ravenstein

---

posicionamento do município como um dos elementos de expansão da Baixada Santista, com importância também para a RMSP, ficando, desta forma, a sugestão para estudos posteriores.

(1980), dentre outros, que, ainda no final do século XIX, apontavam que os migrantes, via de regra, se deslocavam à curta distância<sup>38</sup>.

Ainda, cabe destacar que Ravenstein trabalha com a idéia de que os fluxos populacionais se destinam aos grandes centros comerciais e industriais propriamente ditos, ou às suas proximidades. Pensando-se no presente estudo, pode-se afirmar que, no caso de Praia Grande há uma proximidade, como já foi exposto, da sede da metrópole, ou ainda do centro industrial da região (Cubatão) e, até mesmo, do grande centro econômico (a cidade de São Paulo). Este fator “localização”, além de outras características, possivelmente também torna este município atrativo para diferentes camadas da sociedade.

De qualquer forma, o direcionamento dos fluxos populacionais para regiões próximas ao grande centro da metrópole, apesar de já ter sido anunciado por Ravenstein (1980), toma proporções maiores, mais complexas e contemporâneas, inclusive em se pensando em termos da dinâmica urbana da região metropolitana em questão.

Nesse sentido, em Praia Grande os fluxos de distâncias relativamente curtas podem ser divididos em dois: os provenientes da RMBS e os da RMSP, de forma que é possível se encontrar diferentes características entre estes. Para melhor avaliar tais diferenças serão criados dois itens, um para cada modalidade migratória, e que serão apresentados a seguir.

---

<sup>38</sup> Ressalta-se que o conceito de curta distância utilizado no presente trabalho possui significado diferente do do texto de Ravenstein, pois com o decorrer do tempo e com a transformação atual do espaço as distâncias percorridas pelos migrantes, para cidades vizinhas, por exemplo, não são mais as mesmas. Ademais, cabe lembrar que autor em questão baseou seu texto, e as possíveis leis da migração, em um trabalho observacional das movimentações populacionais entre condados na Grã-Bretanha

### II.2.1.1 Migração Intrametropolitana

Avaliar o significado desta modalidade migratória para a formação da região, bem como da produção social do espaço, não é tarefa fácil, e requer uma abordagem multifacetária. De qualquer forma, este item busca apresentar algumas reflexões a respeito do caminho utilizado para a construção de um significado da modalidade no processo de expansão da metrópole, reflexão esta que, exatamente, é um dos objetivos centrais da presente pesquisa. Sendo assim, avaliam-se as características socioeconômicas dos indivíduos/grupos sociais envolvidos no processo.

A imigração intrametropolitana em Praia Grande<sup>39</sup>, representava, em 1991, cerca de 30% das migrações para o município e aproximadamente 7% de sua população, nos dois períodos analisados. Não é demais destacar que a origem deste fluxo provém, principalmente, do núcleo da metrópole – Santos e São Vicente.

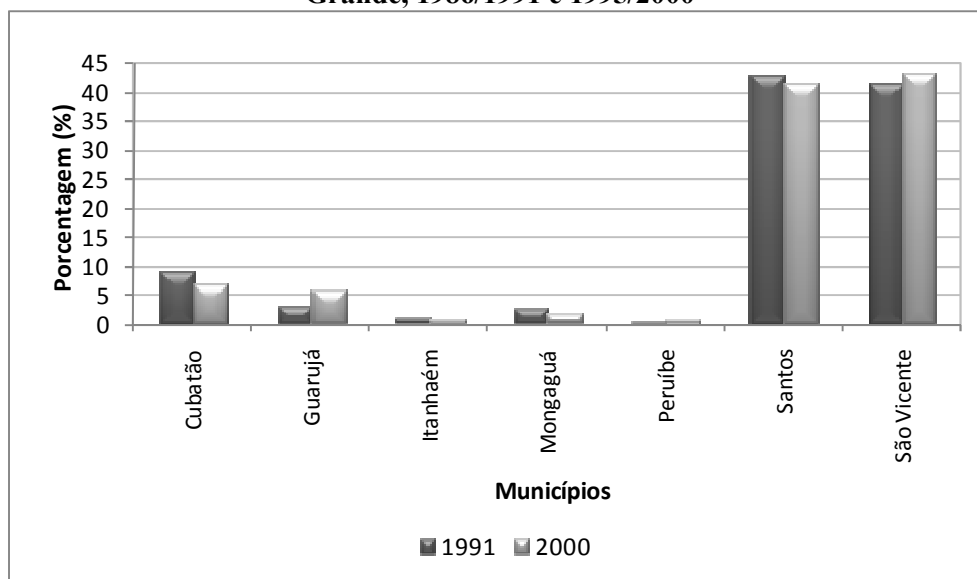
Na Figura 7, nota-se que há uma diferença muito pequena entre os períodos analisados, evidenciando que a origem da migração intrametropolitana praticamente não se altera. Com esta visualização pode-se apontar que o período de 1995/2000 apenas evidencia o processo de metropolização iniciado décadas atrás e que começa a se consolidar na década de 1980.

---

<sup>39</sup> Lembrando sempre que as informações referentes à migração intrametropolitana, neste trabalho, são do quesito data fixa.



**Figura 7 – Participação dos municípios da RMBS na imigração intrametropolitana, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

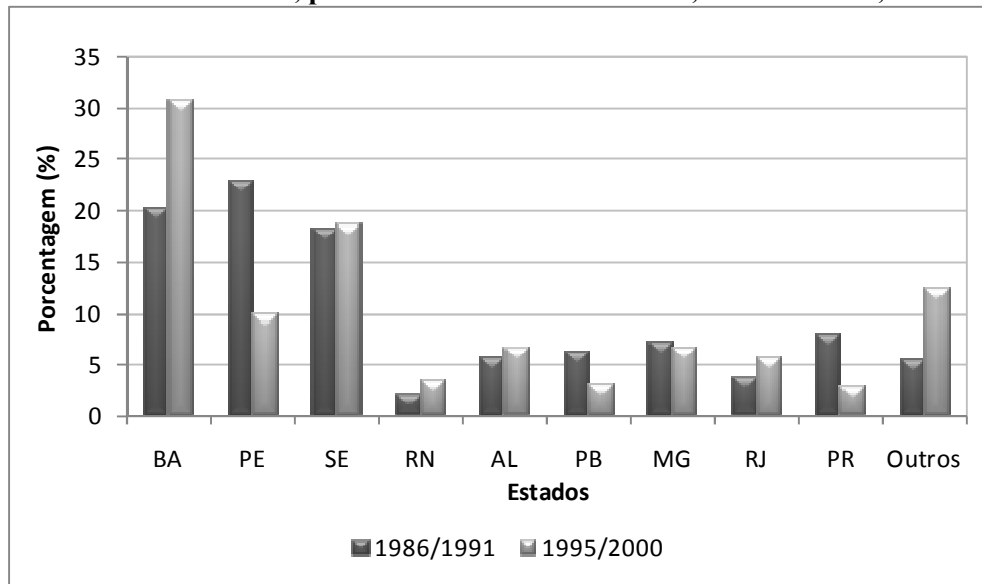
Deve-se ressaltar que a migração intrametropolitana, em parte, representa apenas uma das etapas no processo migratório. É evidente que se fosse possível avaliar as informações do município de residência anterior mais etapas poderiam ser encontradas, conforme já esclarecido anteriormente. No entanto, a análise do local de nascimento da população migrante de data fixa pode se apresentar como uma interessante alternativa<sup>40</sup>.

Considerando a população migrante de data fixa, encontra-se que, aproximadamente 69% destes, nos dois períodos analisados, nasceram no próprio estado de São Paulo. E se forem selecionados apenas os chefes de família migrantes, essa cifra cai para aproximadamente 56%.

Para verificar o local de nascimento dos migrantes que nasceram em outro estado, a Figura 8, mostra a distribuição pelos outros estados, excetuando os nascidos em São Paulo.

<sup>40</sup> No presente trabalho, essa informação tem mais sentido se combinada com a migração recente. De qualquer forma, esta não apresenta o mesmo efeito se a combinação fosse entre os dados de data fixa e os de última residência, pois, com esta (data fixa e última etapa), poder-se-ia estipular com grande precisão um intervalo para os tipos de migrantes.

**Figura 8 – Participação da naturalidade dos chefes de família migrantes intrametropolitanos segundo UF de nascimento, para os não naturais no estado, Praia Grande, 1991 e 2000.**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Desta forma, tem-se que quase metade dos chefes imigrantes intrametropolitanos em Praia Grande já realizaram, em algum momento de suas vidas, outra etapa migratória de longa distância, cuja origem foi, principalmente, algum estado da região Nordeste do país, em especial Bahia, Pernambuco e Sergipe. Sendo assim, estas informações sugerem que a modalidade migratória Nordeste-São Paulo ainda possui reflexos na dinâmica da RMBS, inclusive na constituição de outras modalidades mais recentes.

Apesar de elucidativa, acredita-se que esta característica não seja exatamente a mais apropriada para diferenciar as modalidades migratórias intrametropolitanas da RMBS, sobretudo quando pensa-se no grande fluxo de migrantes nesta região que tem como local de nascimento a RMSP.

Nesse sentido, a distribuição por sexo e idade desses migrantes - características fundamentais em qualquer análise demográfica -, pode apresentar alguns aspectos relevantes para se conhecer melhor os fluxos populacionais e,

principalmente, para diagnosticar o caráter seletivo do fenômeno - assim como distingui-los.

Em termos gerais, as peculiaridades dos movimentos intrametropolitanos se traduzem numa seletividade menos acentuada, tanto em termos dos atores, quanto dos condicionantes envolvidos - isso se comparada aos movimentos de distâncias mais longas, como será observado mais adiante.

Na verdade, observar-se uma maior incidência do sexo feminino, uma vez que se encontra um maior volume e representatividade deste entre os migrantes intrametropolitanos nos dois períodos analisados. A Razão de Sexos (RS) para os migrantes de 1986/1991 foi de 96,3%; e para os de 1995/2000 foi de 99%<sup>41</sup>. Deve-se ressaltar que a RS no primeiro período segue uma tendência mais geral da população total da RMBS, que possui RS de 96%. No entanto, para o segundo período há uma seletividade maior a favor do sexo masculino, considerando a região de origem dos migrantes, pois para a RMBS a RS é de 93%<sup>42</sup>.

No entanto, apesar de se verificar maiores proporções na maioria das faixas etárias dos migrantes de 1986/1991 (como mostra a Figura 9), algumas faixas etárias, em especial, apresentam percentagens maiores que as demais no que diz respeito ao sexo masculino, como é o caso das de '15 a 19' e '20 a 24' anos; nestas, as razões são de 73 e 70% para o ano de 1991, respectivamente. Em compensação, a faixa de '30 a 34' apresenta uma RS de quase 122%.

Esse descompasso da RS entre as distintas faixas etárias indica que a migração intrametropolitana para Praia Grande pode estar envolvida por características familiares, uma vez que a idade ao casar dos homens é, em média, maior que a das mulheres.

---

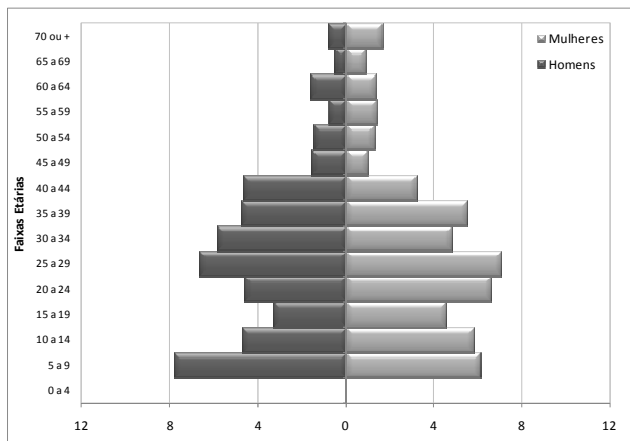
<sup>41</sup> Em termos de volume, em 1991 o número de mulheres nesta situação foi de 4.524 enquanto os homens somavam 4.361. Para a população total da RMBS esses valores foram de 623 mil e 597 mil, respectivamente.

<sup>42</sup> Para o ano de 2000, encontrou-se 6.916 mulheres e 6.850 homens migrantes intrametropolitanos, e para a população total da RMBS esses valores foram de 747 mil e 700 mil respectivamente.

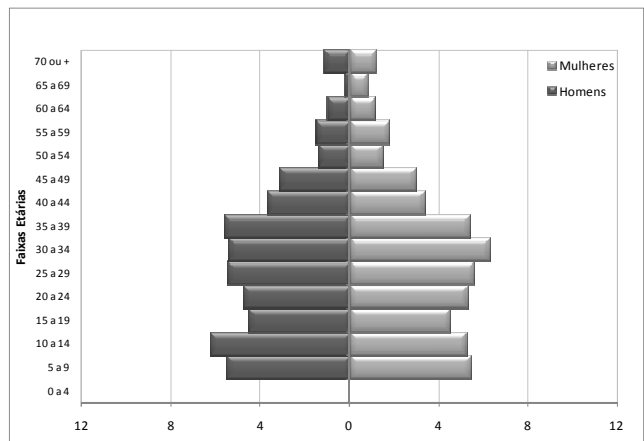
Para o ano de 2000 também se encontram diferenças entre as faixas etárias, no entanto, a presença masculina passa a ser mais forte em cada uma destas. As faixas que em 1991 (Figura 9), apresentavam maiores proporções, de '5 a 9' e '20 a 34' anos, em 2000, (Figura 10), apresentavam uma diminuição, configurando, assim, uma pirâmide mais envelhecida, onde se verifica a concentração nas faixas de '5 a 14' e '25 a 39' anos; de qualquer forma, em ambos os períodos, apresentam características de famílias no início do ciclo vital.

De fato e como Cunha (1994) comprova em um estudo a respeito da RMSP, o ciclo vital é um condicionante da mobilidade intrametropolitana, no sentido de que a constituição de novas famílias impulsiona mudanças de moradias, “o potencial analítico do ciclo vital para entender as motivações para a migração intrametropolitana é bastante claro, pois é razoável supor que famílias em diferentes etapas do ciclo vital deverão reagir também de formas distintas a um determinado tipo de incentivo ou constrangimento.” (CUNHA, 1994, p.64)

**Figura 9 - Pirâmide etária dos migrantes intrametropolitanos, Praia Grande, 1986/1991**

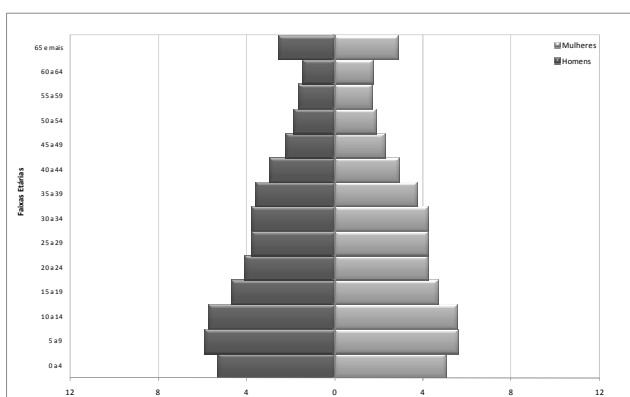


**Figura 10 - Pirâmide etária dos migrantes intrametropolitanos, Praia Grande, 1995/2000**

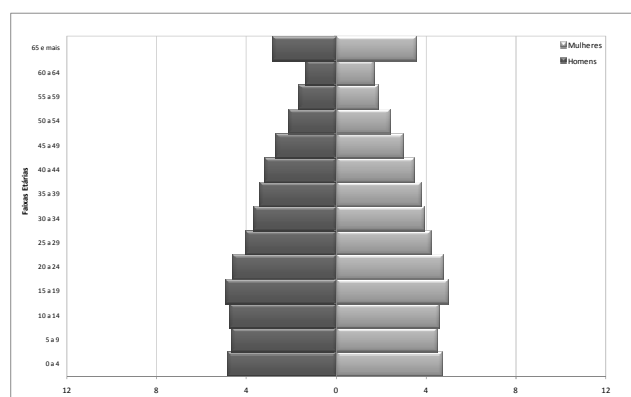


Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

**Figura 11 - Pirâmide etária da População Total, Praia Grande, 1991**



**Figura 12 - Pirâmide etária da População Total, Praia Grande, 2000**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Com relação à população total do município de Praia Grande nota-se que esta apresenta uma diferença na distribuição por sexo e idade entre os períodos de 1991 e 2000. Tal modificação, que faz parte também do processo nacional da transição demográfica, se mostra através do estreitamento da base, enquanto alarga-se o topo da pirâmide. Desta forma, a distinção entre esta e a população migrante intrametropolitana está também na estrutura menos envelhecida desta última.

Em termos gerais, a comparação com a população total mostra que existe uma seletividade com relação à idade, na qual há uma concentração dos migrantes nas idades de 25 a 39 anos (34% para o período de 1995/2000, contra 24% da população total, para o mesmo período).

Voltando à característica familiar, é sensato supor, por exemplo, que as migrações intrametropolitanas em Praia Grande (aliás, os movimentos de curta distância em geral), possuem características de ser familiar, em função justamente

do caráter de curta distância destas, que possibilita uma maior facilidade de deslocamento pela região, assim como afirma Cunha (1994).<sup>43</sup>

Numa análise a respeito do arranjo familiar com os municípios da Baixada Santista, Jakob (2003), aponta que de uma forma geral a maior parte dos tipos de família é composta por casais com filhos e também que a participação dos casais nessa formação vai diminuindo com tempo. Assim, através dos dados apresentados por este autor, Praia Grande se encaixa nesta situação.

Com a Tabela 7 é possível confirmar tal característica: no período de 1986/1991 aproximadamente 52% dos arranjos familiares (dos migrantes) no município eram compostos por casais com filhos, sendo que 76% das famílias com chefes migrantes podem ser consideradas como nucleares, enquanto que no segundo período esse valor cai para 73,5%, no qual os casais migrantes com filhos representam 44%.

Contudo, há uma leve diferenciação entre os dois períodos, sendo que o primeiro é marcado por uma migração mais nuclear, principalmente no que diz respeito à categoria “casal com filhos”. Entretanto, essa diferenciação não tira o caráter familiar deste tipo de migração, que inclusive está muito próximo das famílias não-migrantes<sup>44</sup>.

Como as informações referentes aos migrantes podem, no máximo, se defasarem por cinco 5 anos, já que os dados são referentes à informação de data fixa , a situação da família no momento censitário provavelmente não está tão diferente do momento da migração em comparação com a informação disponível

---

<sup>43</sup> Ressalta-se que os dados dos Censos demográficos são referentes ao momento de coleta, e não à situação no momento da migração. Neste caso, não utilizando uma aproximação, os resultados apresentam uma diferença de no máximo cinco anos, uma vez que as informações utilizadas são as de data fixa.

<sup>44</sup> Aqueles que, no Censo de 1991, declararam morar em Praia Grande na data de 01/09/1986; ou que, no Censo de 2000, declararam residir neste município em 31/07/1995.

da migração decenal. Portanto, não será realizada uma aproximação para o cálculo desta informação<sup>45</sup>.

**Tabela 7 – Participação do número de famílias por tipo de famílias segundo Migrantes Intrametropolitanos e não-Migrantes, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000**

Período	Condição Migratória	Arranjo Familiar						Total
		casal		chefe		Estendida	Individual	
		c/ filho	s/ filho	c/ filho				
1986/1991	Total de Famílias	47,06	15,54	10,04	11,42	7,91	8,03	34.514
	Famílias Migrantes Intrametropolitanos	52,21	14,36	9,40	9,79	8,11	6,14	3.025
	Famílias não Migrantes	48,98	14,13	10,54	11,92	6,81	7,62	24.662
1995/2000	Total de Famílias	43,84	15,28	13,01	7,80	10,91	9,16	59.395
	Famílias Migrantes Intrametropolitanos	44,10	17,43	11,94	9,18	7,97	9,38	4.470
	Famílias não Migrantes	45,60	13,77	13,72	7,57	10,39	8,96	43.665

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

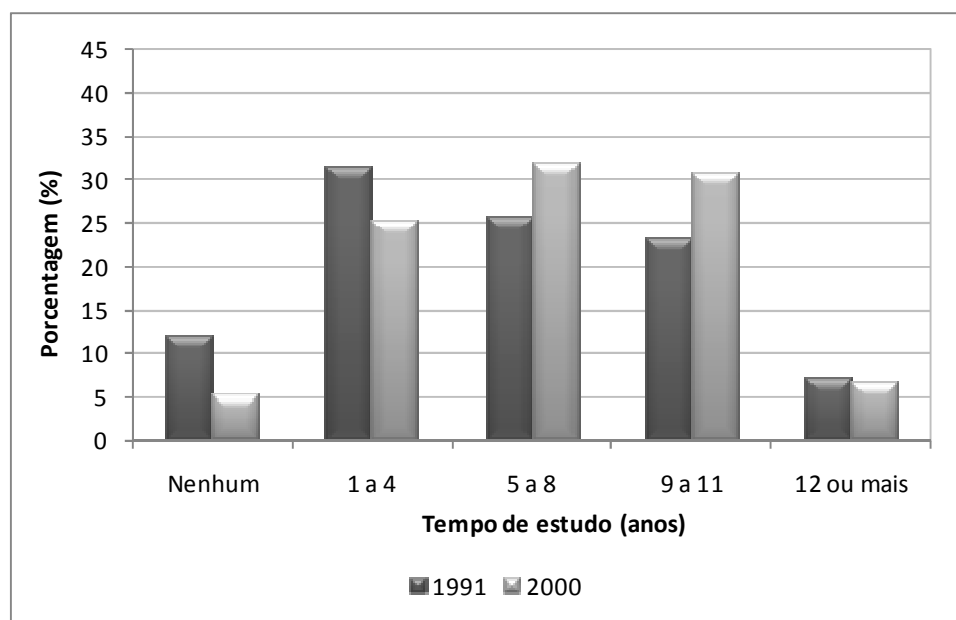
\*O total de famílias representa a soma de todos os tipos de migrantes e os não migrantes, no entanto, ocultou-se nesta tabela os migrantes diferentes dos intrametropolitanos, uma vez que estão apresentados nas seções seguintes.

Essas características demográficas mostram que o fluxo intrametropolitano da RMBS nos períodos de 1986/1991 e 1995/2000 é composto proporcionalmente por mais mulheres, por uma população relativamente jovem e, em sua maioria, por famílias. Entretanto, para uma melhor caracterização desta categoria migratória, assim como para relacioná-la ao processo de segregação, é necessário que indicadores socioeconômicos sejam assimilados a este movimento populacional. Desta forma, serão usadas variáveis relativas à renda e escolaridade dos indivíduos a seguir.

<sup>45</sup> Os arranjos familiares podem variar em um intervalo de tempo pequeno. Desta forma, quando se está trabalhando com informações decenais há uma maior probabilidade de que os arranjos captados no momento censitário sejam diferentes do momento migratório. Nesses casos, pode-se fazer uma aproximação utilizando o chefe da família como elemento de referência, e, desta forma, verificar a proporção dos demais componentes que possuem a mesma condição migratória que este. Este procedimento pode ser melhor observado em Cunha (1994).

Apresentando inicialmente a escolaridade, a Figura 13 traz os anos de estudo dos chefes da família para os dois períodos analisados.

**Figura 13 – Tempo de estudo dos chefes de família imigrantes intrametropolitanos, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Em termos gerais, é possível perceber que os chefes migrantes em Praia Grande possuem uma distribuição diferente entre os dois períodos, com o último apresentando uma média um pouco maior, com 5,5 anos de estudo, cuja distribuição está mais próxima de um modelo normal, comparando com o período 1986/1991 - que apresentava uma média de 4,8 anos para os migrantes intrametropolitanos. De qualquer forma, ressalta-se que esse acréscimo na escolaridade média dos migrantes também reflete os resultados de uma política adotada pelo Governo Federal para aumentar o nível médio de educação da população brasileira.

Apesar do aumento, os chefes migrantes intrametropolitanos possuem escolaridade relativamente baixa, com aproximadamente 44% em 1991 e 31% em



2000. No entanto, essa escolaridade é relativamente alta se comparada aos dos chefes totais (considerando todos os migrantes e não-migrantes no município).

**Tabela 8 – Participação dos chefes de família por anos de estudos completos segundo condição migratória, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000**

Período	Condição da migração	Tempo de estudo					Total
		Nenhum	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais	
1986/1991	RMBS	12,09	31,62	25,78	23,32	7,18	<b>3.016</b>
	RMSP	5,00	39,06	29,85	17,78	8,30	<b>4.210</b>
	Outros municípios do estado de SP	7,17	39,59	22,60	12,40	18,24	<b>718</b>
	Outros estados	25,19	41,84	20,00	11,22	1,74	<b>1.576</b>
	Migrantes Total	10,76	37,21	26,38	18,05	7,61	<b>9.519</b>
	Não migrantes	14,21	44,78	22,98	13,63	4,40	<b>24.912</b>
	<b>Total</b>	<b>13,26</b>	<b>42,69</b>	<b>23,92</b>	<b>14,85</b>	<b>5,28</b>	<b>34.431</b>
1995/2000	RMBS	5,21	25,35	32,00	30,75	6,69	<b>4437</b>
	RMSP	2,59	26,75	25,42	27,50	17,73	<b>6956</b>
	Outros municípios do estado de SP	4,44	34,09	29,31	18,93	13,23	<b>1633</b>
	Outros estados	11,53	38,99	28,30	15,25	5,94	<b>2560</b>
	Migrantes Total	5,00	29,13	28,18	25,52	12,18	<b>15586</b>
	Não migrantes	7,79	35,99	27,55	21,25	7,42	<b>43385</b>
	<b>Total</b>	<b>7,05</b>	<b>34,18</b>	<b>27,72</b>	<b>22,38</b>	<b>8,68</b>	<b>58971</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

Desta forma, a migração intrametropolitana se mostra bastante particular quando comparada aos demais residentes em Praia Grande. O Índice de seletividade<sup>46</sup> por faixas de tempo de estudo, Tabela 9, ajuda a melhor visualizar as diferenças entre esses imigrantes com os outros elementos já analisados, bem como quando comparados com os não-migrantes. Com relação a estes últimos existe uma clara distinção, em termos de seletividade, pois os imigrantes

<sup>46</sup> O Índice de Seletividade é calculado através da fórmula:  $IS = \frac{\%M_i - \%N_i}{\%M_i + \%N_i} * K$

Onde  $M_i$  e  $N_i$  são população migrante intrametropolitana e não-migrante (ou outros migrantes), respectivamente. Na categoria  $i$  e  $K$  é necessário uma constante, a qual para o presente trabalho adotou-se 100. Sendo assim, o índice pode variar de -100 a 100, onde os valores negativos indicam uma sub-representação relativa dos migrantes intrametropolitanos ao grupo de comparação; e os valores positivos indicam predomínio desses migrantes na categoria em questão. Para maiores detalhes, deve-se consultar Cunha(1994), que utiliza este índice calculado por grupos quinquenais de idade, ou Singh e Kumar (1992).

intrametropolitanos tendem a apresentar melhores condições com relação à escolaridade, uma vez que este fluxo detém maior proporção de pessoas com mais anos de escolarização.

No entanto, a seletividade relativa aos outros tipos de migrantes mostra que para os intrametropolitanos existe uma alta predominância no grupo “nenhum estudo” (muito maior principalmente se comparado aos imigrantes da RMSP). Em compensação, na categoria com 12 anos ou mais de estudo, em especial no segundo período, a predominância é maior tanto para os não migrantes, quanto e com maior força para os outros migrantes. Essa característica aponta para a idéia de que em termos de pessoal com maior número de anos de estudo, que provavelmente possuem ensino superior, os outros migrantes (exceto do fluxo interestadual, como pode ser notado na Tabela 8) e os não migrantes em Praia Grande levam vantagem em comparação aos imigrantes intrametropolitanos.

**Tabela 9 – Índices de Seletividade dos Migrantes Intrametropolitanos com relação aos demais residentes, por faixas de tempo de estudo, Praia Grande, 1991 e 2000**

Período	Relativo a	Índices de Seletividade dos Migrantes Intrametropolitanos				
		Grupos de Tempo de Estudo				
		Nenhum	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais
1986/1991	Não Migrante	-8,06	-17,22	5,76	26,23	24,03
	Outros Migrantes	8,81	-11,44	-1,68	19,84	-4,21
	RMSP	41,46	-10,53	-7,31	13,47	-7,25
1995/2000	Não Migrante	-19,84	-17,35	7,47	18,28	-5,20
	Outros Migrantes	2,94	-9,44	9,12	13,51	-36,47
	RMSP	33,57	-2,69	11,45	5,57	-45,23

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

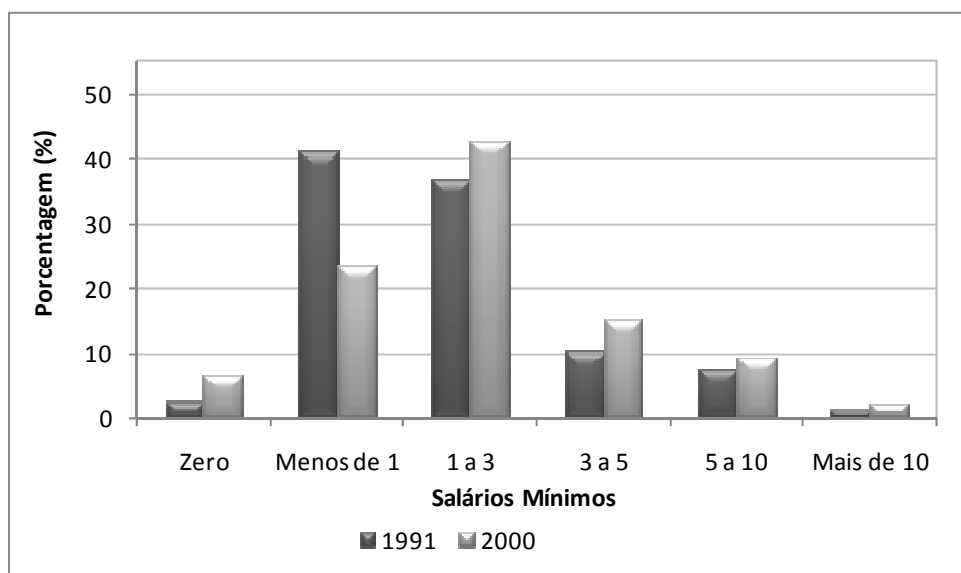
Para complementar a análise socioeconômica, investigar-se-á a composição das informações a respeito da renda dos migrantes intrametropolitanos. Apesar de não serem suficientes para analisar as condições

de vida e de pobreza dos migrantes e não-migrantes de Praia Grande, estes dados podem dar algumas pistas de tais características.

Ressalta-se que a análise desta variável foi realizada com base nas informações dos chefes do domicílio. Optou-se por domicílio, e não famílias, para que não houvesse discrepância da renda de famílias conviventes em um mesmo domicílio, “a distribuição dos rendimentos se altera bastante conforme se considera a renda total do domicílio ou a renda dos responsáveis pelas famílias”<sup>47</sup>.

A renda entre os migrantes intrametropolitanos apresenta uma situação semelhante à da escolaridade, no qual a maior parte das famílias/migrantes possui concentração nos valores mais baixos.

**Figura 14 – Renda *per capita* dos chefes de domicílio imigrantes intrametropolitanos, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Na Tabela 10, encontra-se que mais de 80% dos chefes de domicílios migrantes intrametropolitanos no período de 1986/1991 apresentaram uma renda

<sup>47</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz. A definição de família convivente do IBGE: cuidados metodológicos necessários.

A renda não foi deflacionada, haja visto que o objetivo é apenas uma comparação entre os dois períodos, sendo suficientes a comparabilidade em termos de salários mínimos.

*per capita* domiciliar menor do que três salários mínimos. Ainda, 2,5% dos chefes migrantes se encontravam na categoria nenhuma renda. Em contrapartida, encontram-se cerca de 9% destes com renda superior a cinco salários mínimos.

**Tabela 10 – Participação dos chefes de domicílio por faixas de renda *per capita* segundo condição migratória, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000**

Ano	Condição da migração	Renda						Total
		Zero	Menos de 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	Mais de 10	
1986/1991	RMBS	2,53	41,24	36,93	10,35	7,64	1,30	<b>2762</b>
	RMSP	1,40	30,55	50,59	10,43	5,23	1,81	<b>3922</b>
	Outros municípios do estado de SP	1,73	34,44	49,71	5,48	3,03	5,62	<b>694</b>
	Outros estados	0,00	49,46	40,88	6,39	2,45	0,82	<b>1470</b>
	<b>Migrantes Internos Total</b>	1,55	37,33	44,64	9,35	5,35	1,79	<b>8848</b>
	<b>Não migrantes</b>	2,04	43,90	41,93	7,23	3,91	0,99	<b>23239</b>
1995/2000	RMBS	6,70	23,56	42,52	15,34	9,49	2,38	<b>4193</b>
	RMSP	4,74	16,09	36,00	15,71	17,96	9,50	<b>6577</b>
	Outros municípios do estado de SP	2,62	22,35	42,89	15,91	8,93	7,32	<b>1490</b>
	Outros estados	5,93	37,45	41,05	7,03	5,93	2,59	<b>2275</b>
	<b>Migrantes Internos Total</b>	5,28	22,23	39,38	14,26	12,71	6,14	<b>14535</b>
	<b>Não migrantes</b>	4,68	25,11	44,10	14,88	8,22	3,00	<b>35936</b>

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Para o período de 2000, apesar do aumento para 6,7% desses chefes com nenhuma renda, a diminuição na faixa “menos de um salário” foi de de 41% para 23%; fazendo, inclusive, com que a porcentagem para a faixa de renda de “menos de 3 salários mínimos” caísse para quase 72,7%. Enquanto isso, no mesmo período, os chefes com renda *per capita* domiciliar na categoria “mais de 5 salários mínimos” representou quase 12%.

No entanto, a comparação com os não-migrantes em Praia Grande faz com que essa situação apareça como favorável. O Índice de Seletividade, mostrado na Tabela 11, ajuda a melhor distinguir esses estratos populacionais.

Ou seja, para os migrantes intrametropolitanos, a parcela que não possui renda domiciliar sobressai à dos outros tipos e, também, ao mesmo índice para os considerados não-migrantes. No entanto, para a categoria de renda *per capita* domiciliar “menos de 1 salário mínimo” esta modalidade está sub-representada, quando se compara a população migrante do período com os não-migrantes.

Em termos gerais, a condição de renda dos migrantes intrametropolitanos é mais favorável, exceto pela categoria “sem renda”, isso se comparada aos não-migrantes do mesmo período.

**Tabela 11 – Índices de Seletividade dos Migrantes Intrametropolitanos com relação aos demais residentes, por faixas de renda domiciliar *per capita*, Praia Grande, 1991 e 2000**

Período	Relativo a	Índices de Seletividade dos Migrantes Intrametropolitanos				
		Grupos de Tempo de Estudo				
		Nenhum	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais
1986/1991	Não Migrante	-8,06	-17,22	5,76	26,23	24,03
	Outros Migrantes	8,81	-11,44	-1,68	19,84	-4,21
	<b>RMSP</b>	41,46	-10,53	-7,31	13,47	-7,25
1995/2000	Não Migrante	-19,84	-17,35	7,47	18,28	-5,20
	Outros Migrantes	2,94	-9,44	9,12	13,51	-36,47
	<b>RMSP</b>	33,57	-2,69	11,45	5,57	-45,23

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

De qualquer forma, o aumento no nível médio da escolaridade, assim como o da renda, faz com que surjam algumas questões a respeito das transformações ocorridas em Praia Grande durante as décadas analisadas. Nesse sentido, para explicar o aumento da escolaridade e da renda (mesmo que esta última tenha apresentado um aumento razoável na categoria dos “sem rendimento”, principalmente se comparados aos não-migrantes do período), aponta-se para a hipótese de uma certa elitização de Praia Grande através desses fluxos populacionais.

De qualquer maneira, a população migrante intrametropolitana possui peculiaridades com relação à população receptora, bem como peculiaridades se comparada ao contingente populacional advindo de outros movimentos migratórios. Isso é tanto verdadeiro quando se pauta através do ponto de vista etário e familiar, ou mesmo através do perfil socioeconômico.

### **II.2.1.2 Migração da RMSP**

O destacado volume migratório proveniente da Região Metropolitana de São Paulo no município de Praia Grande, em comparação aos demais fluxos, traz alguns questionamentos específicos com relação à fluidez populacional entre os dois espaços. Por se tratar de um movimento de curta distância, já que são locais próximos, a comparação entre este e o intrametropolitano se torna inevitável. Nesse sentido, este item visa contribuir com a discussão a respeito de como se dão as relações no espaço, com uma indagação muito pertinente: a ligação de Praia Grande com a RMSP e a RMBS, em termos de deslocamentos populacionais, faz com que o município esteja inserido em processos diversos?

Desta forma, o presente item tem a intenção de qualificar esta modalidade migratória, de maneira que seja possível realizar comparações com a migração intrametropolitana, tentando, principalmente verificar se a simples característica de curta distância seria suficiente para inferir que tais fluxos fazem parte de um mesmo processo.

A importância desta modalidade começa por sua representatividade: cerca de 40% das migrações de origem nacional em Praia Grande e quase 10% da população total nos anos de 1991 e 2000 são responsabilizadas pela migração da RMSP. Esses valores possuem cifras de, respectivamente, 10 e 3 pontos percentuais a mais do que a intrametropolitana.

Apesar da já apontada proximidade entre as duas regiões deve-se entender que esses contextos não pertencem, segundo a concepção de Villaça (2001), ao mesmo intra-urbano, uma vez que as barreiras físicas impostas não permitem que o deslocamento dos indivíduos seja “natural” a ponto de alguém sair do município onde reside e atravessar a fronteira dessas regiões.

De qualquer forma, aprofundar as características deste tipo de fluxo, também em comparação aos demais, ajudará a responder outra questão pertinente: pelo que Praia Grande é especial?

Não se pretende, com este texto, achar respostas exatas a tais questionamentos, no entanto, com a qualificação dos migrantes envolvidos nesses processos acredita-se ser possível apontar para motivações, distinções dos fluxos, e, portanto, aproximar-se do ou dos processos em que o município pode estar inserido.

Para dar início à análise, o desmembramento dos municípios da RMSP ajuda a verificar se a distância possui ainda mais importância no processo do que se acredita. Tal comprovação corroboraria neste sentido se, por exemplo, a concentração da origem do fluxo se desse nos municípios ao sul da região (área mais próxima da RMBS). No entanto, como é possível observar através da Figura 15 a migração provem basicamente do município de São Paulo<sup>48</sup>.

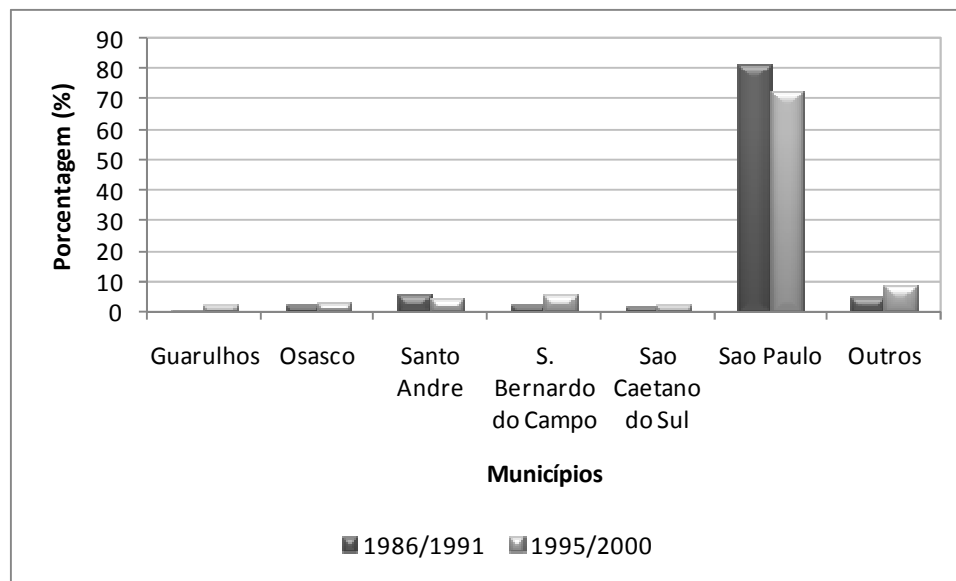
No ano de 1991, a migração proveniente do município de São Paulo representou cerca de 81% do fluxo destinado à Praia Grande, diminuindo um pouco o valor no período de 1995/2000, chegando a 73%. A menor representatividade do núcleo da RMSP deu espaço para um maior peso dos outros municípios, inclusive de São Bernardo do Campo, que de 2,6% em 1991

---

<sup>48</sup> Os municípios de Arujá, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itapeirica da Serra, Jandira, Mairiporã e Pirapora do Bom Jesus (no ano de 1991) e os Biritiba-Mirim, Caieras, Cajamar, Guararema, Juquitiba, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santana do Parnaíba e Vargem Grande (em ambos períodos), não apresentaram volume migratório com destino a Praia Grande. O município de São Lourenço da Serra, instituído em 1991 também não apresentou volume.

passa a representar 5,6% da emigração gerada na RMSP para Praia Grande, no período de 1995/2000.

**Figura 15 – Origem da migração proveniente da RMSP desagregada por municípios, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000\***



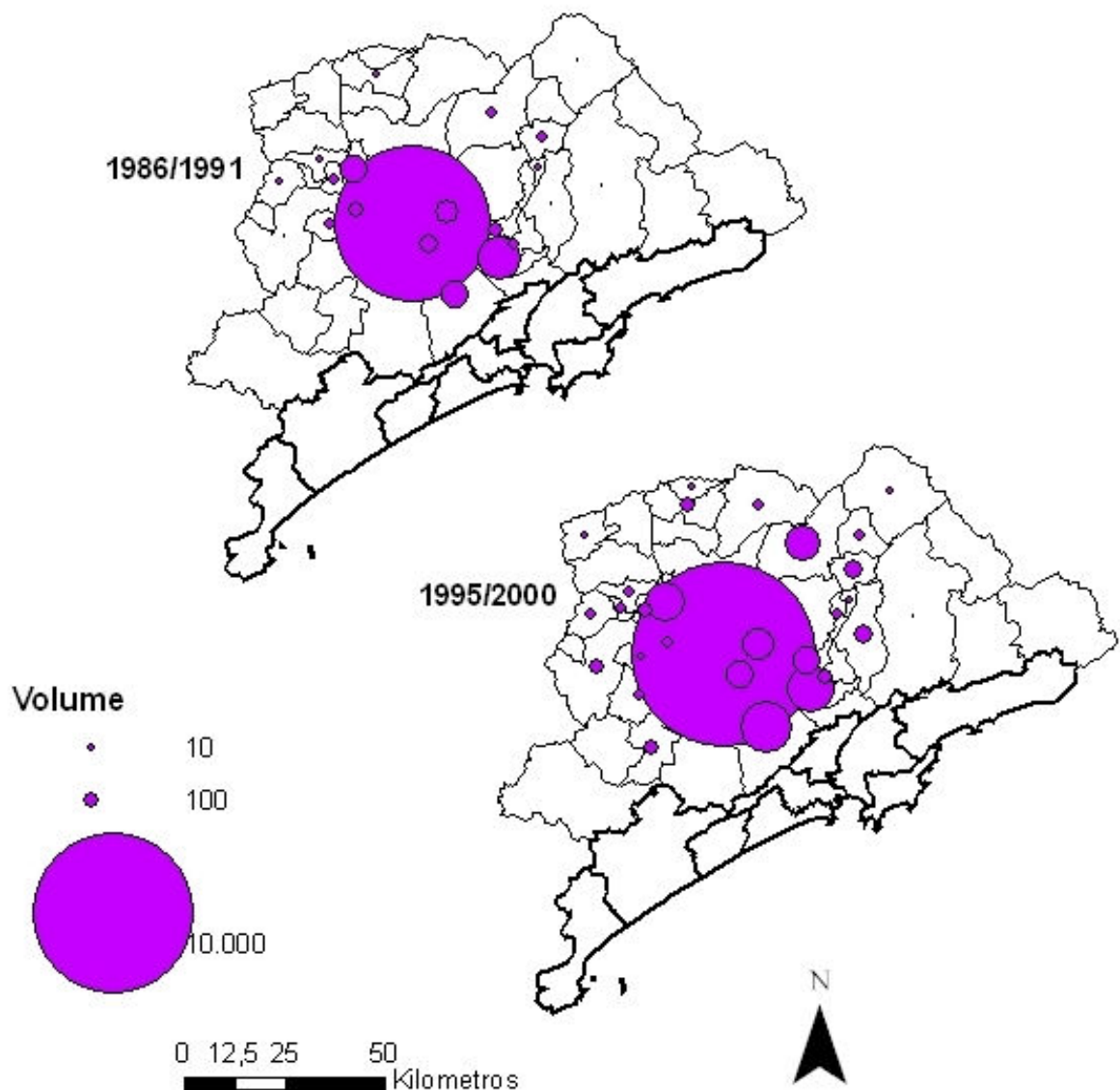
Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

\*A categoria “outros” foi formada a partir dos municípios que não alcançaram 2% de representatividade do fluxo RMSP – Praia Grande.

O mapa 3 ajuda a melhor visualizar a situação da mobilidade da RMSP para Praia Grande. A concentração observada no primeiro período começa a se modificar no segundo, já que se percebe uma maior dispersão para os demais municípios da RMBS, sem que se observe, aparentemente, uma relação direta com a distância, exceto pelos volumes, que começam a ser mais expressivos para os municípios da zona Sul da RMSP, principalmente São Bernardo do Campo e Santo André.



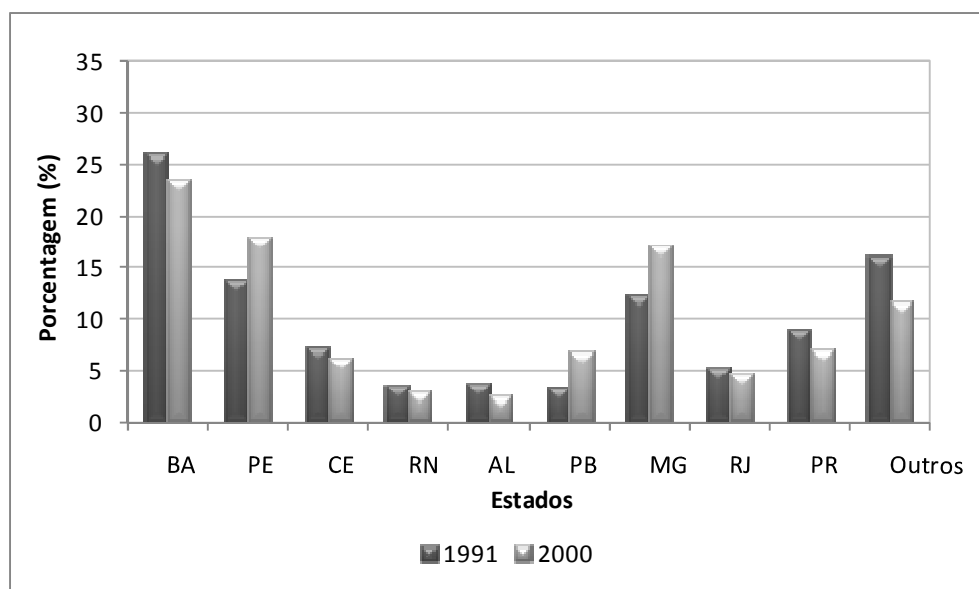
**Mapa 3 – Proporção de migrantes provenientes da RMSP com destino à Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.**



Fonte: Base Cartográfica: IBGE  
Censos Demográficos, 1991 e 2000  
Elaboração própria/Nepo/Unicamp

Este fluxo aparentemente se distingue do intrametropolitano, dentre outras características, pelo processo migratório de seus indivíduos. Nesse sentido, a UF de nascimento dos chefes e família imigrantes com origem na RMSP evidencia uma relação entre processos nacionais e regionalmente mais localizados - distinta da captada por aqueles imigrantes em Praia Grande. A imigração da RMSP apresenta aproximadamente 71% desses chefes com nascimento no próprio estado de São Paulo, sendo que os demais estão distribuídos conforme mostra a Figura 16.

**Figura 16 – Participação da naturalidade dos chefes de família migrantes provenientes da RMSP segundo UF de nascimento, para os não naturais no estado, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.**



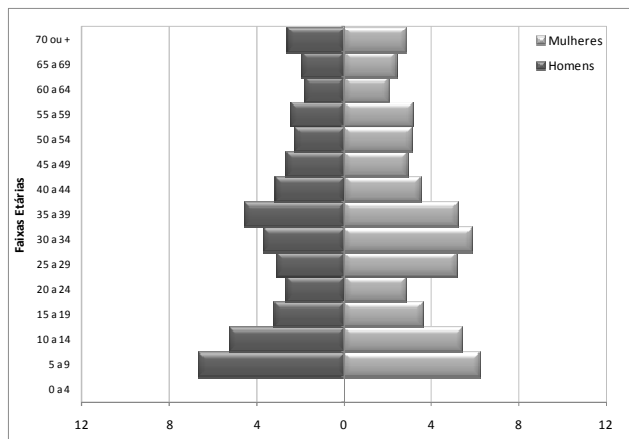
Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

É interessante notar que, em termos de UF da nascimento fora do estado de São Paulo (apenas 29% dos chefes) os migrantes da RMSP são mais diversificados, com uma maior representação (se comparada à modalidade intrametropolitana) das UFs mais próximas a este: Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro.

Portanto, em termos de estoque migratório, embora a grande maioria dos que compõem o fluxo da RMSP para Praia Grande sejam do próprio estado, os demais refletem a imagem da composição migratória diversificada<sup>49</sup>, característica peculiar à população da Grande São Paulo.

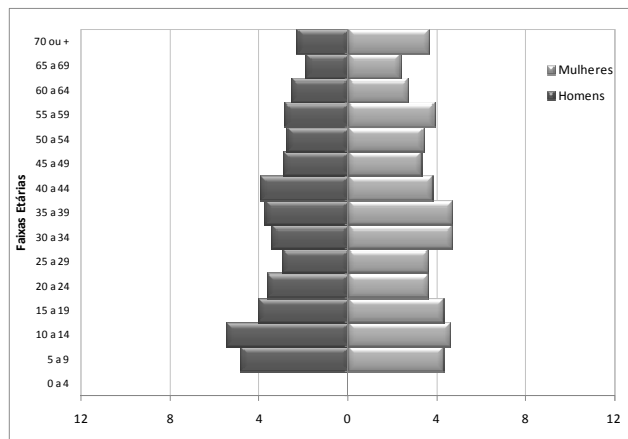
No entanto, a distinção entre os fluxos das duas regiões se mostra mais acentuada quando se analisa a distribuição por sexo e idade. Em termos gerais, a população migrante com origem na RMSP também apresenta uma estrutura com maior concentração em determinadas faixas etárias, principalmente no primeiro período. Em compensação, se a comparação for realizada entre os migrantes com origem na RMSP e os migrantes intrametropolitanos, notar-se-á que há uma maior distribuição entre as idades. Assim, a pirâmide etária dos primeiros aparece com um formato mais retangular, muito embora existam concentrações maiores em algumas faixas (menores de 14 anos e adultos entre 25 e 40 anos), o que é representativo da existência de famílias neste fluxo, bem como da existência de uma população relativamente mais envelhecida no local.

**Figura 17 – Pirâmide etária dos migrantes provenientes da RMSP 1986/1991**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1991

**Figura 18 – Pirâmide etária dos migrantes provenientes da RMSP 1995/2000**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

Enquanto para os migrantes intrametropolitanos da RMBS a concentração nas idades de 25 a 45 anos é de 22% para os homens e de quase 21% para as

<sup>49</sup> Isso, com relação ao estado de origem.

mulheres no período 1986/1991 para os migrantes provenientes da RMSP esses valores são respectivamente 14 e 19%, ou seja, notoriamente inferiores.

Portanto, há uma maior distribuição pelas faixas etárias, mostrando uma menor seletividade, em termos de idade, e maior em termos de sexo, para os migrantes da RMSP. A população feminina neste subgrupo é mais acentuada - comparando tanto com a população total do município, quanto com os migrantes intrametropolitanos.

Essa menor seletividade também está relacionada aos arranjos familiares desta modalidade migratória, uma vez que o fluxo proveniente da própria RMBS apresenta uma característica muito mais familiar.

Em termos gerais, com a Tabela 12, nota-se que os arranjos familiares dos migrantes da RMSP em Praia Grande, apesar de apresentar um pequeno aumento nas categorias que podem ser consideradas como nucleares, são menores no que diz respeito à categoria “casal com filhos”. No entanto, os chefes sozinhos em aumentam a participação durante o período.

**Tabela 12 – Participação do número de famílias por tipo de famílias segundo migrantes provenientes da RMSP, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000**

Período	Arranjo Familiar						Total
	casal		chefe				
	c/ filho	s/ filho	c/ filho	Estendida	Individual	Outro	
<b>1986/1991</b>	35,43	21,17	9,76	10,34	12,25	11,06	4,230
<b>1995/2000</b>	33,06	23,46	11,54	7,42	14,32	10,20	6,954

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

O percentual de casal sem filhos também representa uma característica interessante do fluxo da RMSP, pois os percentuais de 21% e 23,5% nos dois períodos, respectivamente, são consideravelmente maiores do que os dos

intrametropolitanos, 14% e 17% e dos não migrantes, 14% e 13,8%, para os mesmos períodos.

É importante destacar também, que não necessariamente, os casais sem filhos estão no início do ciclo vital. Isso significa que parte desse fluxo possa ter condicionantes ligados à qualidade de vida de casais que procuram Praia Grande como forma de fugir da grande metrópole de São Paulo.

É compatível com tal hipótese a análise da escolaridade e renda desta parcela da população, uma vez que se espera que a opção por uma melhor qualidade de vida venha acompanhada por melhores condições socioeconômicas, já que é de se esperar que pessoas com uma certa estabilidade procurem por amenidades no sentido de “morar melhor”.

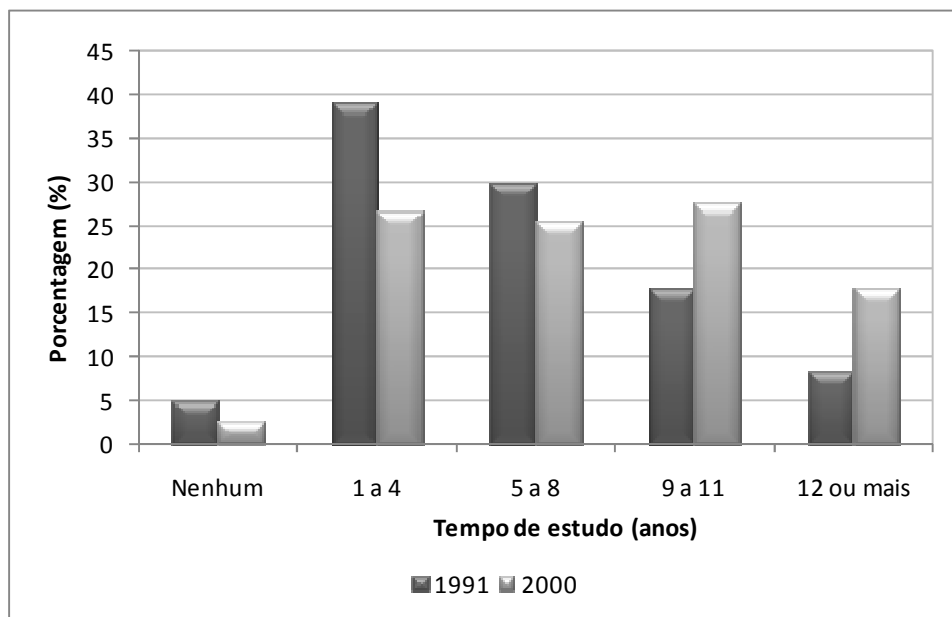
Assim, no que diz respeito ao tempo de estudo, a Figura 19 mostra uma diferenciação entre o período analisado no sentido de um incremento do nível médio, entre os dois períodos analisados. Ressalta-se que esse tipo de observação possui um elemento um tanto quanto esperado, uma vez que, como já citado, há o fator de incentivos governamentais que atuaram nos últimos anos, incentivando maiores índices de estudo entre a população. Contudo, a despeito desta ressalva, acredita-se que este visível aumento seja um dado, no mínimo, elucidativo.

Considerando-se tudo isso, segue-se que o percentual de chefes migrantes provenientes da RMSP com nenhum grau de estudo é bastante reduzido, 5% e 2,5% para estes períodos aqui em questão. Inclusive, se comparado com a migração intrametropolitana, os valores correspondentes para tal categoria seriam de 12% e 5,2%.

Em contrapartida a esse pequeno valor na categoria “nenhum ano de estudo”, existe uma porcentagem considerável na categoria de “mais de 12 anos de estudo”, indicando estudo superior. Assim, no ano 2000, apesar de valores percentuais abaixo das demais, esta faixa passa a tomar proporções comparáveis

às demais, enquanto que a faixa de “1 a 4 anos de estudo” tem um percentual de 26,7% e a de “5 a 8 anos” 25,4%. Já a categoria que aponta o mais alto nível de estudo fica por volta de 18% (estes dados podem ser encontrados na Tabela 8).

**Figura 19 – Tempo de estudo dos chefes de família migrantes provenientes da RMSP, Praia Grande 1986/1991 e 1995/2000.**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Levando-se em conta toda esta análise realizada até aqui, já é possível supor que os migrantes do fluxo proveniente da RMSP possuem maior escolaridade que os provenientes de outras localidades. Desta forma, destaca-se que existe uma seletividade em termos de tempo de estudo diferente para os fluxos advindos da RMSP e os dos migrantes intrametropolitanos da RMBS, com uma vantagem para o primeiro contingente.

**Tabela 13– Índices de Seletividade dos Migrantes provenientes da RMSP com relação aos demais residentes, por faixas de tempo de estudo, Praia Grande, 1991 e 2000**

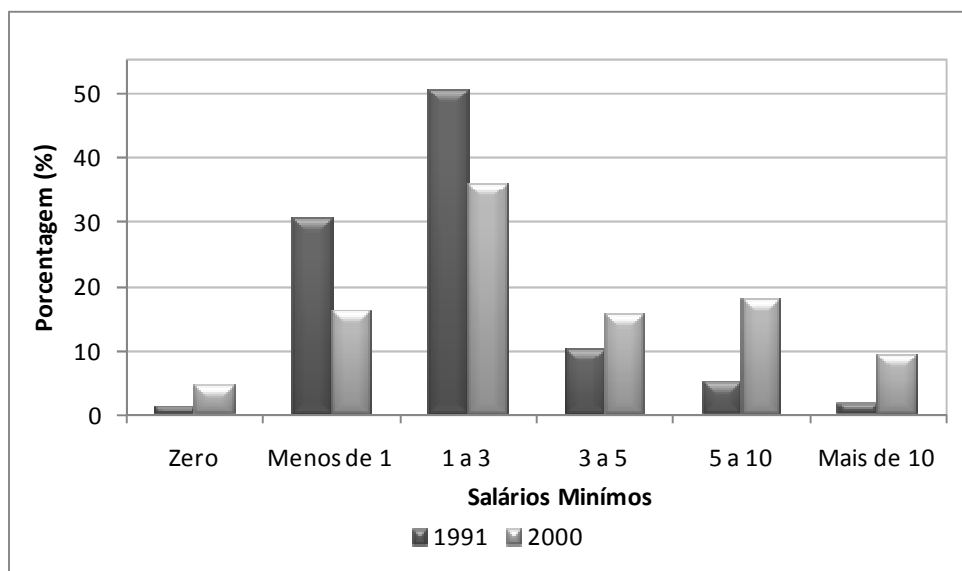
Período	Relativo a	Índices de Seletividade dos Migrantes provenientes da RMSP				
		Grupos de Tempo de Estudo				
		Nenhum	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais
1986/1991	Não Migrante	-47,92	-6,82	13,01	13,22	30,74
	Outros Migrantes	-50,74	4,45	11,62	-1,31	8,06
1995/2000	Não Migrante	-50,07	-14,73	-4,02	12,83	41,00
	Outros Migrantes	-45,61	-7,44	-8,90	6,98	39,43

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

A seletividade no que diz respeito à escolaridade dos migrantes provenientes da RMSP, com relação aos não-migrantes em Praia Grande, mostra que os primeiros possuem valores nitidamente maiores.

No que diz respeito aos dados referentes à renda *per capita* dos chefes, representados pela Figura 18, nota-se também uma distinção entre os dois períodos analisados. No primeiro há uma concentração maior nas faixas de “menos de 1” e “1 a 3” salários mínimos, somando um total de 81%. Além disso 1,4% aparecem sem possuir renda. Entretanto, no segundo período, de 1995 a 2000, a distribuição se mostra menos desigual entre as respostas, com as categorias de “menos de 1” e “1 a 3” somando 52%, bem como um aumento na categoria de nenhum salário para 4,7%. Por outro lado, a porcentagem dos chefes com mais de cinco salários mínimos aumenta de 7% para 27%, evidenciando, além da diferença entre os períodos, uma maior distinção com relação ao fluxo intrametropolitano. Se a comparação for realizada com os não-migrantes em Praia Grande, estes se mostram desfavorecidos em termos socioeconômicos frente à modalidade migratória proveniente da RMSP.

**Figura 20 – Renda *per capita* dos chefes de domicílio imigrantes provenientes da RMSP, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Desta forma, a mobilidade proveniente da RMSP possui a característica de ter médias maiores nos níveis de escolaridade e renda, tanto em comparação com a migração intrametropolitana, quanto com os não-migrantes. Sendo assim, estes dois fluxos migratórios se distinguem em termos demográficos e socioeconômicos, indicando que também os condicionantes que os acompanham possam ser distintos.

### **II.2.2 Mobilidade pendular – Uma análise da diferenciação entre os fluxos intrametropolitanos e da RMSP**

A discussão atual que envolve espaço e população vem mostrando que vários elementos disputam lugar em um cenário diversificado de mobilidades populacionais. Em meio a este campo de possibilidades emergem os fluxos



pendulares<sup>50</sup>, que, por sua vez, podem ser articulados como fenômenos importantes para refletir a respeito da ligação entre diferentes pontos do espaço.

A mobilidade pendular pode ser pensada e tratada sob várias óticas como, por exemplo, um fenômeno intrínseco à dispersão populacional do centro da metrópole que, por sua vez, pode ser vista como função da desconcentração econômica, do mercado imobiliário, etc. No entanto, um fator importante e que chama bastante atenção nesta temática é o pouco volume e o incipiente nível de desenvolvimento dos estudos com este tema: ainda não se chegou a um consentimento no que se refere à importância da pendularidade para a discussão atual da organização espacial. Sendo assim, antes de serem analisados os números referentes a este fenômeno, será necessário que algumas considerações sejam realizadas.

Este tipo de deslocamento ocorre nas mais variadas dimensões e motivações como, por exemplo, devido a questões de trabalho, educação, saúde, consumo, entre outros. Entretanto, para o presente trabalho, o conceito deste deslocamento populacional é limitado conforme a fonte de dado disponível para a análise que se pretende fazer.

O significado da pendularidade para a reestruturação/produção social do espaço vem sendo montado no Brasil desde o início da década de 90. Nesse sentido, um dos estudos pioneiros no tema é o de Hogan (1990), que desenvolve um trabalho que analisa os efeitos diferenciais da poluição industrial na população residente e na que apenas trabalha em Cubatão; neste estudo a mobilidade

---

<sup>50</sup> Considera-se como movimento pendular o deslocamento dos indivíduos da localização de residência ao local de trabalho ou estudo, desde que essas áreas estejam em municípios diferentes, ou seja, é o que se consegue captar através do Censo Demográfico por parte do quesito “Município e Unidade da Federação ou país estrangeiro onde trabalha ou estuda”

pendular é apontada como um importante mecanismo da reprodução social no município<sup>51</sup>.

Outro estudo importante para a mobilidade pendular foi o de Cunha (1994). Neste estudo, o autor coloca que este fenômeno tem forte relação com a migração intrametropolitana, no qual esta pode servir como uma das motivações para a pendularidade dentro da metrópole. Para o autor, a intensificação da migração intrametropolitana foi um dos condicionantes para a pendularidade:

Esta não só reflete o distanciamento progressivo entre o lugar de moradia e o de trabalho, fruto da não-coincidência dos padrões de distribuição da população e da atividade econômica e social dentro da Região Metropolitana, mas também elementos ligados à forte segregação espacial da população.(CUNHA, 1994, p. 122)

Com uma outra fonte de dados<sup>52</sup>, Antico (2003), com os dados da pesquisa Origem-Destino<sup>53</sup>, coloca que a relação desse fenômeno com o urbano (e organização do intra-urbano) é inegável, e, nesse sentido, os movimentos pendulares

constituem-se numa dimensão da organização e da alocação das atividades econômicas, mediatizados pela confluência dos processos de transformação do espaço urbano, derivados, em grande parte, da sua forma de expansão e de ocupação pela população, e da distribuição das funções urbanas. (ANTICO, 2003, p.1-2)

---

<sup>51</sup> Como nota adicional, vale destacar que a pendularidade foi usada por este autor como uma forma de agravamento para o problema da poluição em Cubatão, segundo o mesmo “uma razão importante pela falta de reação ao crescente problema de poluição foi a facilidade com que padrões de migração pendular (sic) foram estabelecidos. Milhares de empregos para técnicos, administradores, engenheiros, e operários qualificados podiam ser preenchidos sem pagar o preço de viver com a poluição”. (HOGAN, 1990, p.179). Nesse sentido, a população com melhor perfil socioeconômico, segundo o autor, não teria a necessidade de residir no município e conviver com a poluição. Não morando em Cubatão, esta população também não sentiu a necessidade de reivindicar melhores tratamentos na questão ambiental.

<sup>52</sup> Tanto Hogan (1990) quanto Cunha (1994) usaram os dados do Censo Demográfico do ano de 1980.

<sup>53</sup> A pesquisa Origem-Destino é realizada dentro de algumas metrópoles para investigar os movimentos diários da população, sem se preocupar com os limites administrativos dos municípios, objetivando caracterizar os deslocamentos usuais da população.

Alguns trabalhos subseqüentes a estes, como o de Aranha (2005), Brito e Souza (2005), Caiado (2005) e Moura et. all. (2005) dentre outros, aplicam estas noções iniciais em alguns locais específicos, desenvolvendo a idéia do descompasso entre os locais de trabalho e de moradia também como um mecanismo da segregação espacial da população nas metrópoles brasileiras.

De acordo com Aranha (2005), o fenômeno reflete as desigualdades sociais e espaciais, no qual o volume, o sentido e a direção desses deslocamentos não somente indicam a trajetória dos indivíduos pelo espaço, como também as oportunidades e/ou obstáculos nas cidades envolvidas.

Essa discussão pode trazer uma importante contribuição para o presente trabalho, uma vez que se pretende distinguir os fluxos com destino à RMSP e à RMBS<sup>54</sup>. Desta forma, pode-se ter uma noção mais clara do envolvimento de Praia Grande com estas regiões, bem como as desigualdades e oportunidades/obstáculos sociais.

Nessa mesma perspectiva, Brito e Souza (2005) apontam para a mobilidade pendular como forma de analisar a relação entre a residência e o local de trabalho no atual padrão de urbanização. Estes autores colocam que a

mobilidade pendular é uma função, principalmente, da migração intrametropolitana determinada pela expansão dos vetores urbanos e metropolitanos. Ela – mais do que as migrações – é uma evidência do vigor do tecido social construído sobre o espaço metropolitano, onde o modo de expansão urbana cria uma distância necessária entre o lugar de residência e o de trabalho. (BRITO e SOUZA, 2005, p.62)

---

<sup>54</sup> Com essa relação entre migração de curta distância e pendularidade, há os conceitos de origem e destino, definidos por LEE (1980), onde destino significa, por exemplo, o ponto final de um processo migratório. Contudo, apesar da importantíssima contribuição de tal teórico da demografia, cabe ressaltar aqui que tais conceitos podem não mais fazer sentido, uma vez que os deslocamentos entre os locais intra-urbanos são cada vez mais possibilitados pelos movimentos pendulares, que podem ser vistos como um facilitador para tais mudanças. Entretanto, usam-se esses termos por convenções.

Caiado (2005), sob essa linha, e adotando o conceito de estruturação intra-urbana, e sempre relacionando a migração intrametropolitana com a pendularidade, aponta que esta última

apresenta estreita relação com o processo de estruturação urbana: principalmente no que se refere aos diferenciais entre as localizações das atividades no espaço urbano regional e a intensificação da migração intrametropolitana (...). A ligação entre os dois tipos de movimentos populacionais é estreita: a ocorrência do primeiro gera a do segundo. (CAIADO, 2005, p. 73)

Para Moura *et al* (2005), este tipo de deslocamento mantém vinculação não só com a migração intrametropolitana, mas também com as inter-metropolitanas – sejam estas internas às aglomerações urbanas, metropolitanas ou não. As autoras apontam que a expansão física dessas aglomerações aumenta a distância entre o local de trabalho e o de residência, “inviabilizando ou encarecendo esse tipo de deslocamento, e implicando – em muitos casos – a migração propriamente dita” (MOURA ET AL, p.124).

Confrontando essas considerações com a aplicação nas regiões metropolitanas, por estes mesmos autores, nota-se que, de uma forma geral, essas áreas apresentam intenso fenômeno pendular e, a partir deste, uma ligação importante de áreas menos dinâmicas com os centros das metrópoles.

Contudo, as reflexões a respeito da mobilidade pendular ainda são incipientes, e não envolvem de forma completa nem o fenômeno em si, nem a contribuição desses para o entendimento das relações do espaço - tanto em termos econômicos, quanto, e principalmente, em termos sociais. Essa ressalva também pode ser feita com base no trabalho de Jakob e Santos (2007), que mostra as relações entre as regiões metropolitanas do interior paulista – Campinas e Santos -, tanto na dinâmica interna, quanto na conectividade com a RMSP. Este estudo evidencia que há semelhanças nesse fenômeno entre as distintas regiões,

que, por sua vez, apesar de terem em comum algumas características da relação com a RMSP, possuem atrativos distintos.

Dessa forma, fica o questionamento de alguns indicativos para uma configuração recente e distinta, de como vem sendo tratada as relações no espaço, que pode ser capturada por indicadores tais como a pendularidade. Portanto, ressalta-se que este fenômeno é aqui considerado como uma modalidade que permite apreender uma nova dimensão do contexto espacial, principalmente, no que diz respeito à estruturação intra-urbana.

Sendo assim, o estudo da pendularidade em Praia Grande pode conferir uma pequena, mas importante contribuição para o tema da urbanização brasileira, tanto no sentido de verificar o “vigor do tecido social” – como apontado por Brito e Souza (2005) – quanto pela formação de recentes questões a respeito do espaço.

### **II.2.2.1 Números e algumas características da pendularidade em Praia Grande**

O volume de pessoas que se movem diariamente no interior da RMBS foi, para o ano de 2000, de acordo com a Tabela 14, de quase 106,5 mil pessoas. Entretanto, considerando outras áreas de destino (exclusive países estrangeiros e Brasil sem especificação) encontra-se um valor de 128 mil com origem nesta região, sendo que, destes, um pouco mais de 17,7 mil (ou seja, quase 14%) saem de Praia Grande.

**Tabela 14 – Município onde a população trabalha ou estuda, RMBS, 2000**

Local de trabalho ou estudo	Local de residência									
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	Total
<b>Bertioga</b>		23	736	.		13	15	306	50	1143
<b>Cubatão</b>	38		1544	4	33	17	1490	6322	6673	16121
<b>Guarujá</b>	137	365		28	22	16	252	2867	955	4642
<b>Itanhaém</b>	.		8		182	211	115	170	58	744
<b>Mongaguá</b>		12		328		19	937	65	116	1477
<b>Peruíbe</b>				107			7	68	19	201
<b>Praia Grande</b>		234	82	140	217	67		1318	3177	5235
<b>Santos</b>	339	5691	13342	324	215	219	8675		39430	68235
<b>São Vicente</b>	8	344	413	18	108	8	2675	5040		8614
<b>RMBS</b>	522	6669	16125	949	777	570	14166	16156	50478	106412
<b>RMSP</b>	122	710	1261	816	566	283	3253	8046	3055	18112
<b>Outros E.SP</b>	67	124	316	83	98	220	235	885	177	2205
<b>Outros estados</b>	0	98	154	43	0	40	99	557	205	1196
<b>Total</b>	711	7601	17856	1891	1441	1113	17753	25644	53915	127925

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

A maior parte dos textos consultados, e já apresentados anteriormente, acentua o fato de que o movimento pendular tem como motivo principal o trabalho. Levando-se em consideração essa característica, apresenta-se uma tabela (Tabela 15) em formato de matriz geométrica, relacionando o local de residência e com o local de trabalho ou estudo, para os indivíduos maiores de 14 anos (com PEA restrita <sup>55</sup>). Desta forma, pretende-se trabalhar com uma estimativa para a pendularidade por motivos de trabalho.

Considerando esse filtro, o volume de pessoas realizando a trajetória passa de 128 mil para 120 mil com origem na RMBS, sendo que, com origem em Praia Grande, é de quase 16 mil em 2000.

<sup>55</sup> Considerou-se como PEA restrita as pessoas que trabalharam remuneradas na semana anterior ao Censo ou tinham trabalho, mas estavam afastados; ou ainda, as pessoas que não trabalharam com remuneração na semana anterior, mas tomaram providências para conseguir trabalho.

**Tabela 15 – Município onde a população economicamente ativa e maiores de 14 trabalha ou estuda, RMBS, 2000**

Local de trabalho ou estudo	Local de residência									
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	Total
<b>Bertioga</b>		23	729	.		13	15	296	50	1126
<b>Cubatão</b>	7.		1544	4	33	17	1477	6054	6362	15498
<b>Guarujá</b>	110	365.		28	22	16	243	2750	887	4421
<b>Itanhaém</b>	.		8.		126	113	103	170	58	578
<b>Mongaguá</b>	.	12.		240.		7	688	65	116	1128
<b>Peruíbe</b>	.	.		107.	.		7	68	19	201
<b>Praia Grande</b>	.	225	82	140	178	67.		1299	3069	5060
<b>Santos</b>	203	5250	12565	246	156	150	7891.		35800	62261
<b>São Vicente</b>	8	336	407	18	88.		2397	4216.		7470
<b>RMBS</b>	327	6211	15335	782	602	382	12822	14918	46361	97743
<b>RMSP</b>	88	691	1183	768	556	276	3182	7266	2866	16876
<b>Outros E.SP</b>	48	106	245	82	90	192	195	551	162	1671
<b>Outros estados</b>	.	98	92	15	.	40	83	379	187	894
<b>Total</b>	464	7106	16854	1647	1248	889	16282	23113	49576	117184

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

Outra questão é que o Censo questiona ao entrevistado qual o município de trabalho/estudo, portanto, não é especificado se esse movimento é diário. Para se aproximar mais dessa informação na análise que se segue, apenas são consideradas as localidades de distâncias curtas.

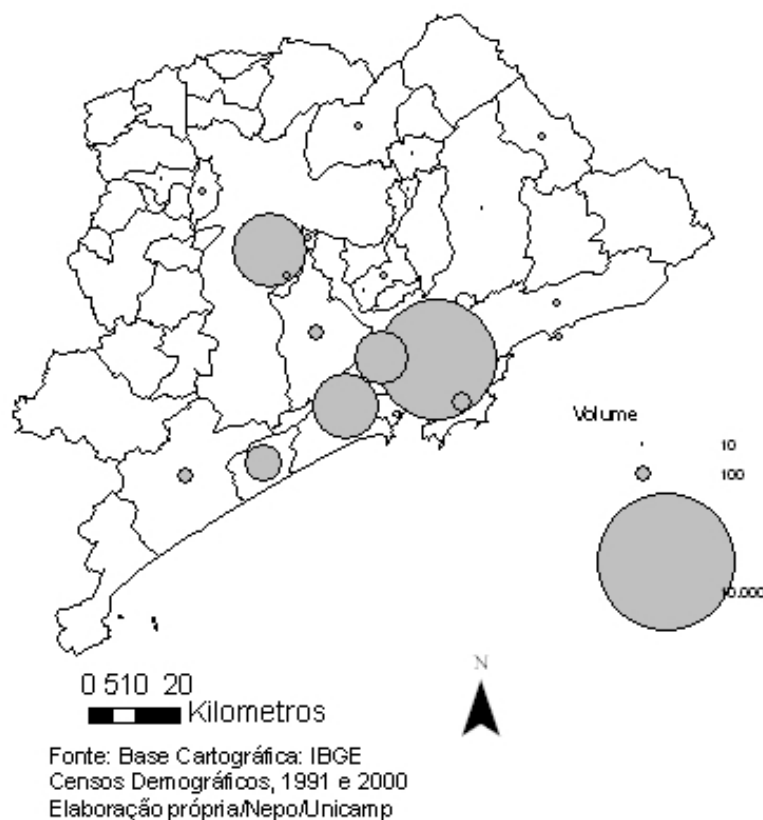
Em termos gerais, a origem desses movimentos, no que diz respeito ao volume, se dá basicamente pelo núcleo, ou seja, de Santos saem 23 mil pessoas e de São Vicente aproximadamente 49,5 mil. Isso significa que, de 5% e 16%, respectivamente, da população desses municípios participam do movimento pendular. Em comparação, saem de Praia Grande 8,2%. Desta forma, este último se coloca como uma das principais origens da pendularidade na RMBS.

Em se tratando apenas do município de Praia Grande, nota-se que os movimentos pendulares ficam, em sua maioria, na própria RMBS: com 79% destes deslocamentos. No entanto, deve-se destacar que a RMSP também possui um importante papel na distribuição dessa parcela da população - e não só para o município de Praia Grande. Do fluxo pendular com origem na RMBS para estes outros locais, 43% são de Santos, 18% de Praia Grande e 16% de São Vicente.

Desta forma, Praia Grande possui um patamar muito próximo ao de Santos em termos de origem de pendularidade, mesmo com volumes diferentes - uma vez que o percentual da população que realiza o movimento pendular com relação à população total destes municípios é de respectivamente 1,6% e 1,7%.

Como uma forma de melhor visualizar a direção dos fluxos pendulares com origem em Praia Grande, apresenta-se, a seguir, o Mapa 4, mostrando os principais municípios na Baixada Santista que recebem essa população (bem como os da RMSP).

**Mapa 4 – Proporção de pessoas que realizam movimento pendular segundo região de destino, Praia Grande, 2000.**



Este mapa, em conjunto com a Tabela 15, aponta uma das peculiaridades da relação de Praia Grande com os demais municípios: o volume de pessoas com



destino à RMSP é maior que o do fluxo destes, que se dirigem para São Vicente. A curiosidade desta informação está justamente na questão da localização espacial destes municípios e conseqüentemente nos custos envolvidos entre tais áreas. O acesso de Praia Grande a São Vicente (município que faz fronteira) é muito mais fácil se comparado com RMSP.

Nesse sentido, o custo, muito mais do que o tempo de deslocamento entre a residência e o trabalho, pode ser um elemento de distinção entre esses diferentes fluxos, pois, presume-se uma diferença de quase R\$30 por dia entre tais deslocamentos<sup>56</sup>.

Desta forma, a relação de Praia Grande com São Vicente e com a RMSP faz vislumbrar uma situação de que este município esteja envolvido em diferentes condicionantes com relação ao movimento pendular. Presume-se que os indivíduos que o compõe devam ter características socioeconômicas distintas, pois o custo do percurso para a RMSP possivelmente se constitua como um filtro para a pendularidade.

A distinção do movimento pendular conforme a região de destino começa pela análise demográfica. No fluxo que permanece na RMBS há uma predominância maior do sexo feminino se comparada ao caso da RMSP. No entanto, a comparação entre os sexos mostra que o masculino é muito mais presente em ambos os fluxos, principalmente para a RMSP, que apresenta uma representação de 78% das pessoas que realizam a pendularidade neste sexo, enquanto que no fluxo da RMBS é de 66%.

A diferença na estrutura etária, como pode ser observada na Figura 19, está provavelmente relacionada ao tipo de ocupação (melhor remunerada) das

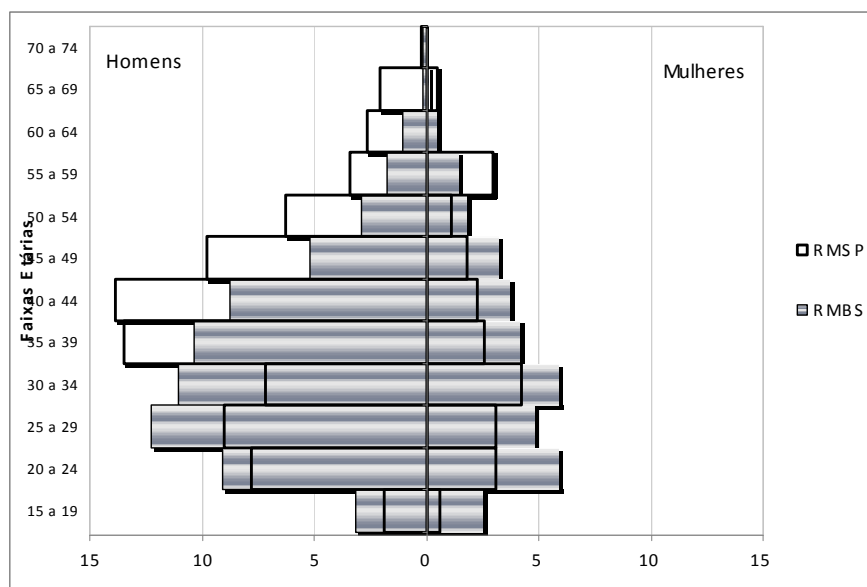
---

<sup>56</sup>Segundo a EMTU – Empresa Metropolitana de transportes urbanos de São Paulo, o custo de um deslocamento com origem em Praia Grande e destino em Santos é de aproximadamente R\$6,40 por dia (Informação extraída de <http://www.emtu.sp.gov.br/artigos/menu.htm?arq=6> Acessado em Dez/2007). Enquanto para sair deste município em direção ao município de São Paulo, por exemplo, o custo é de aproximadamente R\$35 por dia. (Extraído de: [http://www.passagem-em-domicilio.com.br/listaprod.asp?Lstcidade\\_Origem=10005&Lstcidade\\_Destino=10029&TxtDataViagem=14%2F12%2F2007&TxtDataViagem\\_volta=&BtnMostrarHorariosePrecos=OK&w\\_cd\\_empresa\\_fb=91&w\\_cc=&w\\_entr\\_tarde=](http://www.passagem-em-domicilio.com.br/listaprod.asp?Lstcidade_Origem=10005&Lstcidade_Destino=10029&TxtDataViagem=14%2F12%2F2007&TxtDataViagem_volta=&BtnMostrarHorariosePrecos=OK&w_cd_empresa_fb=91&w_cc=&w_entr_tarde=) Acesso em dez/2007)

pessoas que realizam a pendularidade para a RMSP, pois, nestes casos, o mercado de trabalho exige profissionais mais consolidados na profissão e geralmente com mais experiência. Desta forma, a pirâmide dos indivíduos que compõe este fluxo possui maiores proporções nas idades mais avançadas, a partir dos 35 anos.

As maiores proporções nas faixas etárias do sexo feminino para o fluxo da RMBS estão relacionadas com a seletividade do sexo masculino no deslocamento para a RMSP.

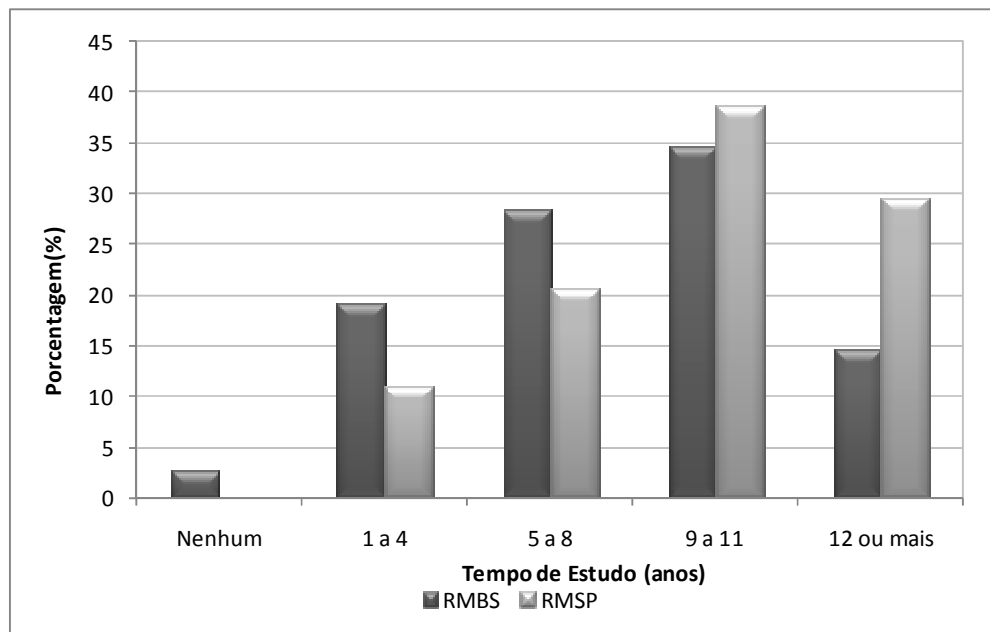
**Figura 21– Pirâmide etária conforme movimentos pendulares para RMBS e RMSP, origem Praia Grande, 2000**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

De qualquer forma, a diferenciação destes fluxos cai sempre nas questões socioeconômicas. Nesse sentido, a distribuição dos indivíduos destes deslocamentos por tempo de estudo, como mostrada na Figura 22, evidencia o caráter privilegiado das pessoas que trabalham ou estudam (com PEA restrita e maiores de 14 anos) na RMSP, com uma concentração nas faixas que correspondem aos maiores níveis de escolaridade.

**Figura 22– Tempo de estudo da população que realiza o movimento pendular, segundo destino RMBS e RMSP, Praia Grande, 2000**

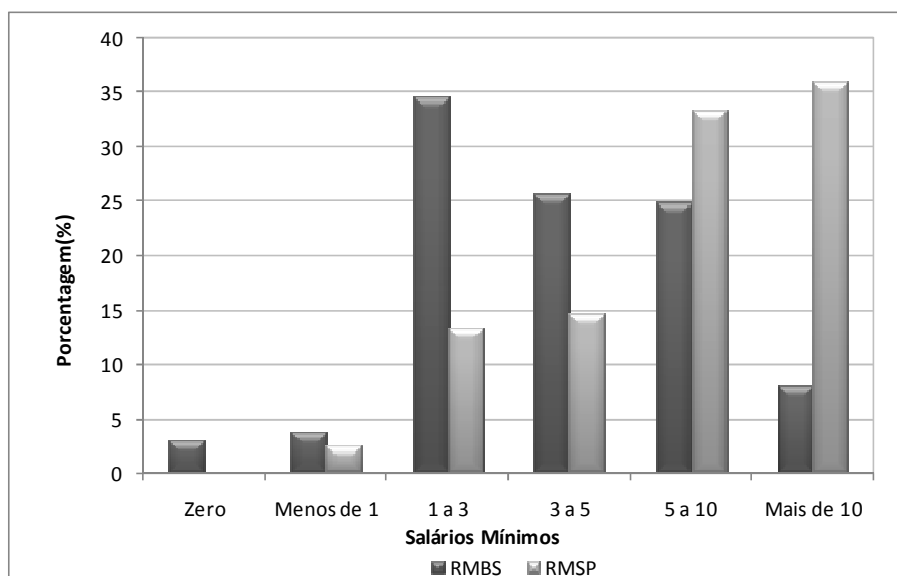


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

A distinção entre os dois tipos de deslocamentos se torna ainda mais evidente com a análise da renda *per capita* domiciliar: para os que trabalham na RMSP os valores desta variável são muito maiores do que para os que trabalham na RMBS. Na categoria de “menos de 1 salário mínimo” o percentual para este último fluxo é de quase 7%, enquanto que para o que vai a RMSP é de apenas 2,6%. Por outro lado, este último apresenta por volta de 34% dos seus indivíduos com renda acima de 10 salários mínimos, enquanto que para os que se mantêm na RMBS este percentual é de 8%.

Resumindo, tanto as características demográficas quanto as socioeconômicas mostram que o fluxo pendular com origem em Praia Grande e destino na RMSP possui níveis mais altos de escolaridade e renda, se comparadas ao da pendularidade com destino aos demais municípios da Baixada Santista.

**Figura 23 – Renda *per capita* domiciliar da população que realiza o movimento pendular, segundo destino RMBS e RMSP, Praia Grande, 2000**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

Se a migração possui estreita ligação com a pendularidade, como se presume, então, a complexidade entre esses fenômenos vai além da análise de tais mobilidades separadamente. Assim, como a migração proveniente da RMSP possui uma seletividade, no geral, para os migrantes em melhores condições socioeconômicas, o movimento pendular correspondente seleciona ainda mais a parcela desta população, que continua a trabalhar nesta região.

### **II.2.2.2 Migração e pendularidade: a aproximação de dois fenômenos e diferenciação de dois fluxos**

Reservou-se este tópico para evidenciar as relações entre a migração com destino à Praia Grande e outro tipo de mobilidade, a pendularidade. Desta forma,

pretende-se verificar se o movimento pendular pode ser utilizado como um mecanismo de diferenciação entre os distintos fluxos que chegam ao município, assim como um mecanismo de fortalecimento da idéia de que este local possa estar envolvido em diferentes processos.

Em termos gerais, nota-se que existe uma relação, por menor que seja, entre a população que sai de Praia Grande para trabalhar ou estudar na RMBS e a migração: cerca de 25% dessas pessoas são migrantes intrametropolitanas, 5% migrantes provenientes da RMSP e 65% não são migrantes (aqueles capitados pela informação de data fixa).

Em comparação, o fluxo pendular com destino na RMSP apresenta 3% de migrantes intrametropolitanos, 45% dos provenientes da RMSP e 47% dos não-migrantes recentes.

Desta forma, encontra-se que a mobilidade pendular para a RMSP com origem em Praia Grande está mais relacionada com a migração, se comparada ao fluxo para a própria RMBS. No entanto, a migração para Praia Grande proveniente da RMSP não exige, como será observado nas análises seguintes, a contrapartida pendular, ou seja, o fluxo pendular para a RMSP possui muitos migrantes, mas, dos migrantes que se dirigem para Praia Grande relativamente poucos realizam o movimento pendular.

As Tabelas 16 e 17 trazem o município de destino da pendularidade por estes tipos de migrantes.

**Tabela 16** – Imigrantes intrametropolitanos segundo município de destino da pendularidade, Praia Grande, 2000.

	Município de Destino da pendularidade								Total
	Cubatão	Guarujá	Mongaguá	Santos	São Vicente	Ribeirão Pires	São Bernardo do Campo	São Paulo	
Volume	299	41	10	2226	597	10	10	81	3275
%	9,1	1,3	0,3	68,0	18,2	0,3	0,3	2,5	100

Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2000.

De forma geral, um pouco mais de 3 mil, ou seja, 24% dos imigrantes intrametropolitanos em Praia Grande realizavam movimentos pendulares no ano de 2000. No entanto, considerando que dos quase 14 mil imigrantes cerca de um pouco mais de 7mil possuíam as características da PEA restrita em 2000, esta cifra vai para aproximadamente 45% destes, ou seja, quase metade da população migrante intrametropolitana (com PEA restrita) trabalhava ou estudava em um município diferente do de Praia Grande.

A distribuição desses migrantes que realizam o movimento pendular mostra que estes, basicamente, têm como destino o núcleo da Região Metropolitana, com 68% para Santos e 18% para São Vicente.

Em comparação a estes, os migrantes provenientes da RMSP, que realizam movimento pendular, somam um pouco mais de 2 mil pessoas, as quais correspondem a 12% desses imigrantes. Dentre estes, aproximadamente 68% têm como destino a própria RMSP.

**Tabela 17 – Pendularidade dos imigrantes da RMSP, segundo município de destino, Praia Grande, 2000.**

		Município de Destino da pendularidade									
		Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Santos	São Vicente	Barueri	Diadema	Guarulhos	
Volume		48	26	4	45	478	82	12	21	8	
%		2	1	0	2	23	4	1	1	0	
		Itaquaquecetuba	Osasco	Poá	Ribeirão Pires	Santo André	São Bernardo	São Caetano	São Paulo	Total	
Volume		10	11	6	3	12	59	31	1268	<b>2125</b>	
%		0	1	0	0	1	3	1	60	<b>100</b>	

Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2000.

No entanto, se forem considerados apenas os imigrantes da RMSP com PEA restrita (para melhor comparar com a população que realiza o movimento pendular), que possui um volume de 8,6 mil, encontrar-se-á que cerca de 25% destes, realizam movimento pendular. Ressalta-se que o trajeto dos migrantes que vão à RMSP é custoso, por isso o percentual de 25% deve ser considerado relativamente alto.

Em comparação com estes migrantes, as modalidades de longa distância, tanto para os outros municípios do estado de São Paulo, quanto para os migrantes interestaduais, não possuem uma relação muito forte com a realização do movimento pendular, sendo que menos de 5,5% destes migrantes realizam este deslocamento. Portanto, o fenômeno da pendularidade, em termos da relação com a migração, está muito mais ligado aos movimentos de curta distância (principalmente intrametropolitano).

De qualquer forma, estes dados sugerem que há uma forte ligação entre a migração e a contrapartida pendular, fortalecendo a idéia de que a mobilidade para Praia Grande tem como motivo a habitação, mesmo que o local de trabalho permaneça em município diferente (e próximo do local de residência).

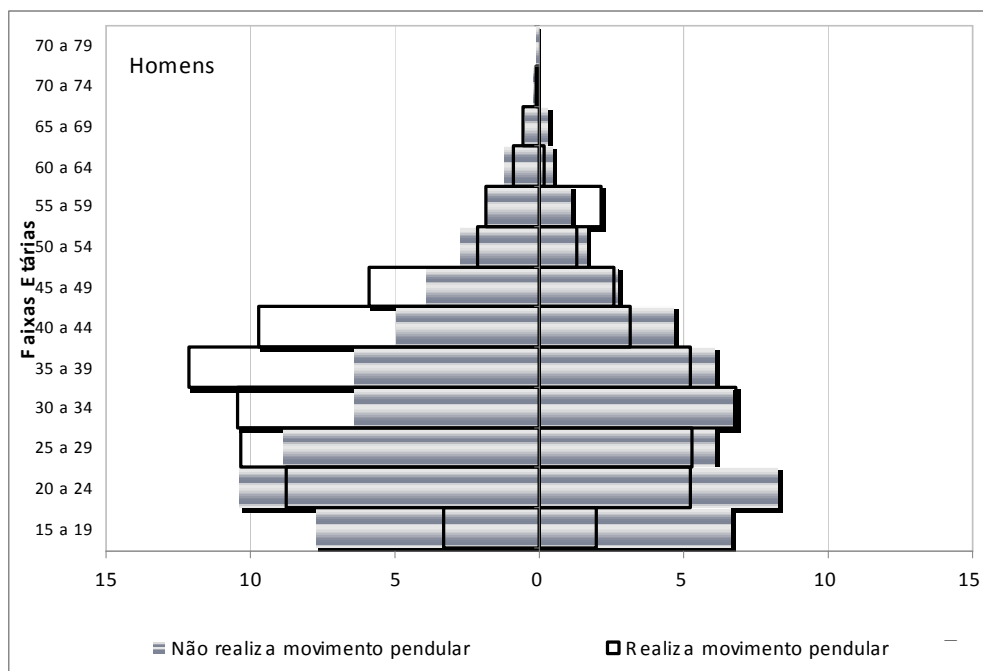
Entretanto, deve-se ressaltar que boa parte dos chefes migrantes não realiza o movimento pendular (para o caso do migrante advindo da RMSP, apenas 20% se deslocam). Desta forma, surge uma curiosidade em termos de saber como se distingue a população migrante que realiza o movimento pendular daquela que não realiza. Assim pretende-se investigar mais alguns possíveis condicionantes da migração para Praia Grande. A seguir, apresentam-se algumas características dos migrantes, segundo a condição pendular.

A estrutura etária e por sexo dos migrantes segundo a condição da pendularidade mostra uma clara distinção entre os migrantes que realizam o movimento pendular e os que não o fazem, como se pode notar na Figura 24. Enquanto o grupo de migrantes que não sai do município por motivos de trabalho/estudo possui uma estrutura mais “equilibrada” com relação ao sexo, no qual a razão de sexo é de 125%, os migrantes que o realizam são preponderantemente masculinos – com uma razão de 196%, principalmente entre a faixa de 20 e 49 anos.

A estrutura etária mostra que a proporção de pessoas é maior nas faixas de “25 a 49 anos” para os que realizam o movimento pendular (72%, contra 57% dos que não realizam este movimento). Para o sexo feminino, a proporção de pessoas

nessas faixas chega a ser menor para as mulheres que compõem o fluxo pendular, se comparada às que permanecem em Praia Grande.

**Figura 24 – Pirâmide etária migrantes 1995/2000 em Praia Grande segundo condição de pendularidade (PEA restrita)**



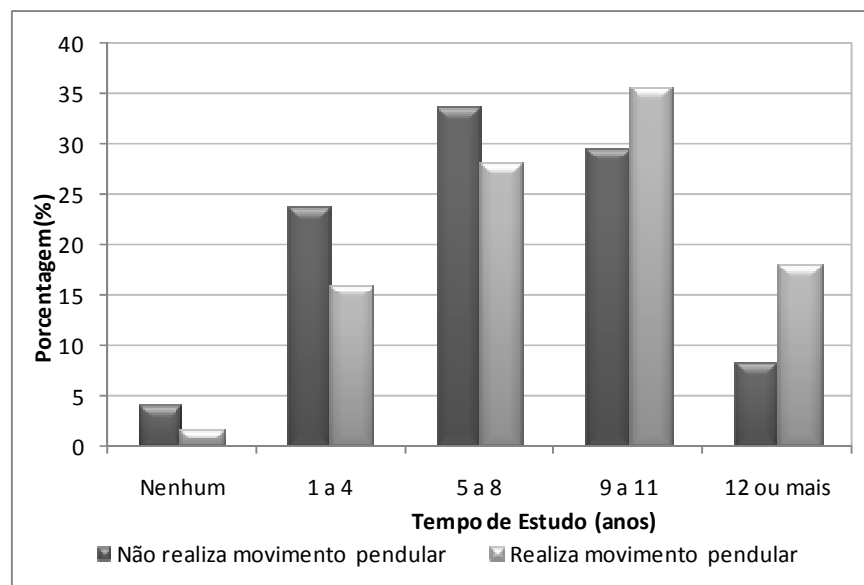
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

A escolaridade e a renda também são ferramentas úteis para distinguir os migrantes que trabalham ou estudam fora de Praia Grande, daqueles que permanecem no município.

Quanto à escolaridade (Figura 25 e Tabela 18) a distinção dos migrantes conforme a condição da pendularidade se dá no sentido de que, para aqueles que permanecem no município, a escolaridade é menor, ou seja, há uma maior concentração nas faixas com menos tempo de estudo: 4,1% na faixa de “nenhum” estudo e 8% com “12 anos ou mais”; enquanto as pessoas que pendulam apresentam respectivamente 1,6 e 18%.



**Figura 25 – Tempo de estudo dos migrantes 1995/2000 em Praia Grande segundo condição de pendularidade**



Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2000.

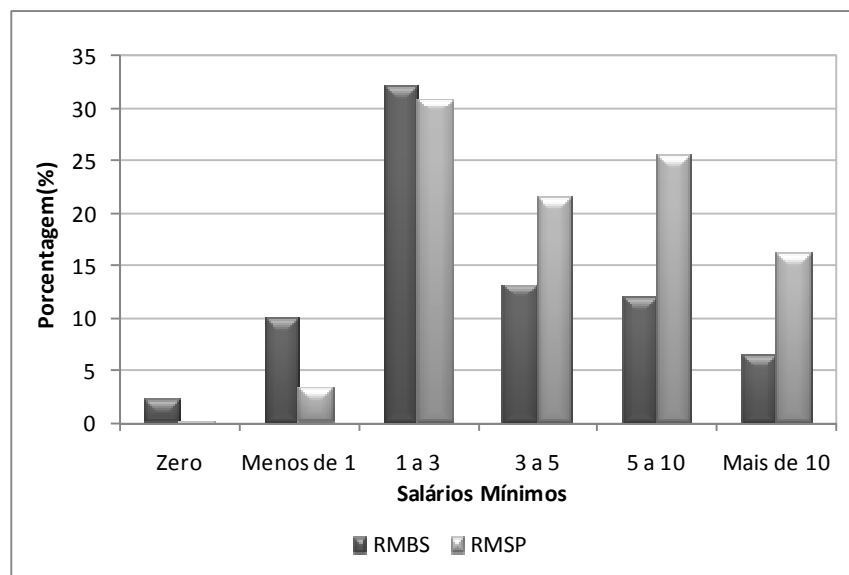
**Tabela 18 – Imigrantes em Praia Grande por faixas de tempo de estudo, segundo condição da pendularidade, 2000**

Pendula		Tempo de Estudo					Ignorado	Total
		Nenhum	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais		
Não	Volume	732	4.212	5.958	5.233	1.462	77	17.674
	%	4,14	23,83	33,71	29,61	8,27	0,44	100,00
Sim	Volume	104	989	1.733	2.193	1.119	19	6.157
	%	1,69	16,06	28,15	35,62	18,17	0,31	100,00

Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2000.

Com a renda *per capita* domiciliar a distinção entre esses subgrupos se torna mais evidente, fortalecendo o argumento de que os migrantes que permanecem em Praia Grande têm condições socioeconômicas inferiores aos que realizam o movimento pendular. A renda média entre os migrantes conforme a condição da pendularidade são bastante distintas: para as pessoas que trabalham em município diferente do qual residem, a renda *per capita* domiciliar média é de 6,8 salários, enquanto que para aqueles que não o realizam é de 2,6 salários.

**Figura 26 – Renda *per capita* domiciliar dos migrantes 1995/2000 em Praia Grande segundo condição de pendularidade**



Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2000.

**Tabela 19 - Imigrantes em Praia Grande por faixas de renda *per capita* domiciliar, segundo condição da pendularidade, 2000**

Pendula		Renda Média										Total
		Sem rendimento	Até 0,25 SM	0,25 a 0,5	0,5 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20 SM	
Não	Volume	4.633	42	165	1.566	3.056	2.638	2.319	2.102	724	430	<b>17.675</b>
	%	26,21	0,24	0,93	8,86	17,29	14,93	13,12	11,89	4,10	2,43	<b>100,00</b>
Sim	Volume	170	8	10	185	996	906	1.320	1.565	674	323	<b>6.157</b>
	%	2,76	0,13	0,16	3,00	16,18	14,71	21,44	25,42	10,95	5,25	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2000.

As diferenças da condição de pendularidade entre os migrantes refletem-se no fato de que a seletividade para a realização do movimento pendular também ocorre entre os migrantes, uma vez que, dentre estes, os que pendulam são aqueles com maiores escolaridade e renda.

De uma forma geral, a pendularidade, com relação ao destino, se distingue com relação às características de sexo, idade, escolaridade e renda. No que diz respeito à condição migratória, nota-se que a maioria das pessoas que realizam o

movimento pendular é migrante, sendo o contrário não verdadeiro, ou seja, nem todos os migrantes realizam o movimento pendular.

Portanto, a pendularidade pode ser uma das ferramentas utilizadas para distinguir as diferentes modalidades migratórias em Praia Grande, além de mostrar a intensa relação do município com as demais regiões.

### ***II.3 Migração de Longa Distância***

Questões ligadas às tendências recentes dos movimentos migratórios esbarram em obstáculos, principalmente teóricos, que dificultam a articulação entre a pluralidade dos movimentos migratórios encontrados e a estruturação/produção social do espaço. Embora os fluxos interestaduais (distâncias mais longas) tenham sido pauta, muitas vezes, nas discussões a respeito das migrações, estes ainda apresentam algumas lacunas no trato conjunto com as questões atuais do espaço.

No município de Praia Grande, além da importância dos fluxos intrametropolitanos e o da RMSP, ainda estão presentes os movimentos cuja distância é mais longa<sup>57</sup>. Embora este tipo de movimentação não forneça muitos argumentos para a articulação que se está desenvolvendo neste texto - uma vez que são fenômenos ligados principalmente a processos nacionais, em especial no que diz respeito à migração interestadual -, estes ainda possuem significado para o caso intra-urbano, principalmente na alocação dos migrantes no interior da região metropolitana.

---

<sup>57</sup> É de concordância entre os textos recentes de migração, e, dentre estes, pode-se citar Patarra *et al* (2000), que a década de 1980 apresentou importantes modificações no quadro geral das migrações internas no Brasil, no qual os resultados censitários de 1991 revelaram a força das, até então, novas formas de redistribuição espacial da população. Contudo, as migrações de longa distância foram perdendo peso, enquanto as provenientes de locais mais próximos, principalmente intra-urbanos, foram tomando espaço.

De qualquer forma, apresenta-se uma análise referente aos fluxos de distância mais longa. Para um melhor aproveitamento, dividiu-se esta categoria em fluxos intraestaduais (outros municípios do estado de São Paulo que não os da RMBS e da RMSP) e interestaduais. Tem-se claro que a noção de longa distância para estes dois itens pode ser completamente distinta, uma vez que, sair, por exemplo, da Região Metropolitana de Campinas para Praia Grande pode conter significados e implicações diferentes, se comparado ao deslocamento que tem origem na Bahia.

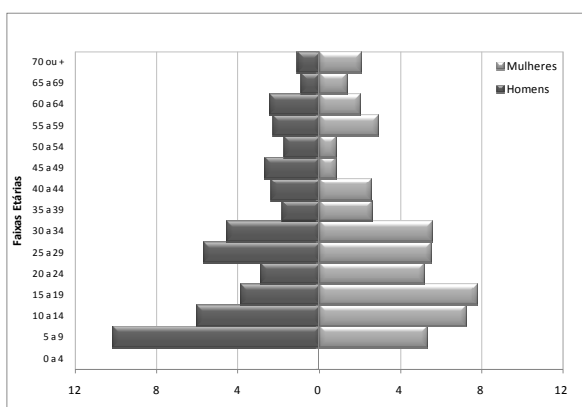
Em termos gerais, embora os movimentos de longa distância tenham menor importância na estruturação do espaço no caso de Praia Grande, o volume de tal categoria ainda chama bastante atenção, variando de 8,5 mil para 14,1 mil nos períodos de 1986/1991 e 1995/2000.

No caso específico do fluxo proveniente de outros municípios do estado de São Paulo, a representação, no período de 1986/1991, para as migrações totais (sem considerar as internacionais) em Praia Grande é de aproximadamente 8%; e para a população total do município em 1991 quase 2%; em 2000 os valores para essas categorias são de 9,7% e 2,3% respectivamente. Dentre as diversas modalidades que chegam a Praia Grande, esta é a que possui menor volume e representatividade. Tal característica deve fazer com que as análises sejam realizadas com muito cuidado e ressalva, pois o tamanho da amostra é bastante reduzido e os resultados podem não representar, de fato, o que acontece neste fluxo.

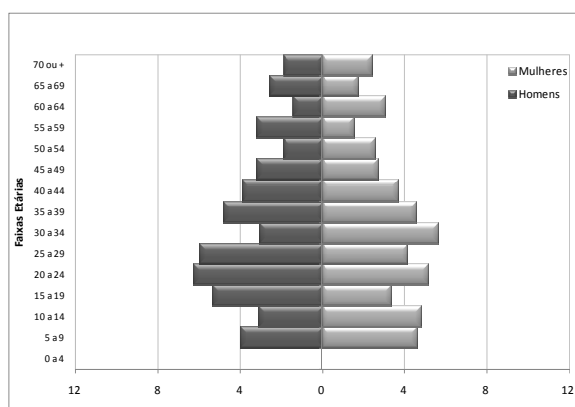
Por outro lado, a migração recente interestadual para Praia Grande cresce em aproximadamente 58% entre o período de 1991 e 2000, sendo este resultado maior que o encontrado para a migração intrametropolitana, bem como para aquela proveniente da RMSP: 55 e 57% respectivamente. Entretanto, esse acréscimo não é acompanhado pelo aumento na representatividade deste fluxo nas migrações totais, pois nos dois períodos a cifra é de aproximadamente 21%.

Estes fluxos são peculiares também com relação às características demográficas e socioeconômicas. Com relação à estrutura etária e por sexo dessa população, os migrantes de outros municípios do estado de São Paulo possuem uma estrutura mais próxima dos movimentos de curta distância. De uma forma geral, a estrutura que em 1991 estava mais concentrada nas primeiras faixas etárias, em 2000 apresenta uma maior distribuição entre as faixas, com a pirâmide relativamente mais envelhecida. No entanto, a falta de dados e o aumento no volume entre os dois períodos da ordem de 81% podem mascarar o que está ocorrendo com o fenômeno.

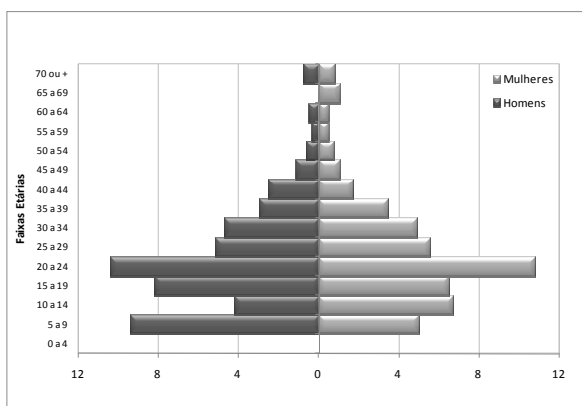
**Figura 27 – Pirâmide etária migrantes de outros municípios do estado de São Paulo 1986/1991**



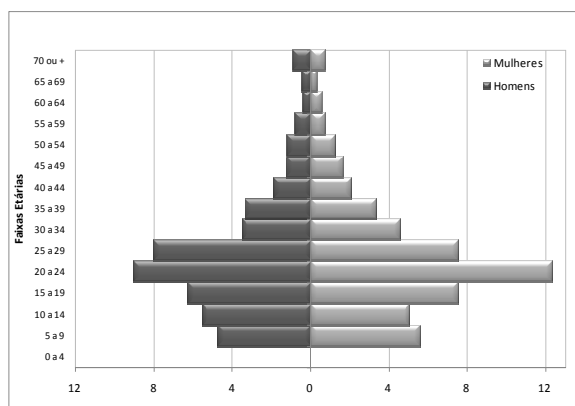
**Figura 28 – Pirâmide etária migrantes de outros municípios do estado de São Paulo 1995/2000**



**Figura 29 – Pirâmide etária migrantes interestaduais 1986/1991**



**Figura 30 – Pirâmide etária migrantes interestaduais 1995/2000**



Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2000.

Em comparação, os movimentos interestaduais possuem uma seletividade muito mais aparente: com uma população bastante jovem (cerca de 21% desta população está entre 20 e 24 anos) e uma estrutura que também indica a presença de famílias neste tipo de migração.

Tal característica pode ser confirmada através dos arranjos familiares mostrados na Tabela 20. O percentual de famílias na mobilidade interestadual é alto, com aproximadamente 67% desta população tendo arranjo familiar do tipo nuclear, e por volta de 10% na categoria individual. Estas porcentagens indicam que o fluxo proveniente da RMSP possui mais casos na categoria individual, ou seja, uma migração de pessoas sozinhas, isso mais do que a migração interestadual.

Para os migrantes intraestaduais, os valores na categoria individual são de 12% para 1986/1991 e 18% em 1995/2000, mostrando-se como há mais individual em comparação aos demais fluxos.

De fato, esperava-se que a migração de distância mais longa possuísse maior percentual na categoria individual, uma vez que a movimentação de longa distância possui essa característica, devido, principalmente, à dificuldade da mudança com toda a família.

**Tabela 20– Participação do número de famílias por tipo de famílias segundo migrantes de longa distância, 1986/1991 e 1995/2000**

Período	Condição Migratória	Arranjo Familiar						
		casal		chefe	Estendida	individual	outro	Total
c/ filho	s/ filho	c/ filho						
1986/1991	Outros Est. SP	51,05	20,08	2,09	9,34	11,72	5,72	717
	Outros estados	38,31	20,48	8,03	11,13	9,54	12,52	1 582
1995/2000	Outros Est. SP	42,34	17,95	7,68	6,33	18,28	7,41	1 635
	Outros estados	43,78	13,48	10,75	11,40	10,12	10,47	2 582

Fonte: IBGE- Censos Demográficos, 1991 e 2000

De qualquer forma, mesmo com os poucos dados da mobilidade intraestadual, é possível notar, além das diferenças entre os períodos, que existe

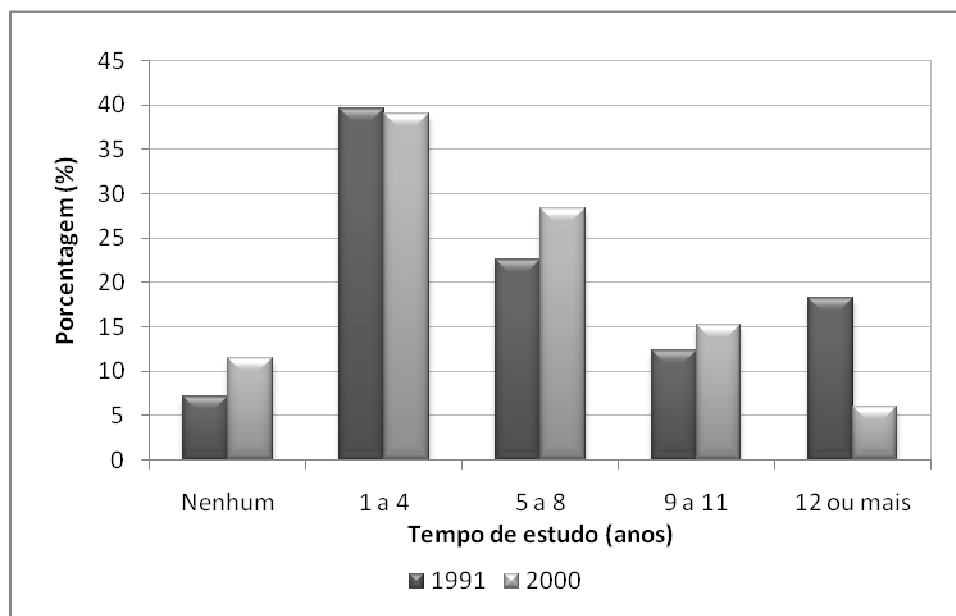
uma clara distinção entre as duas modalidades, aqui separadas, de longa distância.

A análise socioeconômica também os diferencia trazendo algumas peculiaridades. Considerando a escolaridade (Figura 31), nota-se que para os outros migrantes do estado de São Paulo, o tempo de estudo se concentra nas primeiras faixas e sem mudanças consideráveis entre os dois períodos. Estes fluxos possuem níveis mais baixos do que a migração de curta distância, mesmo com a intrametropolitana tendo maior percentual na categoria “nenhum”.

No entanto, a comparação desta modalidade com os não-migrantes, que pode ser realizada através da Tabela 8, mostra que estes últimos possuem condições piores. Portanto, apesar de piores condições em relação aos migrantes de curta distância, os provenientes de outros municípios do estado de São Paulo ainda possuem características mais favoráveis que os considerados não-migrantes no município.

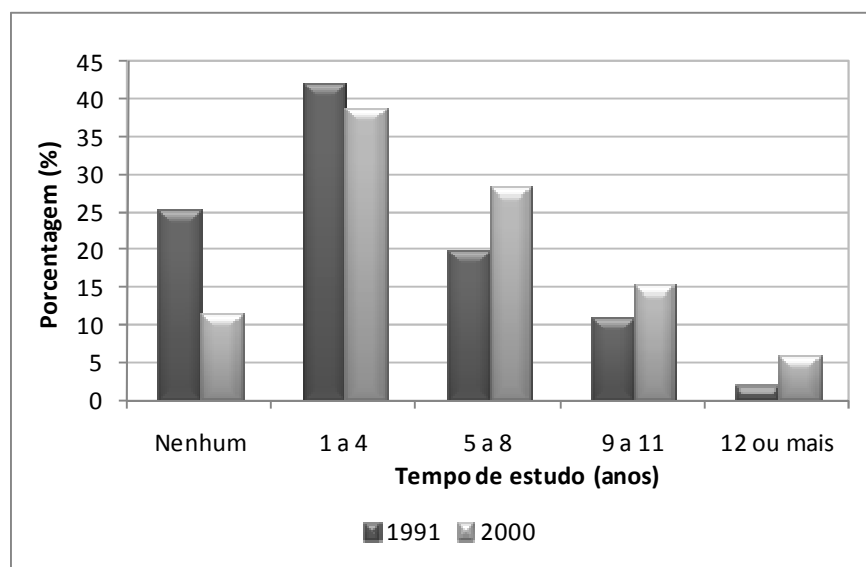
Desta forma, as piores condições em termos da escolaridade ficam com a migração interestadual, como pode ser notado na Figura 32 (em comparação com as demais categorias de migração). A concentração, tanto na faixa “nenhum”, quanto na de “1 a 4 anos de escolaridade” são bastante altas, caracterizando tal fluxo como o mais desfavorável em comparação aos demais.

**Figura 31 - Tempo de estudo, chefes de família migrantes de outros municípios do estado de São Paulo, 1986/1991 e 1995/2000, Praia Grande**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

**Figura 32 - Tempo de estudo, chefes migrantes interestaduais, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000**



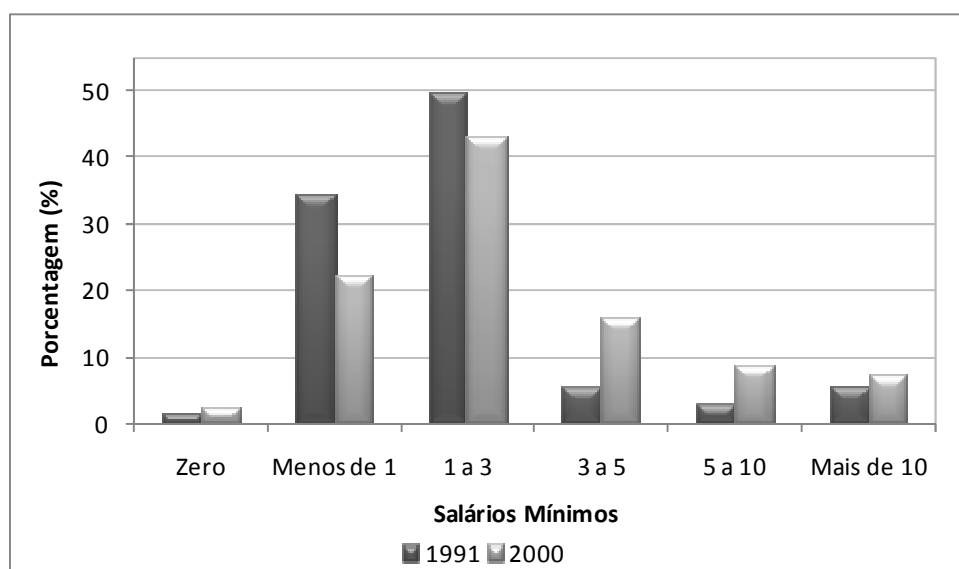
Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Já a análise a respeito da renda *per capita* domiciliar, na Figura 33, para os migrantes de outros municípios do estado de São Paulo, mostra que parte



considerável, 85,8% em 1991 e 67,8% em 2000, dos chefes de domicílios migrantes apresentam renda *per capita* domiciliar inferior a três salários mínimos. Esse valor, apesar de se mostrar alto, em comparação com os demais fluxos (o intrametropolitano e interestadual) e com os não-migrantes, evidencia que, nesta comparação, os migrantes possuem rendas mais altas: por volta de 36% no primeiro período e 25% no segundo, possuem menos de 1 salário, enquanto que para os intrametropolitanos esses valores são de 44% e 30%, e para os não-migrantes, 46% e 30%.

**Figura 33 – Renda *per capita* domiciliar, chefes migrantes de outros municípios do estado de São Paulo, 1986/1991 e 1995/2000, Praia Grande**

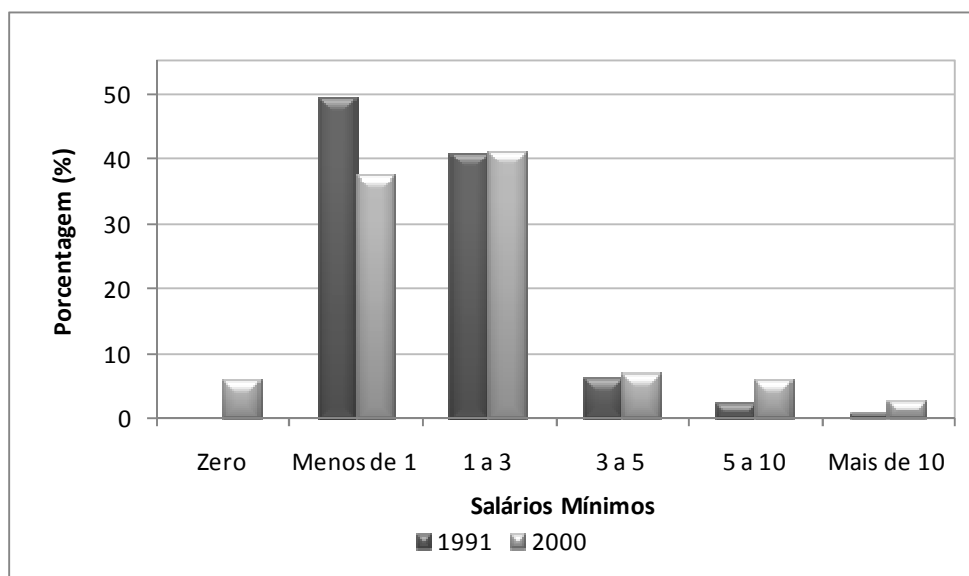


Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Em compensação, para os migrantes interestaduais, Figura 34, a situação é ainda pior: a concentração é maior nas primeiras faixas de renda. Para o período de 1995/2000 quase 6% destes chefes migrantes estavam na categoria de *nenhum rendimento*, 37% com menos de um salário e 41% na categoria de “1 a 3” salários.

Desta forma, o interestadual possui as piores condições dentre os fluxos, e, também apresenta-se neste mesmo patamar, se comparado com os não-migrantes.

**Figura 34 – Renda dos chefes migrantes interestaduais, Praia Grande, 1986/1991 e 1995/2000.**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000

Como os distintos fluxos apresentaram características demográficas e socioeconômicas muito diferentes é sensato afirmar que essas diferentes situações estão envolvidas por diferentes processos.

## **Capítulo III – Heterogeneidade socioespacial e mobilidade populacional**

Este capítulo visa dar continuidade ao conjunto deste trabalho, completando-o com uma análise da diversidade dos fluxos populacionais no contexto da heterogeneidade ou homogeneidade socioespacial do município de Praia Grande. Desta forma, a idéia é fornecer, além de uma visão geral dos padrões espaciais de segregação de Praia Grande, subsídios para entender como os diferentes deslocamentos populacionais interagem na composição dos distintos grupos populacionais.

De qualquer forma, as análises realizadas nos capítulos I e II já indicaram que a segregação é um processo importante na compreensão da estruturação intra-urbana, principalmente quando os deslocamentos populacionais estão envolvidos em tal discussão. Como se pretende nas análises deste capítulo relacionar as questões envolvidas na estruturação do espaço, no sentido de averiguar possíveis tendências à homogeneidade dos, e heterogeneidade entre, bairros residenciais de diversas camadas de renda, juntamente com um mapeamento dos distintos fluxos populacionais, se faz necessário que sejam feitas algumas considerações a respeito do processo de segregação das metrópoles brasileiras, em especial da que envolve Praia Grande.

Embora os estudos de segregação residencial possam ser vistos sob várias perspectivas, conceitos, pressupostos e métodos, nas cidades brasileiras a posição socioeconômica é, sem dúvida, uma das melhores opções para avaliar a organização de diferentes grupos por setores de uma região. Sendo, portanto, inevitável que a investigação conduzida para a verificação da heterogeneidade do local tenha que refletir as desigualdades urbanas encontradas no padrão das cidades brasileiras. Desta forma, a opção por categorias sociais e econômicas representa, em grande medida, um esforço para conseguir apreender a

problemática do país, sobretudo no que se refere às desigualdades entre os diferentes estratos populacionais<sup>58</sup>.

Segundo Villaça (2001), a segregação espacial dos bairros residenciais das distintas classes sociais está fortemente presente nas metrópoles brasileiras, criando sítios sociais muito específicos. Este fenômeno, ainda segundo o mesmo, pode começar a ser identificado também para a camada de mais alta renda, uma vez que Villaça considera o fenômeno como “um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros.” (VILLAÇA, 2001, p.148)

A discussão, no período recente, da análise crítica da segregação social foi reforçada com o paradigma da cidade global, o qual, segundo Lago (2000), trata das relações estruturais entre mudanças na economia e a intensificação da dualização social. Segundo a mesma, “o impacto espacial da tendência à dualização da estrutura social seria, num extremo, a apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo e à moradia de luxo e, no outro, a conformação de espaços exclusivos da pobreza.” (Lago, 2000, p.22)

No entanto, aceitando a redução do problema para uma oposição binária, assim como propõe a dualização, estar-se-á ocultando uma diversidade entre bairros, principalmente, onde a população não se localiza entre os extremos: ricos e pobres. Esta observação é uma das críticas ao modelo da cidade global, pois este seria simplificador, já que deixa de lado a complexidade das cidades.

Préteceille (2004), coloca que a situação e estrutura de bairros em dificuldade (num contexto de transformação espacial) não se reduzem a um único modelo. Nesse sentido “esta dualidade [do modelo da cidade global] – bairros em

---

<sup>58</sup>Independente da categoria utilizada para se apreender as desigualdades sociais, a segregação aqui será definida, assim como em Villaça (2001), por um “*processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole*” (2001, p.142).

dificuldade versus demais bairros, como favela-não-favela – oculta não só a diversidade dos bairros populares e de suas trajetórias, mas também e sobretudo aquela dos ‘demais bairros da cidade.’” (PRÉTECEILLE, 2004, p.21)

De qualquer forma, retomando Villaça (2001), a segregação, no que se refere à concentração de uma classe num dado local, não exige a presença de outras classes no mesmo espaço, já que a presença das camadas de renda alta não são exclusivas em nenhuma região das metrópoles brasileiras, muito embora possa haver sua predominância numa determinada localidade (exceto nos condomínios fechados).

Não obstante, ressalta-se que não se pretende aprofundar aqui na questão da segregação residencial do município de Praia Grande, mesmo porque as relações já apresentadas no decorrer da dissertação, principalmente no Capítulo I, já dão indícios de que a organização populacional em Praia Grande (assim como nos demais municípios litorâneos da Baixada Santista), esteja pautada na localização próxima à orla pelos grupos mais abastados; no outro extremo, quanto mais distante desta orla, e quanto mais próxima à Serra, o que se verifica é uma maior concentração da pobreza. No entanto, apresentar-se-á uma análise um pouco mais detalhada do que alguns trabalhos já mostraram para a Baixada Santista, como o de Jakob *et al* (2006), uma vez que se faz um recorte específico do município, para que assim seja possível relacionar as informações de segregação com as de mobilidade populacional. Mesmo correndo o risco de cair na obviedade, apresentar-se-á alguns indicadores que permitam a caracterização adequada do fenômeno da segregação no município, através, principalmente, de renda e escolaridade, e algumas informações de infra-estrutura.

Neste caso, não se abstrai o fato de que os espaços exclusivos de determinadas categorias possam apresentar diversidades na estrutura social, com uma crescente complexidade na distribuição espacial dos distintos grupos. No entanto, apresentar-se-á apenas um quadro geral da heterogeneidade presente no município, uma vez que um maior detalhamento deste aspecto acabaria por fugir dos objetivos desta dissertação.

Os dados sobre os quais se pode aqui conduzir as análises espacializadas são essencialmente produzidos pelos Censos Demográficos, que se constituem como uma das formas de operacionalização da segregação nas regiões do Brasil. Portanto, para se alcançar os objetivos propostos, foram usados os dados dos setores censitários<sup>59</sup> dos Censos brasileiros de 1991 e 2000 – os menores níveis possíveis de desagregação das informações, no caso das condições socioeconômicas. Já para fluxos populacionais, analisados na segunda parte deste capítulo, as mínimas áreas possíveis são áreas de ponderação.

### ***III.1 Segregação socioespacial: um retrato de Praia Grande***

Localizar determinados estratos sociais em Praia Grande (apesar deste não ser um município marcado claramente por um processo de separação entre pobres e ricos com, por exemplo, amuralhamentos<sup>60</sup>), não é uma tarefa muito difícil, uma vez que as camadas sociais foram, ao longo da história, dominando determinadas regiões que lhes eram cabidas - isso em razão de uma série de fatores como, por exemplo, a valorização imobiliária dos locais próximos à orla.

Desta forma, como vem sendo anunciado desde o primeiro capítulo, há uma tendência das regiões próximas à praia serem ocupadas por população de mais alta renda, restando as áreas mais afastadas e próximas a Serra para a parcela populacional cujas condições socioeconômicas são piores. Mesmo com tal informação, analisam-se alguns indicadores para verificar o nível dessa

---

<sup>59</sup> Os setores censitários foram criados por critérios de operacionalização da coleta de dados. Geralmente formados por cerca de 200 a 300 domicílios são áreas recenseadas pelo mesmo recenseador, cujos dados não são disponibilizados através dos microdados - portanto, sem a possibilidade de cruzamento entre as variáveis disponíveis.

<sup>60</sup> O termo amuralhamento, de acordo com Marcuse (2004), diz respeito a uma junção voluntária de um grupo populacional com finalidade de auto-proteção e desenvolvimento de seus próprios interesses através de mecanismos de exclusão de outros.

segregação, bem como verificar a existência de áreas mais homogêneas ou heterogêneas em Praia Grande.

A diferenciação entre as áreas do município começa pela distribuição populacional que é visivelmente distinta para os setores, como mostra o Mapa 5<sup>61</sup>. Tal diferenciação entre as áreas do município se deve muito aos aspectos físicos da Baixada Santista, cujas áreas mais ao norte são preenchidas principalmente pela Serra, o que as tornam de difícil acesso e ocupação. Por outro lado, também contribuiu para a diferenciação entre as áreas do município a peculiar forma de expansão metropolitana da RMBS – que, por sua vez, também está relacionada ao primeiro argumento.

Mesmo com tais fatores influenciando a forma de organização populacional em termos da ocupação das áreas do município, a década de 90 e as mudanças que se deram a partir deste momento (principalmente nas infra-estruturas, como apresentado no Quadro 2 do Capítulo I), foram alguns dos condicionantes para a maior atratividade populacional do município, com o conseqüente aumento da importância dos locais mais afastados da orla no final do período, evidenciando, também, a maior expressão populacional no município, bem como a expansão em direção aos demais municípios ao sul da RMBS.

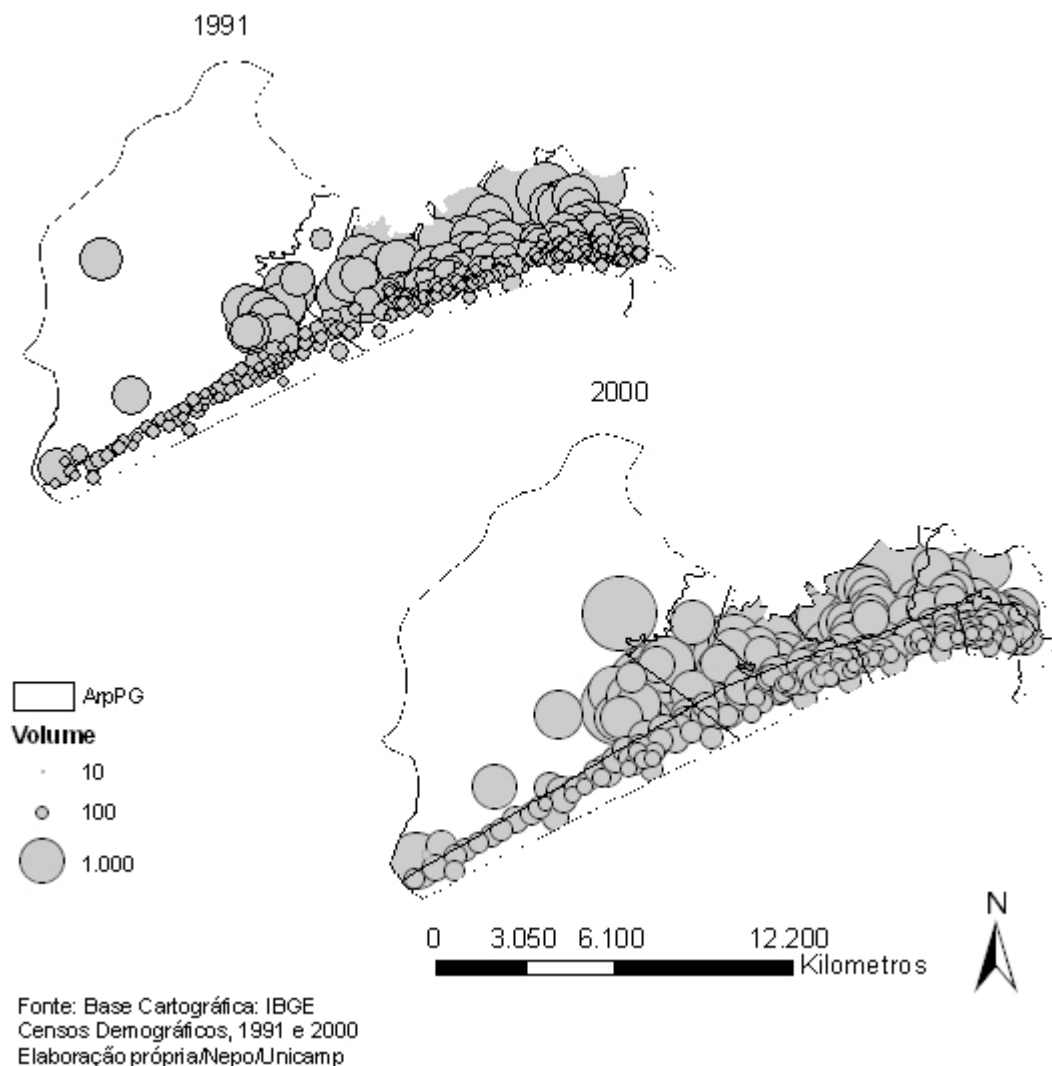
É evidente que essa distribuição populacional, com a maior expressão em áreas de ocupação irregular, traz também diferenciações em outros aspectos, inclusive demográficos. Nesse sentido, apesar do alto acréscimo no volume de pessoas em Praia Grande durante o período de 1991 e 2000, a mudança no valor da densidade por domicílios permite inferir uma série de observações demográficas sobre as distintas áreas do município.

---

<sup>61</sup> As malhas cartográficas para a construção dos mapas, cuja divisão são os setores censitários, mostram diferenças entre os anos de 1991 e 2000. Assim, além da base cartográfica não ser completamente compatível entre os dois anos, uma vez que acompanha o crescimento do município, os dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE apresentaram informações não significantes para alguns setores, os quais são “ignorados” na etapa da espacialização dos dados.



**Mapa 5 – Volume populacional por setores censitários, Praia Grande, 1991 e 2000**



De uma forma geral, como mostra Cunha *et al* (2006), Praia Grande aparece como um dos municípios mais densamente ocupados, depois do núcleo já consolidado (de Santos – São Vicente).

Em termos da densidade por domicílios – que corresponde ao número médio de pessoas por domicílios, neste caso, calculada por setores censitários –, nota-se uma diferenciação razoável entre o período de 1991 e 2000. De acordo com o Mapa 6 houve uma diminuição, nos anos 90, no valor desta variável, principalmente nos setores mais próximos da orla. De fato, a média para o município muda de 3,34 em 1991, para 3,19 pessoas por domicílio em 2000.

O menor valor encontrado para esta densidade pode ser explicado através de vários fatores demográficos, dentre estes, pode-se citar a redução da fecundidade<sup>62</sup>, que, por sua vez, reduz o tamanho médio das famílias. Além disso, podemos citar também como fatores que contribuíram de alguma forma para a menor densidade domiciliar as modificações nos arranjos familiares, que estão também relacionadas à questão do ciclo vital; a maior ou menor distribuição da população por determinadas áreas; e o aumento no volume de domicílios em Praia Grande.

Também relacionado a estas questões, o envelhecimento relativo da população da orla pode estar influenciando nas mudanças observadas na densidade por domicílios. Segundo NEPO (s/d)<sup>63</sup>, nota-se que o padrão de ocupação ao longo da orla litorânea evidencia uma maior concentração de pessoas idosas, principalmente no ano de 2000.

Vale ressaltar também que a questão do aumento no volume dos domicílios ocupados passando de 32 mil para 55 mil, em Praia Grande, nesse período implica uma taxa de crescimento de 6% ao ano e se constitui como uma das peculiaridades da RM como um todo.

Uma outra faceta da questão dos domicílios no município está relacionada à espécie destes, dado que pode evidenciar o potencial de crescimento e expansão da região. Em Praia Grande, segundo os valores apresentados por Cunha *et al* (2006) baseado nos Censos Demográficos, no ano de 1991 aproximadamente 63% dos domicílios foram considerados de uso ocasional e, em 2000, esse valor diminuiu para 58%.

Cabe lembrar que o alto valor para este tipo de domicílio está intimamente relacionado com a população flutuante no município, ou seja, aquela que busca apenas atividades ligadas ao turismo. Embora tal parcela populacional não seja

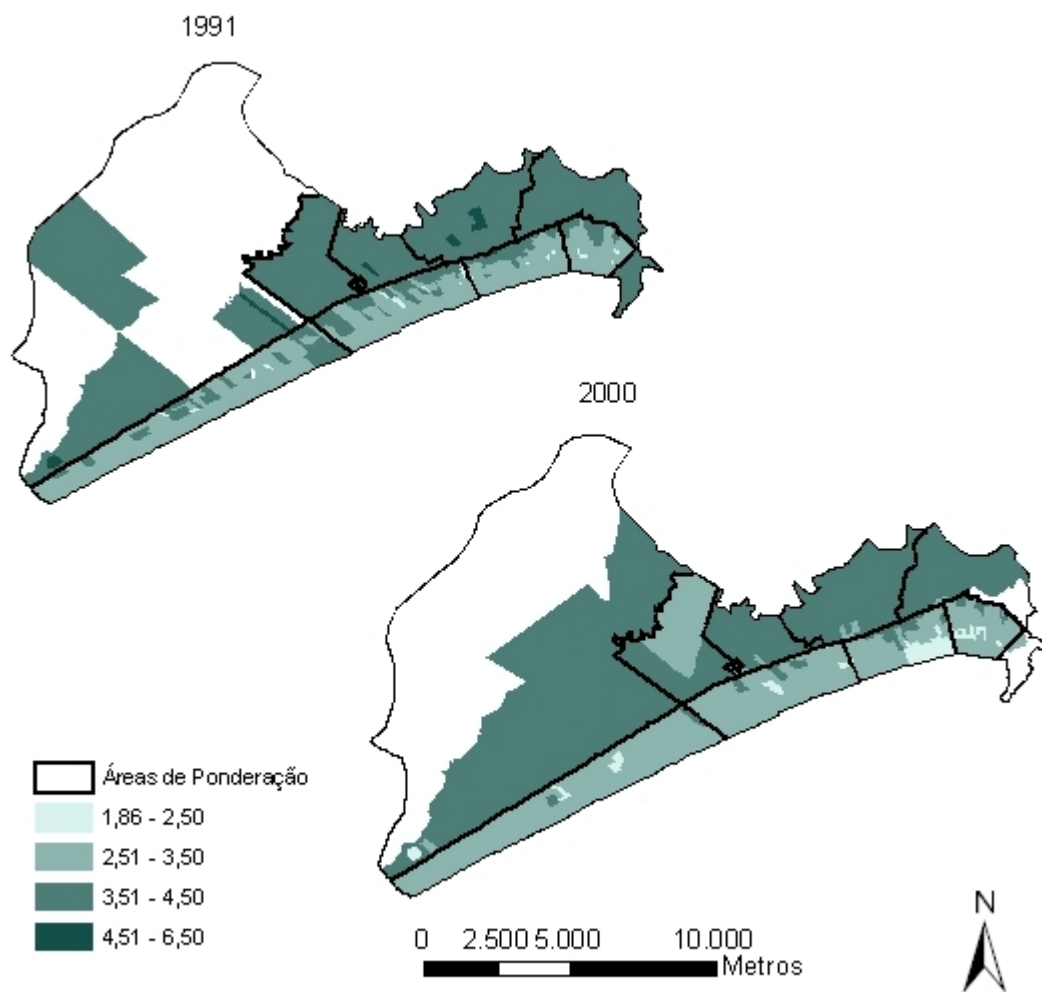
---

<sup>62</sup> Esta redução da fecundidade e foi observada de uma forma geral em todo o país, no período aqui em questão.

<sup>63</sup> Atlas da Região Metropolitana da Baixada Santista. 2ªv. Acesso em: dezembro/2007 - [http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/atlas/atlas\\_santos/Atlas\\_Final/index.htm](http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/atlas/atlas_santos/Atlas_Final/index.htm)

captada pelo Censo Demográfico, seu impacto nos municípios da RMBS é evidente, com um papel importante na forma de ocupação de áreas destinadas à residências de uso ocasional. Jakob (2003) mostra que esta população potencializou o processo de periferização e de verticalização das moradias na Baixada Santista, com Praia Grande apresentando a maior concentração dessas pessoas, desde a década de 1970.

**Mapa 6 – Densidade de pessoas por domicílio calculadas por setores censitários, Praia Grande, 1991 e 2000**



Fonte: Base Cartográfica: IBGE  
Censos Demográficos, 1991 e 2000  
Elaboração própria/Nepo/Unicamp

As mudanças nas características demográficas de forma desigual entre os diferentes setores de Praia Grande nos anos de 1991 e 2000 vieram também acompanhadas de alterações nas estruturas físicas, tanto no que diz respeito às infra-estruturas, quanto nos padrões de construção das residências.

Nesse sentido, a distribuição da porcentagem de domicílios sem banheiro, ou com dois ou mais, pode evidenciar melhor as diferenças entre o período para o padrão de construção no município. É evidente que esta variável também pode trazer mais informações a respeito da organização da população em estratos socioeconômicos, e que, enquanto num extremo, domicílios sem banheiro representam a parcela mais pobre, os domicílios com mais de dois banheiros representariam uma população em melhores condições.

Para localizá-los nos setores censitários do município apresenta-se um mapeamento com a porcentagem de residências com dois ou mais banheiros em cada um destes (Mapa 7)<sup>64</sup>.

Ao contrário da situação dos domicílios sem banheiro (no qual em média 3,3% estavam nessa situação em 1991 e, aproximadamente, 1,5% em 2000), o quadro da situação dos domicílios com números de banheiros dois ou mais mostra que as regiões mais distantes da orla possuem percentuais menores nos setores censitários, principalmente ao norte da Via de Acesso a Praia Grande (continuação da Avenida Tupiniquins, que liga São Vicente ao município), e da Avenida Marginal, que acompanha a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega.

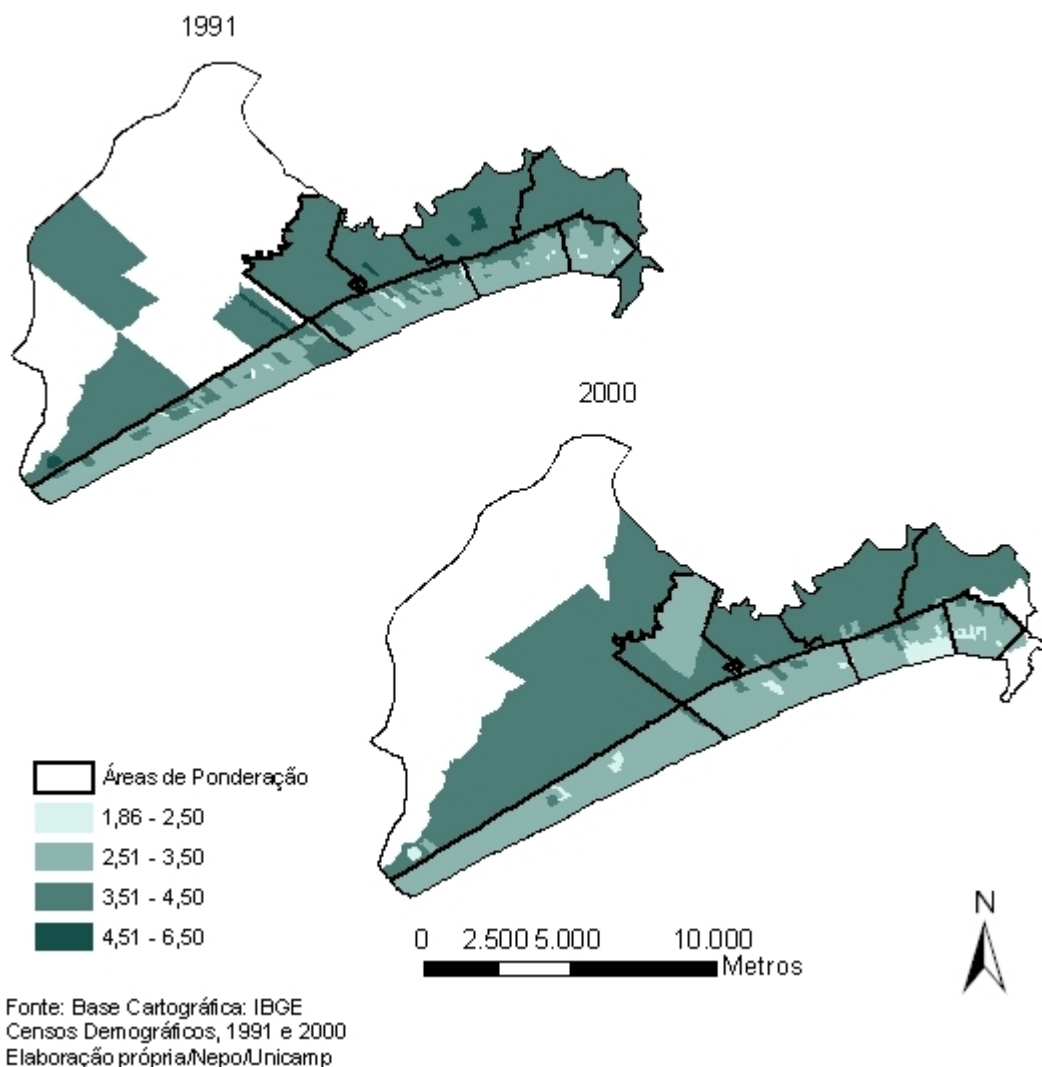
Em termos gerais, cerca de 22% dos domicílios em 2000 tinham dois ou mais banheiros em Praia Grande. No entanto, com uma distribuição desigual, a concentração está maior nas regiões próximas à orla (com setores censitários chegando a mais de 75 % dos domicílios nesta situação) e diminuindo conforme se aproxima da Serra.

---

<sup>64</sup> Como as duas variáveis, *sem banheiro* e *com 2 ou mais*, resultariam na mesma informação, optou-se por apresentar apenas a última, uma vez que com esta foi possível observar uma maior discriminação entre as áreas do município.

Tal situação demonstra que o padrão de construção no município é bastante heterogêneo, apresentando uma mudança considerável entre o período analisado, mas que se resume principalmente às áreas próximas à orla. A expansão da proporção de domicílios com dois ou mais banheiros nessas áreas reflete as melhores condições de vida e de atendimento, assim como pode também indicar um aumento no volume de residentes nesses locais com melhores condições de infra-estrutura.

**Mapa 7 – Porcentagem de domicílios com mais dois ou mais banheiros por setores censitários, Praia Grande, 2000**



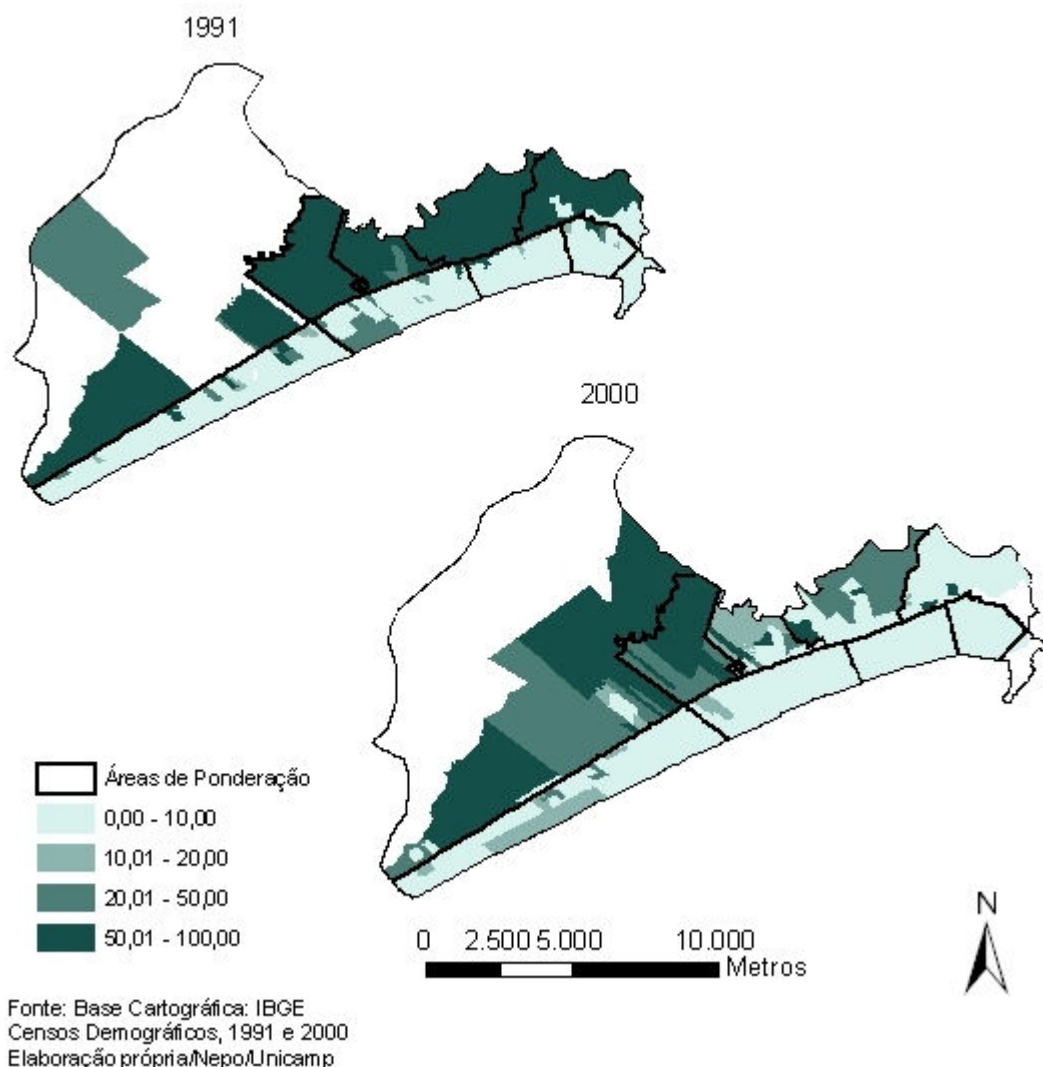
De qualquer forma, essa característica já mostra certa desigualdade entre as diferentes áreas do município, mas, para completar uma averiguação da heterogeneidade referente às características físicas de infra-estruturas, seria melhor realizar análises da distribuição dos serviços de água, coleta de lixo e esgoto. Entretanto, as duas primeiras passaram por um processo de universalização (verificado para a maioria dos municípios da RMBS), apresentando melhoras consideráveis em todas as áreas, e desta forma, não muito recomendável para o propósito de diferenciar os setores censitários de Praia Grande. Por outro lado, o processo de valorização do solo desta RM não influenciou muito no caso do esgotamento sanitário, que, por sua vez, evidencia ainda mais a heterogeneidade entre as diferentes áreas do município - e da Baixada Santista como um todo. De fato, segundo Cunha *et al* (2006), “ainda em 2000, o maior problema enfrentado pelos municípios da Baixada parece estar relacionado à rede geral de esgotamento sanitário.” (2006, p.420). De qualquer forma, esta variável se mostra mais sensível para verificar as áreas mais vulneráveis no município.

Enquanto aproximadamente 95% (em 1991) e 97,5% (em 2000) dos domicílios possuíam rede canalizada de água e, respectivamente, 94% e 99% com o lixo coletado, o esgotamento sanitário apresentou 25% em 1991 e 59% em 2000 de domicílios com rede geral<sup>65</sup>. Deve-se ressaltar que mais uma vez a diferenciação entre as áreas do município é observada principalmente pela separação dos locais, através das Rodovias Padre Manoel da Nóbrega e Via de acesso a Praia Grande, onde há uma maior vantagem, no que diz respeito à rede geral de esgoto, mesmo com as regiões mais ao sul do litoral apresentando alguns poucos setores com uma porcentagem um pouco maior de domicílios nessa condição.

---

<sup>65</sup> Informações retiradas do texto Cunha *et al* (2006)

**Mapa 8 – Porcentagem de domicílios sem conexão com rede geral de esgoto por setores censitários, Praia Grande, 2000**



Esse olhar mais “microespacial” evidencia a diferenciação das áreas internas do município de Praia Grande, mostrando locais mais vulneráveis. Obviamente, estas evidências são de grande valia na contextualização da segregação socioeconômica da população da Região.

Com estas informações, conclui-se que, mesmo com os investimentos e as melhorias (conforme também apontado no Capítulo I) em alguns setores, ainda existem locais no município onde os serviços de infra-estrutura são precários. É interessante ressaltar também que estes locais coincidem com aqueles onde o crescimento populacional foi maior, mostrando que essas melhorias não acompanharam a expansão metropolitana, mesmo porque, algumas das regiões, apresentando as piores condições, não foram nem regularizadas para ocupação.

De qualquer forma, a população mais atendida está localizada principalmente na faixa próxima à orla, onde, conforme se pode verificar nos mapas seguintes, está a parcela populacional de maior rendimento e escolaridade.

Assim como foi possível perceber que o município é bastante heterogêneo no que diz respeito às características de infra-estrutura, as variáveis socioeconômicas apontam, ainda, uma maior heterogeneidade - agora entre os residentes.

De uma forma geral, embora a escolaridade do chefe da família tenha mostrado um ganho substancial no tempo dedicado aos estudos, assim como aconteceu em todo o país, esta ainda se mantém como uma importante ferramenta para verificar as diferenças entre os residentes das distintas áreas do município. De fato, esta distingue ainda mais a população localizada próxima à orla daquela situada nas zonas mais distantes.

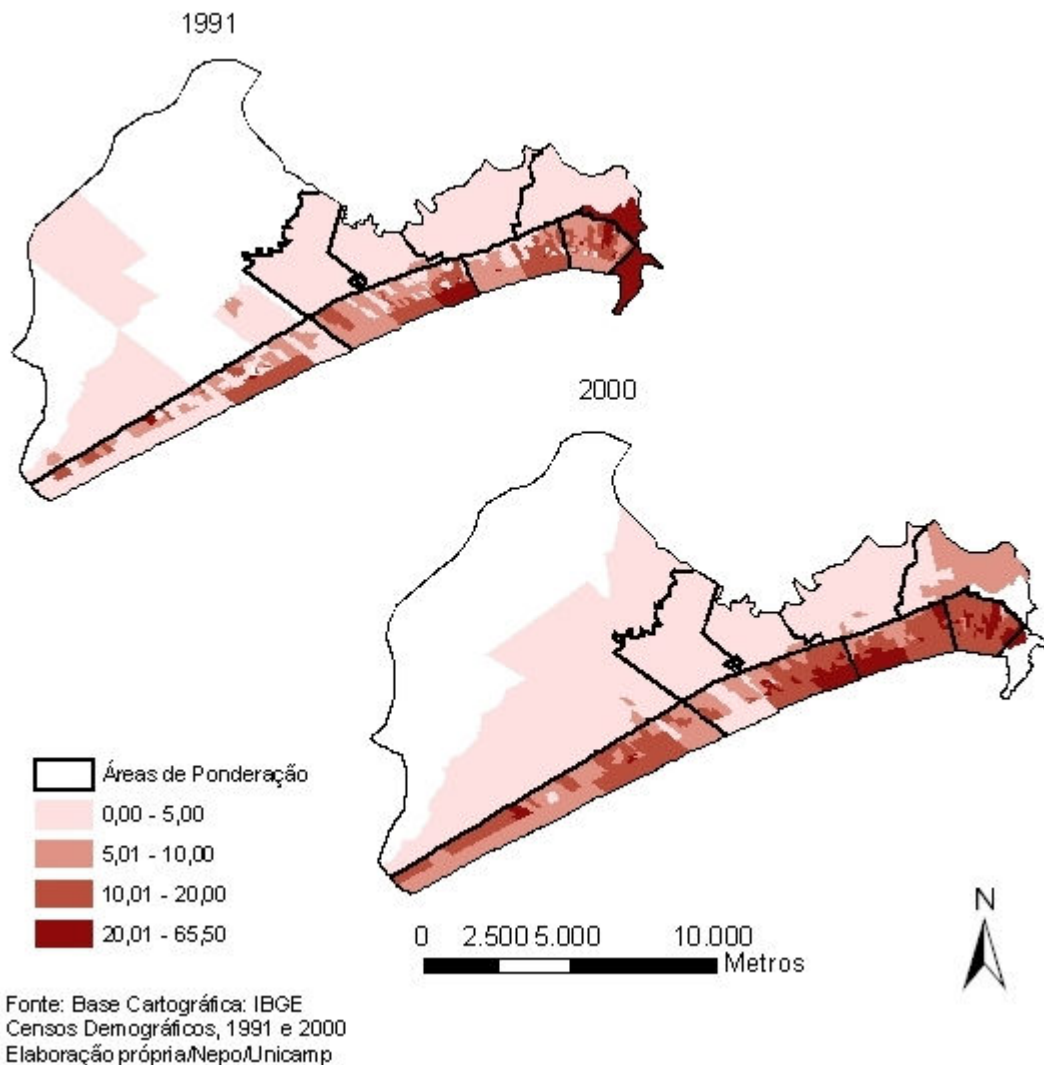
Também é possível fazer algumas inferências a respeito da distinção entre as áreas próximas à orla marítima, pois nota-se que há uma maior concentração da população com maior escolaridade entre os bairros do Boqueirão e Ocian <sup>66</sup>, em comparação aos demais.

---

<sup>66</sup> O Mapa 2, que apresenta a divisão do município de Praia Grande por bairros, no Capítulo I, pode ajudar o leitor a localizar tais áreas.



**Mapa 9 – Porcentagem de domicílios com chefes de famílias com escolaridade maior de 12 anos, Praia Grande, 2000**

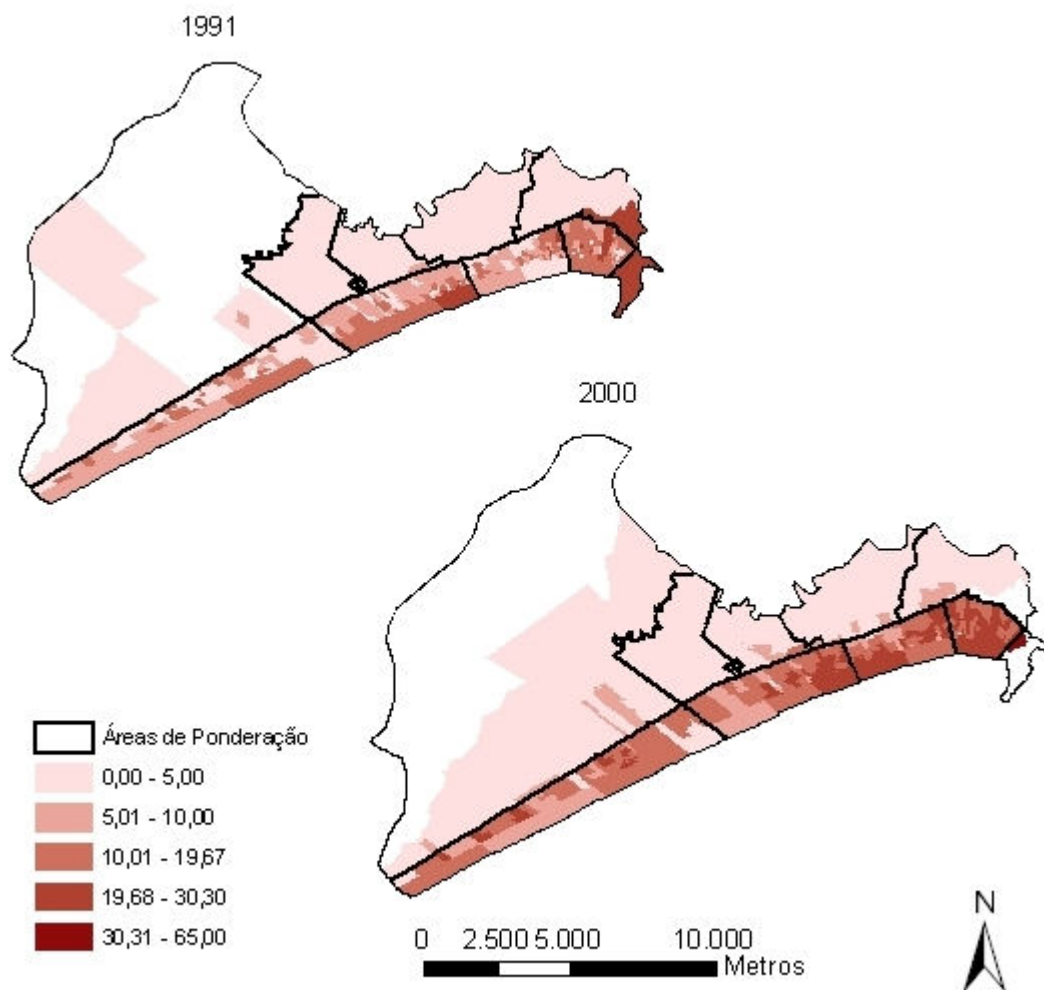


No caso da renda dos chefes de domicílios, a distinção observada no Mapa 10 apenas corrobora o que já foi dito a respeito da segregação no município. Em termos gerais, os indivíduos que se localizam nas áreas mais próximas à orla possuem médias maiores de rendimentos. A tendência da situação econômica entre 1991 e 2000 mostra que não houve grandes modificações neste período. Entretanto, notou-se um fortalecimento da parcela com melhores condições nas regiões próximas à orla marítima, enquanto fica evidente que os locais para a

população de baixo rendimento estão delineados nas áreas mais distantes das regiões valorizadas da orla.

Ressalta-se, mesmo sem apresentar um mapeamento da população sem rendimento, segundo NEPO (s/d), que o aumento gradual da proporção de chefes sem rendimento pode ser verificado desde os anos 80, e isso ocorre devido à precarização do mercado de trabalho e à redução dos postos de emprego, tão importantes na economia brasileira desde então.

**Mapa 10 – Porcentagem de domicílios com chefes com renda *per capita* acima de 10 salários mínimos por setores censitários, Praia Grande, 2000**



Fonte: Base Cartográfica: IBGE  
Censos Demográficos, 1991 e 2000  
Elaboração própria/NePO/Unicamp

Mesmo parecendo óbvio a distinção, com respeito às características de infra-estrutura e socioeconômicas, entre as zonas do município (que em princípio já haviam sido mostradas em conjunto com a RMBS por outros trabalhos, como o de Cunha *et al* (2006)), uma análise que resgate as características da segregação, de forma mais apurada para o município, se fez necessário, uma vez que se pretende também mapear os deslocamentos populacionais, relacionando-os com tais características.

De uma forma geral, é possível notar que, de fato, existe uma determinada heterogeneidade dentro e entre as zonas do município. No entanto, uma análise mais precisa (baseando-se nas informações e nos mapas do texto de Jakob *et al* (2006), através de indicadores como o Índice I de Moran), mostra com mais exatidão as regiões mais homogêneas referentes às melhores e às piores condições, bem como às mais heterogêneas.

Os mapas apresentados a seguir são derivados dos Mapas 4 e 5 no texto de Jakob *et al* (2006). Como o interesse desta dissertação, no que se refere à segregação, é apenas mostrar o grau desse processo no município, optou-se por apresentar a organização espacial dos grupos diferenciados por fatores relativos à renda e à escolaridade.

Segundo Flores (2006), o Índice I de Moran<sup>67</sup>, mapeado a seguir, evidencia a relação no que se refere a uma determinada característica observada em uma área e em sua vizinhança. Em uma escala global, o índice mede a correlação entre as diferentes regiões de uma cidade. Assim, a auto-correlação positiva indica que as áreas próximas têm características semelhantes. Já num nível mais local, este indicador estará medindo a correlação para uma unidade particular (que

---

<sup>67</sup> Este índice é medido através de: 
$$I = \frac{n \sum_i \sum_j w_{ij} (x_i - \bar{x})(x_j - \bar{x})}{S_0 \sum_i (x_i - \bar{x})^2}$$

bairro  $i$  e o  $j$ ;  $x$  é o nível socioeconômico médio do bairro; e  $S$  é uma ponderação da distância ou da vizinhança  $S_0 = \sum_i \sum_j w_{ij}$ . Para maiores detalhes consultar o texto citado.

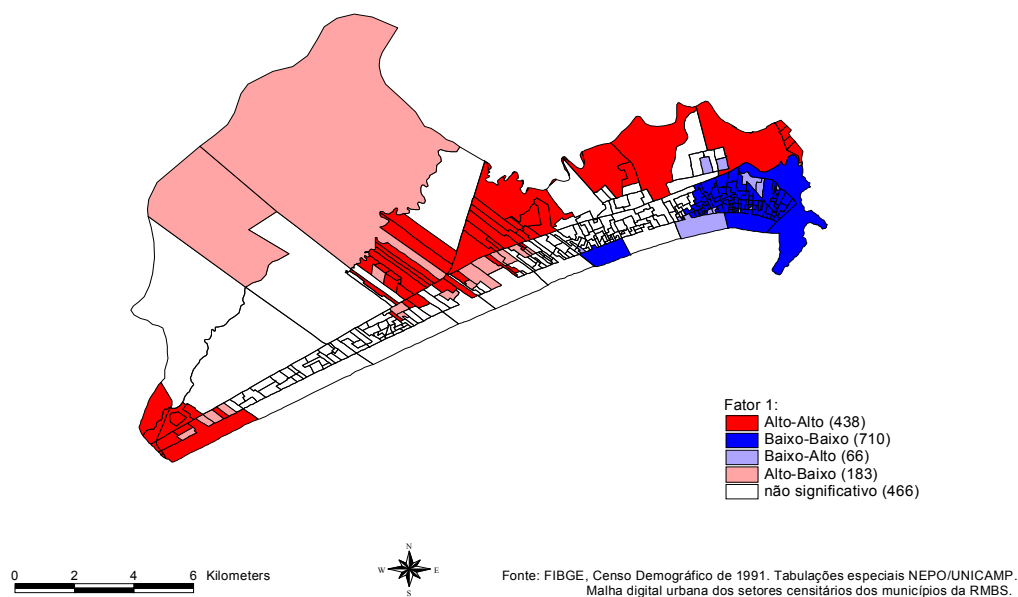
pode ser, por exemplo, bairros ou setores censitários). Desta forma, “se um bairro pobre for significativamente rodeado de outras áreas pobres, pode-se dizer que o indivíduo vive em uma situação de segregação, ou de isolamento social.” (2006, p.221)

Nos mapas apresentados por Jakob *et al.* (2006) e aqui referidos, as legendas representam a combinação de cada setor censitário com respeito aos setores vizinhos, em termos do indicador utilizado. Sendo assim, a legenda alto-alto significa que o setor censitário possui valor no indicador, e ao mesmo tempo, estaria rodeado por setores com valores também altos.

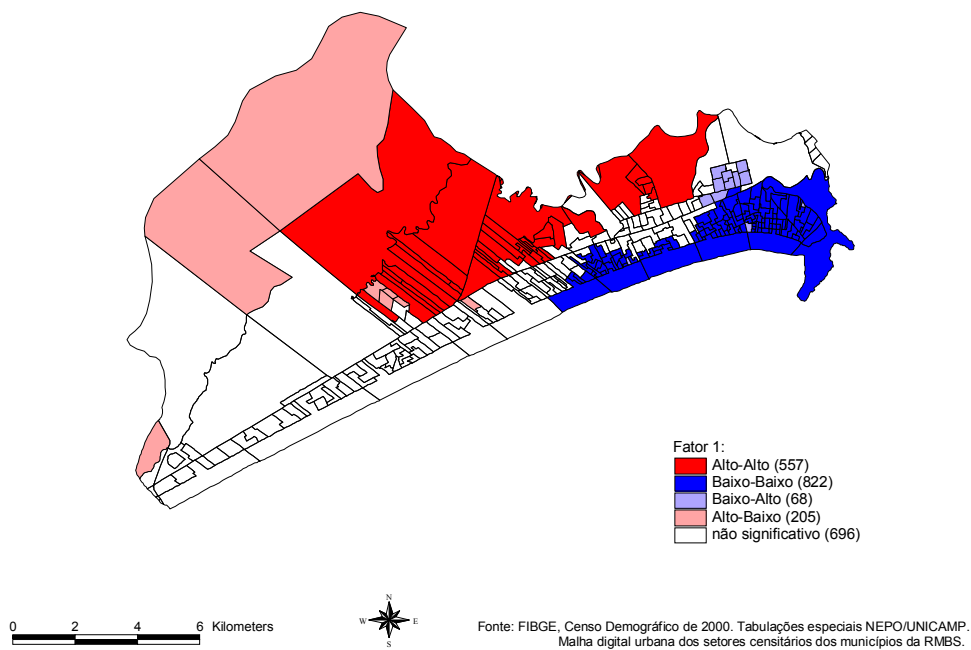
Com o Mapa 11, pode-se perceber que as áreas de maior homogeneidade e melhores condições socioeconômicas em 1991 foram as áreas do bairro Boqueirão e parte do Guilhermina. No entanto, são as áreas homogêneas pobres que chamam atenção: são elas as que apresentaram as piores condições nas análises precedentes.

Através do Mapa 12, com dados do ano 2000, nota-se que houve uma importante expansão das áreas das melhores condições socioeconômicas até próximo ao bairro Cidade Ocian. De qualquer forma, neste ano em questão o processo de segregação parecia estar em grau mais avançado.

Mapa 11 – Índices I de Moran locais para as condições socioeconômicas do chefe, Praia Grande, 1991<sup>68</sup>



Mapa 12– Índices I de Moran locais para as condições socioeconômicas do chefe, Praia Grande, 2000



<sup>68</sup> Para maiores detalhes consultar o texto de Jakob et al (2006).

Neste tópico, lançando mão de um conjunto de indicadores, foi possível traçar um panorama da segregação residencial em Praia Grande. Para tal, usou-se o mapeamento de algumas variáveis representativas de condições de infraestrutura dos domicílios e características socioeconômicas dos residentes.

Além de verificar as áreas com melhores ou piores condições, pode-se seguramente apontar, através da utilização do texto de Jakob *et al.* (2006), a identificação de algumas áreas de homogeneidade socioeconômica. Encontrou-se, assim, em 2000 dois principais grupos homogêneos: os de melhores condições (na metade ao norte da faixa litorânea); e os de piores condições (situados ao norte da Rodovia Via de Acesso a Praia Grande).

### **III. 2 A localização das diversas mobilidades populacionais**

Dado o padrão de segregação do município, apresenta-se mais detalhadamente neste item a localização dos fluxos populacionais, de forma que seja possível inferir a respeito de como a imigração em Praia Grande pode intensificar o processo de segregação inerente ao de metropolização da RMBS.

Desta forma, acredita-se que o cruzamento de informações relativas aos deslocamentos populacionais com outros indicadores demográficos e socioeconômicos desagregados espacialmente em nível intra-municipal pode trazer importantes contribuições para verificar como as diferentes zonas do município se inserem no processo de metropolização, bem como em que medida a mobilidade populacional (recente) interfere em tal processo, principalmente em termos do processo de segregação.

Moura *et al.* (2005) colocam que o cruzamento dessas informações pode ser de grande valia para estudos de segregação e da organização populacional no

espaço de uma forma geral, no qual os fluxos populacionais, tanto os pendulares quanto os migratórios, são essenciais para o estudo de tais questões.

A leitura associada desses e outros indicadores auxilia a tecer um perfil dos padrões de distribuição da população nesses espaços, ofertando subsídios para detectar traços da segregação socioespacial. Afinal, há referências às condições sociais das pessoas em movimento como: sexo, faixa etária, grau de instrução, ocupação, renda, condição de moradia, meio de deslocamento, posse de veículo e de domicílio, fecundidade, mortalidade, etc. Atualmente alguns estudos já se estruturam nessas direções. (MOURA *et al*, 2005, p.126-128)

De qualquer forma, os deslocamentos populacionais vistos como um importante componente do processo de organização social perpassa a discussão em torno das alterações na estrutura urbana.

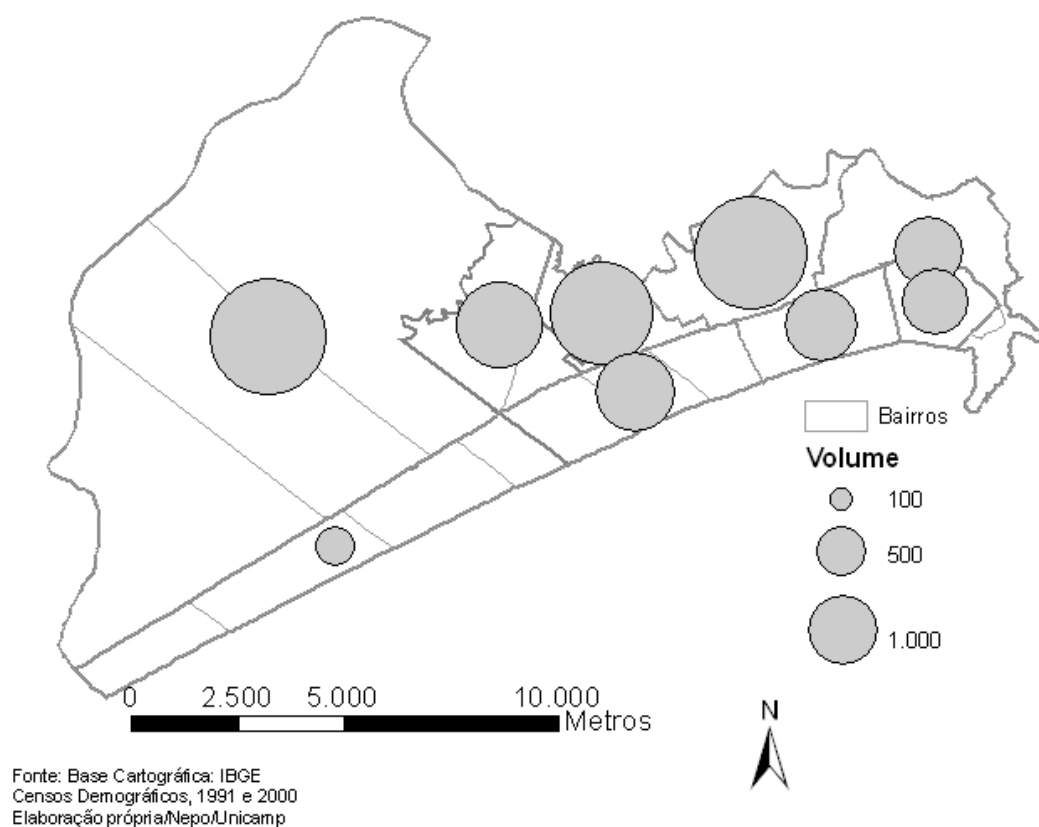
Segundo Lago (2000),

Na dimensão urbana, a formação dos enclaves residenciais, sejam guetos, favelas ou condomínios de alta renda, assim como os processos de periferização, no caso latino-americano, e de suburbanização, nos países centrais, acionam, cada qual, dinâmicas de expulsão e atração populacional específicas que, por sua vez, interferem na reestruturação espacial em curso. (LAGO, 2000, p.45)

Vale ressaltar que a mínima unidade possível para desagregar as informações disponíveis a respeito da mobilidade populacional são as áreas de ponderação. Esta questão metodológica faz com que não se possa exatamente conferir a relação entre a condição de infra-estrutura, ou mesmo condições socioeconômicas e demográficas de cada setor censitário – como apresentado anteriormente, com os deslocamentos populacionais. Entretanto, a apresentação por tais unidades pode se mostrar suficiente para cumprir como o objetivo da verificação da contribuição da migração no processo de segregação.

O Mapa 13 apresenta a distribuição, pelas áreas de ponderação, da imigração intrametropolitana – que, vale lembrar, é caracteristicamente familiar, envolvendo pessoas em piores condições socioeconômicas se comparadas àquelas formadoras do fluxo proveniente da RMSP. Nota-se que os migrantes envolvidos nesta modalidade têm como destino principalmente as regiões mais afastadas da orla, nos bairros ao norte da Via de Acesso a Praia Grande e da Avenida Marginal.

**Mapa 13 – Distribuição dos imigrantes intrametropolitanos em Praia Grande, por áreas de ponderação, 2000**



No entanto, assim como Villaça (2001) sugeriu, no caso da segregação, nem todo local é totalmente preenchido por determinado grupo social. Neste sentido, pode-se afirmar que o mesmo ocorre com os movimentos populacionais;



ou seja, por mais marcante que seja determinado estrato social na composição do fluxo, devido a sua predominância, este não é único.

De qualquer forma, como questão metodológica, além da importância do desmembramento da imigração em Praia Grande através de seus diferentes fluxos para uma análise da reestruturação do espaço, ainda é necessário, com auxílio da localização destas modalidades no município, que tal fluxo possa ser distinguido entre si, através de suas características socioeconômicas.

Embora os migrantes intrametropolitanos se localizem nas áreas mais distantes da orla, que, por sua vez, são regiões cuja população é mais pobre, inclusive com uma maior homogeneidade (ou seja, áreas pobres rodeadas de áreas pobres), existe ainda um fluxo menor, que se localiza mais próximo à orla marítima.

Desta forma, pode-se distinguir o deslocamento intrametropolitano em Praia Grande através de dois fluxos: enquanto para os migrantes que residem nos bairros mais distantes da orla a distribuição populacional está mais concentrada nas primeiras faixas de renda e escolaridade (como pode ser notada na Tabela 21), os que se localizam mais próximos a esta possuem renda e escolaridade mais altas.

A distinção entre essas duas parcelas é bastante acentuada. De qualquer forma, em termos gerais, os migrantes intrametropolitanos (quando analisados por área de ponderação) possuem condições até parecidas, em alguns locais; mas, o que ocorre, de fato, é que a maioria apresenta-se melhor em termos de renda, e sempre melhor em termos de escolaridade - se comparado à população não-migrante do mesmo local. Isso significa que, se por um lado, a população que se destina às áreas mais pobres tem melhores condições do que a população do local, por outro, a que tem como destino as áreas mais ricas também tem característica socioeconômicas em melhores condições.

Deve-se ressaltar que a imigração intrametropolitana para as áreas próximas à orla litorânea representa apenas 27% deste fluxo, cuja taxa de imigração é de 0,96% ao ano; ou seja, o impacto desta modalidade nos locais em melhores condições é bastante reduzido, se comparado à parcela que se localiza nas áreas mais afastadas.

De qualquer forma, não há um peso muito grande desse fluxo migratório para o processo de segregação, principalmente por não contribuir com uma população mais pobre do que a local, sobretudo nas áreas de piores condições.

Considerando a investigação da localização da migração proveniente da Região Metropolitana de São Paulo em Praia Grande, como se pode perceber no Mapa 14, nota-se que, com uma situação oposta a dos intrametropolitanos, os imigrantes desta modalidade têm, predominantemente, como destino as regiões próximas à orla.

Ressalta-se que, como observado no Capítulo II, a migração proveniente da RMSP apresentou, de uma forma geral, condições um pouco melhores no que diz respeito às características socioeconômicas dos migrantes - isso, se comparado tanto aos demais migrantes, quanto aos não-migrantes.

No que diz respeito ao local a que se destina este fluxo, um pouco mais de 75% do total foram para as áreas próximas à orla marítima - onde a população também possuía as melhores condições do município. No entanto, assim como em outra modalidade, esta também apresenta uma minoria, desta vez, e, sobretudo, nas áreas mais afastadas.

Em termos gerais, a parcela de migrantes da RMSP que têm como destino as áreas próximas à orla, possui condições socioeconômicas mais elevadas do que a população não-migrante. Desta forma, pode-se afirmar que esta situação já ajuda a reforçar o nível de segregação do município, uma vez que este fluxo aumenta ainda mais o nível socioeconômico dos residentes próximos à orla.

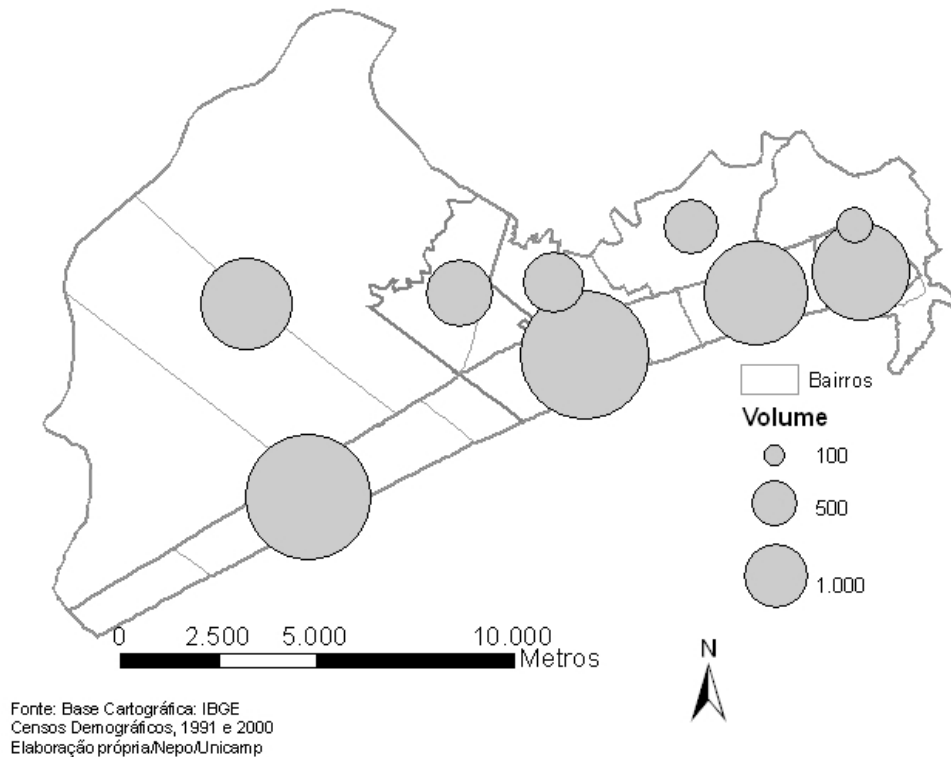
**Tabela 21 – Densidade demográfica, Taxa de imigração, Tempo de Estudo dos chefes de família e Renda per capita domiciliar dos chefes de domicílios, segundo condição migratória por zonas em Praia Grande, 2000.**

Áreas de Ponderação	Condição Migratória	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	Taxa de Imigração (%a.a.)	Tempo de Estudo (anos) (%)						Renda (salários mínimos) (%)					Total	
				Nenhum	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou mais	Total	Zero	Menos de 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10		Mais de 10
Distantes	Intrametropolitano		1,71	5,97	29,39	35,61	26,53	2,49	3215	7,59	29,20	45,22	11,36	6,27	0,36	3045
	RMSP		0,89	5,83	37,20	33,74	19,87	3,35	1731	5,93	37,49	40,27	9,26	5,44	1,61	1619
	Outros municípios E.SP	932,94	0,32	7,85	37,96	37,77	15,33	1,09	548	4,40	37,86	47,23	4,21	6,31	0,00	523
	Interestadual		1,19	13,00	45,89	29,74	8,75	2,62	1715	7,17	49,49	37,95	2,39	3,00	0,00	1465
	Não Migrantes			10,41	38,65	30,22	17,95	2,77	25652	6,89	34,92	44,77	9,42	3,34	0,66	23950
	População Total*			9,88	38,01	31,03	18,34	2,74	32861	6,87	35,25	44,30	9,17	3,77	0,63	30602
Próximas	Intrametropolitano		0,97	3,11	14,75	22,54	41,89	17,70	1220	4,36	8,62	35,28	25,96	18,03	7,75	1148
	RMSP		3,52	1,51	23,26	22,70	30,03	22,49	5224	4,34	9,10	34,61	17,83	22,05	12,08	4958
	Outros municípios E.SP	2167,53	0,70	2,68	32,16	25,05	20,70	19,41	1082	1,66	14,08	40,48	22,26	10,35	11,18	966
	Interestadual		0,69	8,49	25,24	25,24	28,54	12,50	848	3,58	15,57	46,85	15,45	11,25	7,29	809
	Não Migrantes			4,01	32,13	23,69	26,01	14,16	17735	2,67	13,43	42,06	21,56	14,19	6,09	16564
	População Total*			3,55	29,31	23,50	27,47	16,17	26109	3,07	12,40	40,30	20,89	15,73	7,61	24445

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

\* No caso de tempo de estudo, a população total são os chefes de família; para a renda per capita, este total representa os chefes de domicílios.

**Mapa 14 – Distribuição dos imigrantes provenientes da RMSP em Praia Grande, por áreas de ponderação, 2000**



A análise do quadro da segregação através da migração proveniente da RMSP é completada observando-se que a parcela populacional que tem como destino as áreas mais distantes (apesar de representarem menos de 25% do fluxo e uma taxa de imigração pequena, com cerca de 0,8%), mesmo em condições socioeconômicas um pouco melhores, está bastante próxima à situação das parcelas não-migrantes.

De qualquer forma, considerando o alto percentual dessa migração para as faixas próximas à orla (com maior taxa de imigração nessas áreas de ponderação e um nível socioeconômico melhor do que os não-migrantes), como já foi apontado, pode-se dizer que tal modalidade migratória contribui mais para a segregação dos ricos.

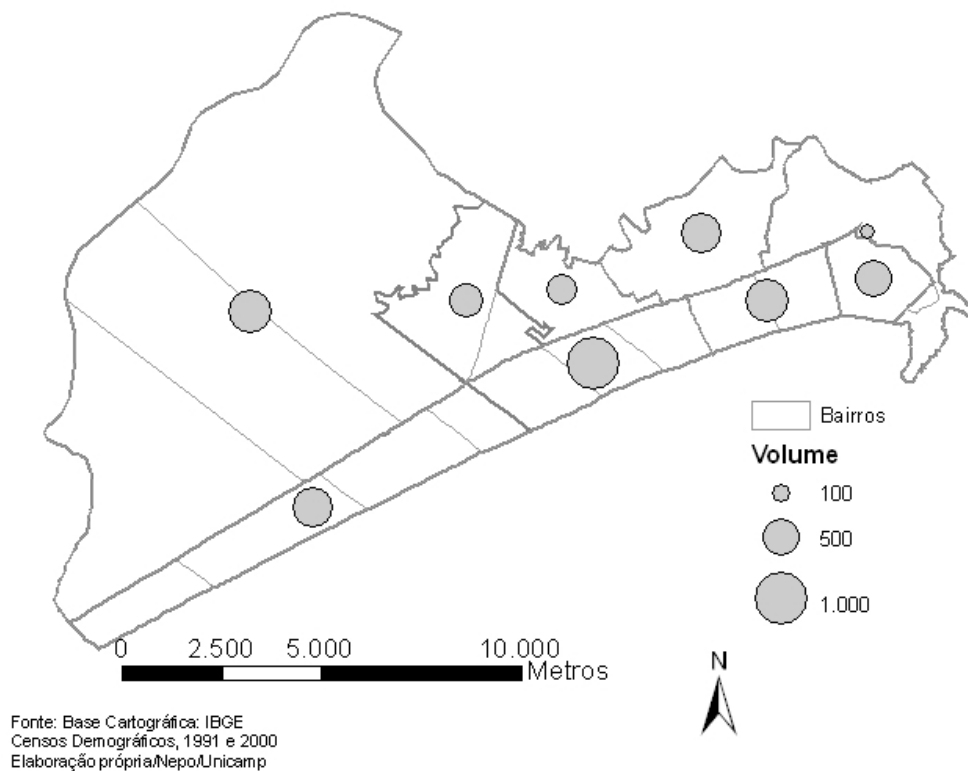
Também, analisando conjuntamente estas duas modalidades migratórias, intrametropolitana e da RMSP, infere-se que a migração em geral colabora para o processo de segregação do município, uma vez que a população com piores condições socioeconômicas, predominantes no fluxo intrametropolitano, tem como destino as áreas mais afastadas da praia, enquanto que as de melhores condições, predominantes no fluxo proveniente da RMSP, se localizam nas áreas próximas à orla.

Como no início deste capítulo foi proposto analisar as diversas modalidades migratórias no município, realiza-se um mapeamento também do fluxo dos imigrantes provenientes de outros municípios do estado de São Paulo. No entanto, deve-se ressaltar que tal fluxo não é muito significativo devido, principalmente, ao pequeno volume, que acarreta também em uma menor taxa de imigração.

A distribuição dos migrantes desta modalidade pelas áreas de ponderação tem um padrão parecido ao da distribuição dos migrantes provenientes da RMSP. Ressalta-se que o volume de pessoas na amostra deste fluxo é muito pequeno, o que pode influenciar em tal distribuição.

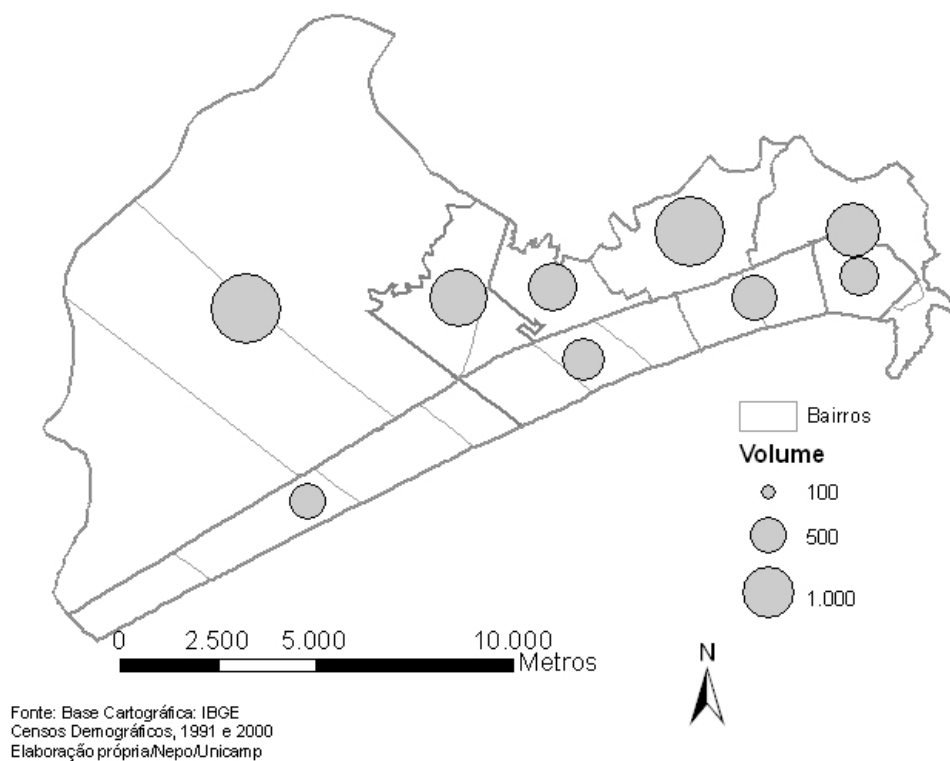
Assim como apresentado no Capítulo II, estes migrantes apresentaram características socioeconômicas relativamente melhores do que os demais fluxos, com níveis de escolaridade e renda altos, perdendo visivelmente apenas para a migração proveniente da RMSP. A comparação com os migrantes intrametropolitanos mostrou que estes possuem mais tempo de estudo. Desta forma, encontrou-se no fluxo proveniente de outros municípios do estado de São Paulo uma situação bastante diversificada, tanto em termos das características dos migrantes, quanto de sua distribuição no espaço.

**Mapa 15 – Distribuição dos imigrantes provenientes de outros municípios do estado de SP em Praia Grande, por áreas de ponderação, 2000**



Em comparação a estes fluxos, aparece a mobilidade interestadual com os piores níveis de escolaridade e renda. Como a situação socioeconômica está mais próxima da intrametropolitana, a distribuição desses migrantes interestaduais no espaço não se diferencia muito desta modalidade, com a maior concentração nos bairros mais distantes da orla.

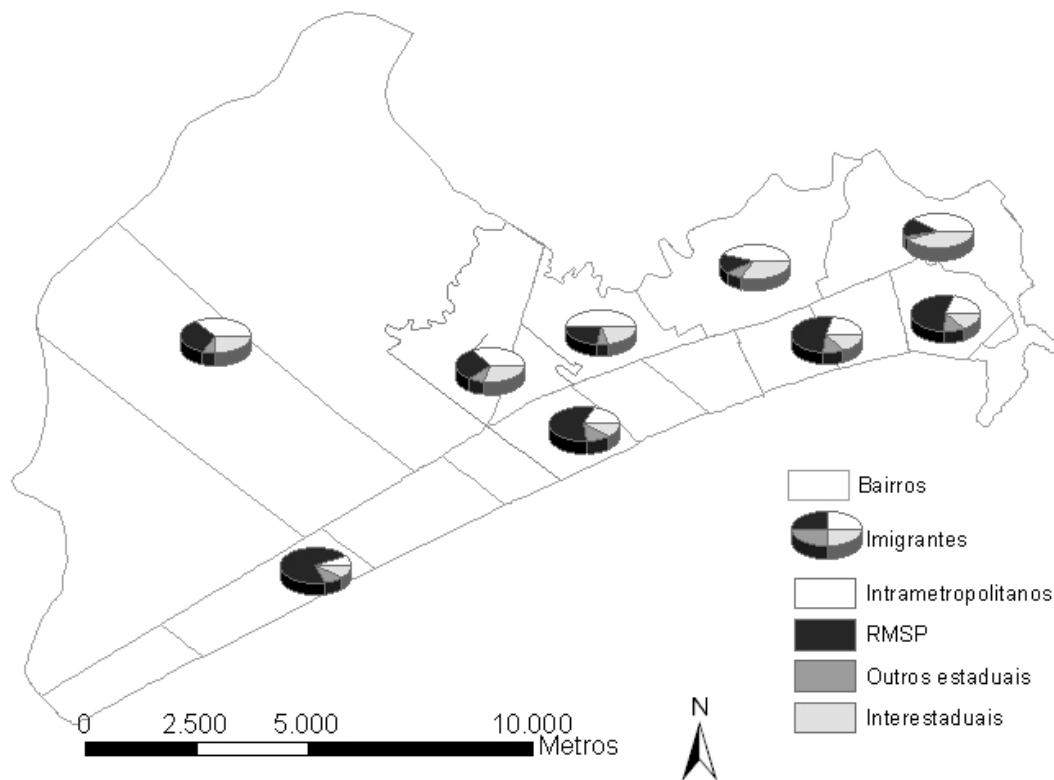
**Mapa 16 – Distribuição dos imigrantes provenientes de outros estados, em Praia Grande, por áreas de ponderação, 2000**



Considerando a composição da migração em cada área de ponderação, assim como apresentado no Mapa 17, nota-se que esta modalidade (migrantes interestaduais) possui uma representatividade relativamente alta nas áreas de ponderações mais distantes da orla. Certamente esta modalidade possui diferentes motivações quando comparados às demais modalidades, mas o fato é que esta migração, assim como pode ser notado também através da Tabela 21, colabora bastante com o processo de segregação, uma vez que incrementa a população com piores condições socioeconômicas nos locais já considerados pobres. Ressalta-se que os estados dos quais provém essa migração, em 2000, são basicamente os do Nordeste (30% só da Bahia) seguidos de Minas Gerais (com 8%) e do Paraná (com 7%).

De qualquer forma, com o Mapa 17 é possível notar mais claramente as diferenças entre as modalidades.

**Mapa 17 – Proporção dos migrantes segundo modalidades migratórias, por área de ponderação, Praia Grande, 2000.**



Fonte: Base Cartográfica: IBGE  
Censos Demográficos, 1991 e 2000  
Elaboração própria/Nepe/Unicamp

Nos bairros localizados entre a orla marítima e a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e Via de Acesso a Praia Grande, mais de 50% das áreas de ponderação são compostas por migrantes da RMSP, com a maior presença, nos bairros Solemar, Flórida, Caiçara e Mirim. Nota-se que estes bairros não apresentaram valores significantes no Índice I de Moran local, mostrado anteriormente, evidenciando-se como espaços bastante heterogêneos. No entanto, são locais que provavelmente se mostrarão mais segregados, e até possivelmente mais homogêneos, nas próximas décadas, uma vez que a migração para o local, proveniente basicamente da RMSP, está elevando o nível socioeconômico do mesmo.



Apesar da importante presença dos migrantes interestaduais nas áreas mais distantes da orla, estes locais possuem predominantemente a migração intrametropolitana. Enquanto os migrantes interestaduais reduzem o nível socioeconômico, os intrametropolitanos, no mínimo, mantêm os mesmos valores dos não-migrantes.

A mobilidade espacial da população na RMBS também se expressa a partir da mobilidade diária de sua população - em muitos sentidos, decorrente também das migrações, particularmente, as de curta distância. Assim, para completar a análise da localização dos movimentos populacionais, apresentam-se os mapas da origem do fluxo pendular por área de ponderação, segundo os destinos: intrametropolitano e para a RMSP.

Desta forma, considera-se que a pendularidade, assim como as diversas modalidades migratórias, possui peso considerável no processo de organização espacial da população. Sendo assim, assume-se que, embora este fenômeno tenha relação com a migração, e, possivelmente, uma distribuição pelo município relacionada tanto aos fluxos migratórios, quanto pelas características socioeconômicas das áreas, ele, por si, já reflete a estruturação intra-urbana da Região.

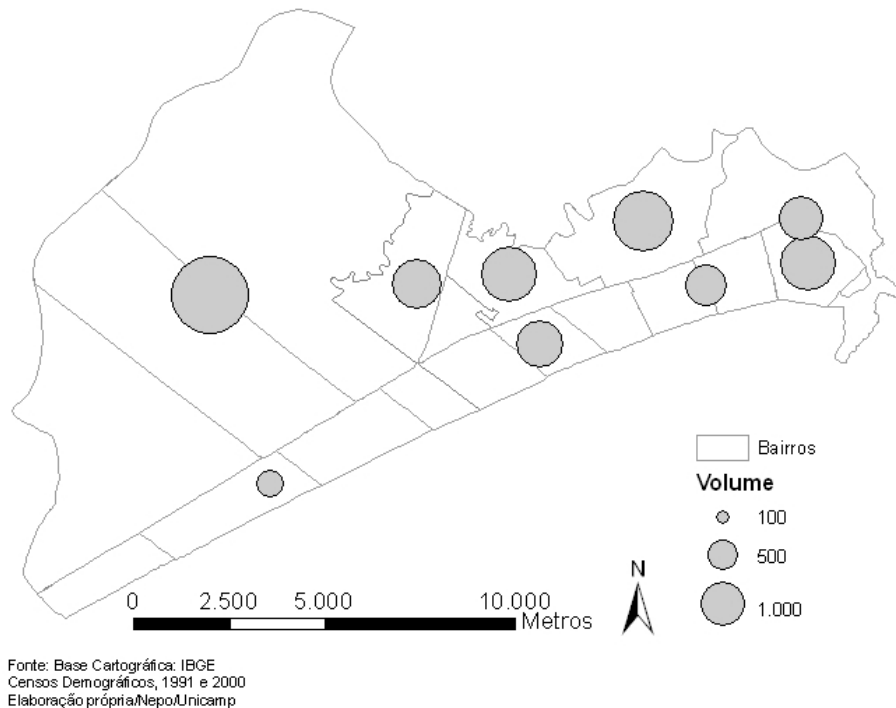
No caso da pendularidade para a própria RMBS, fluxo que apresentou características socioeconômicas inferiores às da RMSP (com estrutura etária mais jovem e maior presença feminina), a localização está mais concentrada nas regiões distantes da orla, embora a área de ponderação correspondente ao bairro Boqueirão possua uma proporção também alta.

Como apontado no Capítulo II, a relação entre tal pendularidade e a migração intrametropolitana se mostrou positiva, e, como era de se esperar, em termos espaciais esta relação também se repete, com concentração de grupos que realizam tal movimento nas áreas de ponderação onde também se encontra a maior parte dos migrantes intrametropolitanos.

De um modo geral, essa situação condiz muito com as características dos indivíduos que realizam o movimento, pois se encontrou uma população em

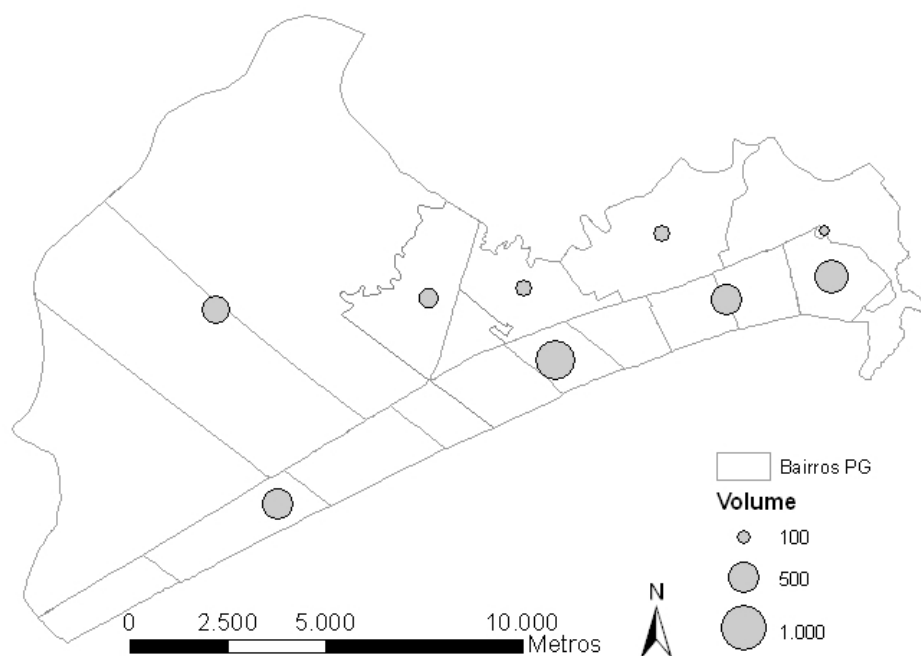
menores condições socioeconômicas neste fluxo, que, por sinal está localizada principalmente onde a população é mais pobre.

**Mapa 18 – Distribuição das pessoas que realizam movimento pendular com destino na RMBS, Praia Grande por áreas de ponderação, 2000**



Com uma situação bastante distinta, a distribuição por áreas de ponderação em Praia Grande do fluxo pendular com destino à RMSP fortalece a idéia de que a pendularidade tem forte relação com a modalidade de migrantes e, claro, com a população residente - uma vez que estes se concentram onde está a maior parte dos migrantes provenientes da Grande São Paulo e da população mais abastada do município.

**Mapa 19 – Distribuição das pessoas que realizam movimento pendular com destino na RMSP, Praia Grande por áreas de ponderação, 2000**



Fonte: Base Cartográfica: IBGE  
Censos Demográficos, 1991 e 2000  
Elaboração própria/Nepto/Unicamp

É claro que o recorte espacial possui especificidades que possibilita tal reflexão, pois o fácil acesso à Rodovia Padre Manoel da Nobrega (que liga diferentes pontos da cidade à Rodovia dos Imigrantes) faz com que o trajeto seja mais fácil; também, esses migrantes, assim como quem realiza o movimento pendular, possuem condições socioeconômicas melhores, sendo assim, estes podem pagar pelo “conforto” de morar próximo (ou em frente) à praia – mesmo trabalhando ou estudando em outro município. Portanto, a distância, o tempo e o custo do movimento pendular é o que se paga pela sensação da melhor qualidade de vida na praia.

Com esta análise, e aproveitando as informações do Quadro 2 do Capítulo I, monta-se um esquema com as informações demográficas, principalmente em termos da mobilidade populacional, e socioeconômicas das distintas unidades do município.

**Quadro 3- Características das unidades de Praia Grande conforme algumas informações apresentadas no decorrer deste texto**

Setor	Unidade	Bairros	Características
1	Centro/ Boqueirão	Militar, Boqueirão, Guilhermina e parte do Sítio de Campo	Com uma concentração da maioria das atividades comerciais de serviços (os <i>shoppings</i> , por exemplo) esta unidade se mostra mais homogênea em termos das características socioeconômicas, com a população em melhores condições, tanto no que diz respeito à infra-estrutura, quanto à escolaridade e renda. Esta unidade recebeu uns 16% dos imigrantes em Praia Grande, sendo que a grande maioria tem origem na RMSP (mais de 55%). De qualquer forma, o grupo de migrantes para esta área possui melhores condições socioeconômicas do que os não-migrantes.
2	Ocian	Aviação, Tupi Ocian e parte do Mirim	Local conhecido pelas colônias de férias, e atualmente pela nova área administrativa do município, esta unidade começa a reforçar o processo de segregação da população mais rica, mostrando uma maior homogeneidade da população, conforme características socioeconômicas. Recebendo cerca de 21% da migração para o município, quase 60% desta provém da RMSP. Também apresenta uma população migrante em melhores condições do que os residentes.
3	Caiçara	Solemar I, Flórida, Caiçara e parte do Mirim	Unidades destinadas principalmente a bairros residenciais, apresentam maior heterogeneidade entre os setores censitários. Com uma densidade de aproximadamente, essa área recebeu, em 2000, cerca de 12% dos imigrantes recentes, sendo que 75% foram provenientes da Grande São Paulo. Com uma maior população proveniente deste local, é possível inferir que essa unidade está sofrendo um grande impacto com a migração, sobretudo no que se refere à elevação dos níveis socioeconômicos, uma vez que tais migrantes possuem melhores condições.
4	Quietude/ Piaçabuçu	Quietude, Antártica e parte maior do Sítio de Campo	Esta região de grande densidade demográfica, caracterizada também por: ocupações irregulares (algumas ocupações estão atingindo as áreas de mangue); alguns conjuntos habitacionais de padrão popular, com setores onde os serviços de infra-estrutura ainda são precários; alguns comércios localizados na Via Expressa Sul (Via de Acesso a Praia Grande); além de receberem aproximadamente 25% dos migrantes, sendo que a grande maioria são intrametropolitanos (47%), e 28% migrantes interestaduais. Se por um lado os migrantes provenientes da própria RMBS elevam o nível socioeconômico do local, por outro, os provenientes de outros estados colabora com a segregação da população pobre, tendo uma parcela populacional claramente em piores condições do que os não-migrantes.
5	Samabaia/ Trevo	parte dos bairros Solemar II, Melvy e Trevo	Com infra-estrutura em poucas áreas dessa unidade, a representação populacional nesta unidade aumentou entre o período. Desta forma, há aí uma evidente presença migratória. Quase 26% dos migrantes com destino à Praia Grande se localizaram nesses bairros, sendo que a maioria são intrametropolitanos (37%) mas com uma parcela de 28% de migrantes da RMSP.



## Conclusão

Assim, dotado de expectativas, anseios, dificuldades e necessidade de renovar analiticamente a problemática da migração é que se estruturou o texto apresentado. Nesse sentido, iniciou-se o estudo com a convicção de que, embora exista atualmente um maior interesse no meio acadêmico por assuntos relacionados à mobilidade populacional, principalmente como um fenômeno que corrobora a complexidade das transformações observadas e vivenciadas no meio urbano, estes ainda são embrionários no que se refere ao objetivo de explicar as relações entre as transformações que ocorrem no espaço/território e as mudanças observadas na sociedade brasileira - que podem ser traduzidas pela organização desta, sobretudo no que diz respeito à reprodução social e (re)estruturação do espaço.

Neste contexto, o presente trabalho mergulhou em um esquema metodológico que privilegiou o elemento migratório como um fenômeno que estrutura o meio, assim como é influenciado por outros fatores. Sendo assim, se considerou que a forma assumida pelo espaço no contexto atual de alta urbanização é um importante precedente para o quadro observado, notadamente no que se refere ao deslocamento do ser humano.

Desta forma, procurou-se apreender como as mudanças no processo de metropolização puderam influenciar na produção social/estruturação do espaço, que seriam melhor discernidas através da captação das relações pelos deslocamentos populacionais.

No arcabouço teórico aqui analisado, adotou-se como base algumas teorias desenvolvidas no sentido de que a relação entre espaço e sociedade é mais facilmente observável ao se captar as influências do primeiro sobre o segundo. Vale mais um vez ressaltar que essa mesma bibliografia, também considera que o inverso também é aparentemente plausível (ou seja, a sociedade influenciar o espaço), contudo esta relação não se apresenta como analiticamente verificável. Desta forma, o presente trabalho desenvolveu uma análise verificando as diferentes influências no recorte espacial, município de Praia Grande, que a migração pode exercer.

As particularidades de Praia Grande no contexto da metropolização da Baixada Santista, se apresentaram como reforçadoras da problemática proposta. Dentre tais especificidades vale tanto ressaltar o caráter turístico desta área (que, por sua vez, possui reflexos na população local), quanto o fato desta Região Metropolitana, relativamente nova, emergir justamente em uma época na qual a complexidade da urbanização brasileira está evidente, no sentido da diversidade entre as relações das dimensões econômica, social, cultural, política e demográfica (com destaque para questões da mobilidade populacional e desigualdade socioespacial).

Nesse sentido, ao considerar tais colocações, este estudo tentou trazer algumas questões da produção social dos subespaços do município, mostrando a heterogeneidade no processo de ocupação, bem como o papel da migração recente como reforçadora de tal processo. Embora alguns estudos brasileiros já tenham apresentado tal problemática em nível de região metropolitana (cujas unidades de análise eram principalmente os municípios), este trabalho tentou realizar uma inovação ao colocar que não basta, para as questões atuais do desenvolvimento do urbano, dizer que a migração, de uma forma geral, causa impactos sob determinado município. É preciso que se esclareçam também os diversos processos que podem envolver tal localidade, tanto no que se refere às diversas modalidades migratórias, quanto às distintas formas de ocupação dos subespaços.

Tendo em vista tal desafio, optou-se por avaliar a migração sob o prisma de dois itens: migrações de curta e de longa distâncias. Mesmo ainda separadas e diferenciadas conforme a migração intrametropolitana e a proveniente da RMSP para as primeiras e as de distâncias mais longas intraestadual e a interestadual para as segundas, estas, *per si*, já representam situações diferentes, envolvendo condicionantes/motivações distintas. Enquanto as migrações de longa distância ainda estão relacionadas àquele tipo migratório predominante Nordeste-Sudeste (em especial São Paulo), com os condicionantes ligados principalmente à procura de trabalho no local de destino, as migrações de curta distância evidenciaram a complexidade existente no processo de metropolização.

Neste contexto, acredita-se que o presente estudo foi capaz de cumprir com um dos seus principais objetivos, distinguindo as diferentes modalidades migratórias,

principalmente no que se refere às de curta distância, o que contribuiu para mostrar que o espaço urbano de Praia Grande foi influenciado por diferentes situações, que, por sua vez, estiveram relacionadas a subespaços específicos.

Retomando os conceitos de Villaça (2001), que assimila ao espaço intra-urbano, dentre outras dimensões, aquela estruturada principalmente pelo deslocamento humano, cujos elementos se distinguem entre locais específicos para setores industriais, bairros residenciais (diferenciados conforme camadas de alta renda e populares), os centros principais e os subcentros, onde existe facilidade de locomoção entre as diferentes áreas (como a apresentada internamente às regiões metropolitanas). Neste caso, pode-se afirmar que Praia Grande se constituiu como um dos elementos do espaço intra-urbano, onde as mudanças concernente à expansão metropolitana o potencializaram como uma área destinada principalmente para residências (que são segregadas conforme estratos sociais) - uma vez que o município não se equipou de grandes centros industriais, embora haja alguns pontos que possam ser considerados como subcentros de comércio.

De qualquer forma, embora o município seja um dos elementos no espaço intra-urbano definido pela região metropolitana, a importância do deslocamento populacional, tanto em termos de migração, quanto do movimento pendular, ligado com a proveniente da RMSP, faz vislumbrar reflexões com respeito a relação entre tais localidades. Nesse sentido, não foi possível definir nem que estas áreas devam ser avaliadas no caso intra-urbano, uma vez que não se encontra a mesma fluidez pelo território assim como em uma região metropolitana, devido principalmente ao custo do traslado, nem como dentro da perspectiva regional, considerando o caráter de curta distância (que pode ser estruturado tanto pelos meios de comunicação, quanto pelos meios de transporte) e a forte relação demográfica, medida através dos fluxos populacionais.

Notou-se que as duas modalidades (intrametropolitana e a proveniente da RMSP), espacialmente definidas, contribuíram com parcelas populacionais distintas, pois enquanto uma apresentou uma população mais pobre, com menores níveis de escolaridade e características que indicaram forte presença de famílias no início do ciclo vital (ainda que com níveis maiores do que os não-migrantes); a proveniente da RMSP colaborou com a parcela populacional em melhores condições



socioeconômicas e com uma população relativamente mais envelhecida, indicando condicionamentos ligados às questões de “amenidades”.

Desta forma, a migração colaborou com o processo de segregação, inerente a qualquer região metropolitana brasileira, incitando ainda mais a disputa por locais próximos à praia, os quais, por serem áreas valorizadas, retêm a população de melhores condições - sendo que para os mais pobres restam as áreas mais próximas a Serra e com piores condições de infra-estrutura.

Assim, apesar de apresentarem distâncias semelhantes, os fluxos da RMSP e RMBS em direção à Praia Grande se distinguiram bastante, conforme fatores como a distribuição por sexo e idade, anos de estudo e renda, configurando modalidades seletivas entre si e em comparação aos não migrantes.

Corroborando a hipótese de que o município esteja envolvido em diferentes processos, os movimentos pendulares ajudaram a distinguir a relação entre Praia Grande e as duas regiões metropolitanas. Como era de se esperar, a pendularidade com destino à RMSP foi seletiva, tanto no que se refere à pendularidade que se dá na própria RMBS, quanto com relação aos migrantes provenientes da Grande São Paulo (com uma população em melhores condições socioeconômicas e de estrutura por sexo e idade, indicando que estes indivíduos estão mais consolidados no mercado de trabalho).

A relação entre os movimentos pendulares e a migração mostrou-se de grande valia para entender as diferentes situações que envolveram o município. Embora a pendularidade para a RMSP estivesse bastante relacionada ao fato do indivíduo ser migrante (mais do que no caso da RMBS, ou seja, uma das “condições” de realizar o movimento pendular em direção RMSP é ser migrante), o contrário não é verdadeiro, uma vez que parte considerável da migração proveniente da RMSP não realiza o movimento pendular, mesmo se for considerada apenas a PEA restrita.

Desta forma, somando-se às demais características, pode-se inferir que a relação entre Praia Grande e a RMSP está muito envolvida na questão do atrativo físico, a presença do “mar”: tanto no que diz respeito à população que continua a

freqüentar a Grande São Paulo por motivos de trabalho quanto para a maior parcela que permanece e usufrui de Praia Grande.

Por outro lado, os deslocamentos populacionais (assim como a espacialização destes) que permaneceram na própria RMBS mostraram uma outra faceta do município. O que se observou foi que há também uma face de Praia Grande, com piores condições de infra-estrutura, que recebe população de renda e escolaridade menores, onde, provavelmente, o atrativo não está necessariamente na questão física da vista para o mar, uma vez que esta se torna mais distante daqueles que não podem pagar para tê-la.

Por fim, resta colocar que muitas questões foram apenas tangenciadas, não restando dúvidas de que uma análise mais aprofundada - utilizando-se, inclusive, de outras fontes de dados, além do Censo Demográfico -, poderia avaliar de forma mais completa os condicionantes dos movimentos populacionais envolvidos no espaço, assim como articular outras dimensões ao estudo, uma vez que este se propõe apenas a avaliar as questões na esfera demográfica.



## Referências Bibliográficas

AGEM - Agência Metropolitana da Baixada Santista. **Padrões socioespaciais da Região Metropolitana da Baixada Santista:** Município de Praia Grande. Santos: AGEM, 2006.

ANTICO, C. **Onde morar e onde trabalhar:** espaço e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 2003. 248f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.4. p.96-109, 2005.

ARAÚJO FILHO, J. R. A expansão urbana de Santos. In: AZEVEDO, A. (Coord.). **A Baixada Santista:** aspectos geográficos. São Paulo: EDUSP, v.3, 1965. p22-63.

BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org). **Regiões e cidades, cidades nas regiões:** o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003. p.271-288.

BRAGA, R. Região e gestão metropolitana no final do século XX: uma análise do caso paulista (limitações e avanços). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 6., 1999, Presidente Prudente. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1999. Disponível em: <[www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/RBraga01.pdf](http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/RBraga01.pdf)>. Acesso em: 2007.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.4, p.48-63, out./dez.2005.

CAIADO, M. C. S. Deslocamentos intra-urbanos e estruturação socioespacial na metrópole brasiliense. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.4, p.64-77, out./dez.2005.

\_\_\_\_\_. **Estruturação intra-urbana e contrapartidas sociodemográficas:** a diferenciação socioespacial da população na Região do Distrito Federal e entorno. Campinas, 2004. 295f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. 5.ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 2006.

CODESP - Companhia de Docas do Estado de São Paulo. Disponível em: <[www.portodesantos.com.br](http://www.portodesantos.com.br)>. Acesso em: 2007.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; YOUNG, A. F. Dinâmica demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós-1970. In:

CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metr6poles Paulistas: popula73o, vulnerabilidade e segregaa73o**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p.399-434.

\_\_\_\_\_. **Popula73o e mobilidade espacial: caracteristicas e transforma73es dos fluxos migrat6rios nas regi73es paulistas**. In: PATARRA, N. L. et al. (Org.). **Migra73ao, condi73es de vida e din4mica urbana**: S3o Paulo 1980-1991. Campinas: IE/Unicamp, 1997. p.75-96.

\_\_\_\_\_. **Mobilidade populacional e expans3o urbana: o caso da Regi3o Metropolitana de S3o Paulo**. Campinas, 1994. 311f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ci4ncias Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. A gest3o das Regi73es Metropolitanas do Interior Paulista: Regi3o Metropolitana de Campinas e Regi3o Metropolitana da Baixada Santista. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metr6poles Paulistas: popula73o, vulnerabilidade e segregaa73o**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p.255-274.

FLORES, C. Conseq73ncias da segregaa73o residencial: teoria e m3todos. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metr6poles Paulistas: popula73o, vulnerabilidade e segregaa73o**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p.197-230.

GOTTDINER, M. **A produ73ao social do espa73o urbano**. S3o Paulo: Edusp, 1993.

HOGAN, D. Quem paga o pre73o da polui73o?: uma an4lise de residentes e migrantes pendulares em Cubat3o. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. **Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. Belo Horizonte: ABEP, v.3, 1990. p.177-196.

JAKOB, A. A. E.; SANTOS, A. P. R. As diferentes semelhan73as da mobilidade pendular das metr6poles emergentes do estado de S3o Paulo. In: ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO DE MIGRA733O, 5., 2007, Campinas. **Anais do V encontro nacional sobre migra73oes**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_; CUNHA, J. M. P.; YOUNG, A. F. (2006). Riqueza 3 beira-mar, pobreza longe da maresia: um retrato da segregaa73o social na Regi3o Metropolitana da Baixada Santista, nos anos 1990. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metr6poles Paulistas: popula73o, vulnerabilidade e segregaa73o**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p.435-455.

\_\_\_\_\_. **An4lise s6cio-demogr4fica da constitui73o do espa73o urbano da Regi3o Metropolitana da Baixada Santista no per6odo 1960-2000**. Campinas, 2003. 220f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ci4ncias Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

LAGO, L. C. **Desigualdade e segregaa73o na metr6pole: o Rio de Janeiro em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migra73ao. In: MOURA, H. (Org.). **Migra73ao interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

LEFEBVRE, H. **A revolu73ao urbana**. 2ª Reimpress3o. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MAGALH3ES, E. D'A. Praia Grande e Mongagu3. In: AZEVEDO, A. (Coord.). **A Baixada Santista: aspectos geogr4ficos**. S3o Paulo: EDUSP, v.3, 1965. p.65-77.

MANFREDO, M. T. **Desigualdade e produção do espaço urbano**: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2007. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, v.24, n.45, p.24-33, jan./jul.2004.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n.329).

MIRANDA, Z. A. I. A urbanização do campo e seus impactos sócio-espaciais. In: CONGRESSO DA SOBER, 38., IRSA WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., 2000, Rio de Janeiro.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. (Texto para Discussão, n.281).

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.4., p.121-133, 2005.

MUEHE, D. Critérios morfodinâmicos para o estabelecimento de limites da orla costeira para fins de gerenciamento. **Revista de Geomorfologia**, v.2, n.2, p.35-44, 2001.

NEPO – Núcleo de Estudos da População. **Atlas da Região Metropolitana da Baixada Santista**. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/>>. Acesso em: dez. 2008.

OLIVEIRA, O.; STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.29, n.5, 1995. Disponível em: <[http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489101995000500011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489101995000500011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: jul. 2007.

PACHECO, C. A. et al. Análise demográfica do estado de São Paulo. In: PACHECO, C.; PATARRA, N. L. (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 2000.

PATARRA, N. L. et al. (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas, UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. In: PATARRA, N. L. et al. (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1991. Campinas: IE/Unicamp, 1997.

PRÉTECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, v.24, n.45, p.11-23, jan./jul.2004.

QUEIROZ NETO, J. P.; KÜPPER, A. Os solos. In: AZEVEDO, A. (Coord.). **A Baixada Santista: aspectos geográficos**. São Paulo: EDUSP, v.1, 1965. p.67-92.

RAVENSTEIN, E. G. As leis de migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SANTOS, M. A. A Região Administrativa da Baixada Santista. In: Fundação SEADE. **São Paulo no Limiar do século XXI**. São Paulo: SPG/Fundação SEADE, v.7, 1992. p.57-89.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SINGH, J. P.; KUMAR, D. A technical note on index of migration differentials. **Genus**, Roma, v.48, n. 1-2, p. 217-221 1992

VÉRAS, M. P. B. **Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Educ/Studio Nobel, 2000.

VILLAÇA, F. **Espaco intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

ZÜNDT, C. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p.305-336.

## **Anexo I**



**Tabela 22 – Componentes do Crescimento Populacional, 1970/80; 1980/91 e 1991/2000.**

Municípios	1970/80			1980/91			1991/00		
	CT	CV	SM	CT	CV	SM	CT	CV	SM
Bertioga	-	-	-	-	-	-	18.566	3.122	15.444
	-	-	-	-	-	-	100%	17%	83%
Cubatão	27.725	16.200	11.525	12.505	22.427	-9.922	17.173	15.130	2.043
	100%	58%	42%	100%	179%	-79%	100%	88%	12%
Guarujá	57.099	30.147	26.952	59.087	45.810	13.277	54.605	33.779	20.826
	100%	53%	47%	100%	78%	22%	100%	62%	38%
Itanhaém	12.949	4.670	8.279	18.610	8.578	10.032	25.921	6.958	18.963
	100%	36%	64%	100%	46%	54%	100%	27%	73%
Mongaguá	4.715	1.217	3.498	9.098	2.740	6.358	16.072	2.752	13.320
	100%	26%	74%	100%	30%	70%	100%	17%	83%
Peruíbe	11.445	2.370	9.075	14.362	5.430	8.932	18.678	6.177	12.501
	100%	21%	79%	100%	38%	62%	100%	33%	67%
Praia Grande	46.310	4.363	41.947	57.488	16.084	41.404	70.090	17.719	52.371
	100%	9%	91%	100%	28%	72%	100%	25%	75%
Santos	71.047	62.382	8.665	773	46.478	-45.705	533	20.315	-19.782
	100%	88%	12%	100%	6013%	-5913%	100%	3811%	-3711%
São Vicente	76.523	30.689	45.834	75.610	47.758	27.852	34.933	32.584	2.349
	100%	40%	60%	100%	63%	37%	100%	93%	7%

CT: Crescimento Total; CV: Crescimento vegetativo; SM: Saldo Migratório

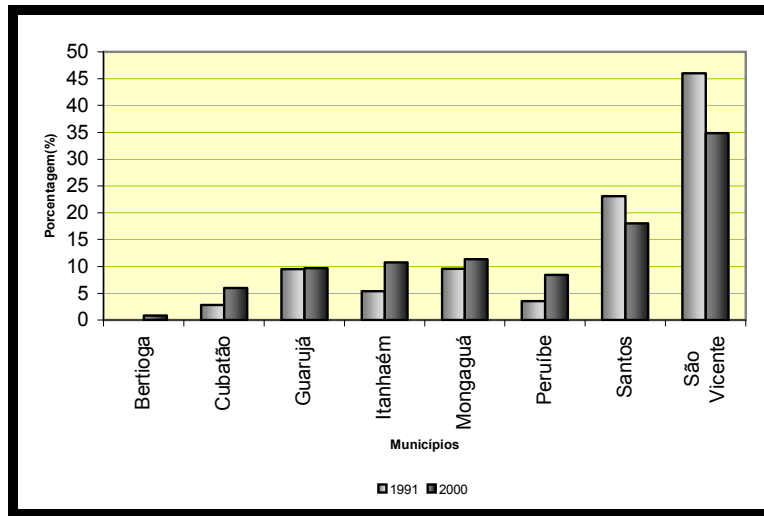
Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1970 a 2000 – Tabulações Especiais – Nepo/Unicamp  
Fundação Seade.

**Tabela 23 – Volume e aumento de Imigrantes e Emigrantes de Praia Grande, data fixa 1986/1991 e 1995/2000.**

Região	Imigrantes			Emigrantes		
	1991	2000	Aumento	1991	2000	Aumento
<b>Bertioga</b>	.	0	.	0	34	.
<b>Cubatão</b>	800	961	1,20	69	250	3,62
<b>Guarujá</b>	277	808	2,92	233	404	1,73
<b>Itanhaém</b>	79	109	1,38	132	447	3,39
<b>Mongaguá</b>	239	241	1,01	234	472	2,02
<b>Peruíbe</b>	36	80	2,22	86	350	4,07
<b>Santos</b>	3.785	5.672	1,50	565	751	1,33
<b>São Vicente</b>	3.668	5.895	1,61	1.125	1.448	1,29
<b>RMBS</b>	8.884	13.766	1,55	2.444	4.156	1,70
<b>RMSP</b>	11.776	18.475	1,57	824	2.185	2,65
<b>Outros E.SP</b>	2.491	4.512	1,81	1.154	2.732	2,37
<b>Outros Estados</b>	6.100	9.657	1,58	747	1.701	2,28
<b>Total</b>	<b>29.251</b>	<b>46.410</b>	<b>1,59</b>	<b>5.169</b>	<b>10.774</b>	<b>2,08</b>

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1991 e 2000

**Figura 35 – Destino da Migração Intrametropolitana Data Fixa, Praia Grande, 1986/1991; 1995/2000**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000